

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**FÁBIO RENATO DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DE DARCY RIBEIRO NO SENADO FEDERAL**

PORTO ALEGRE  
2011

**FÁBIO RENATO DA SILVA**

**A ATUAÇÃO DE DARCY RIBEIRO NO SENADO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Organizações.

**Orientadora: Profa. Maria Ceci Araújo Misoczky**

PORTO ALEGRE  
2011

### CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Fábio Renato da  
A Atuação de Darcy Ribeiro no Senado Federal /  
Fábio Renato da Silva. -- 2011.  
145 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ceci Araújo  
Misoczky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa  
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,  
2011.

1. Darcy Ribeiro. 2. Contexto sócio-histórico. 3.  
Senado Federal. I. Araújo Misoczky, Profa. Dra.  
Maria Ceci, orient. II. Título.

FABIO RENATO DA SILVA

**A ATUAÇÃO DE DARCY RIBEIRO NO SENADO FEDERAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre, aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Aprovada em 27 / 06 / 2011

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ceci Araújo Misoczky  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueli Maria Goulart Silva  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ariston Azevedo Mendes  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ricardo Silva  
UFSC

## AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que se dedicam a melhorar a vida do povo latino-americano, com a certeza de que há de se tornar uma grande nação: diversificada, solidária e independente.

A todos os professores que, em diferentes momentos da minha trajetória, esforçaram-se por ensinar algo.

À Professora Maria Ceci Misoczky, pelas críticas, sugestões, exigências e empenho na orientação.

Aos Professores Sueli Goulart e Ariston Azevedo Mendes, pelas sugestões e palavras de incentivo.

A Rafael Flores, Fabiane Silva e Marize Leão, pelo incentivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo auxílio financeiro no primeiro ano do Mestrado.

Aos meus inseparáveis amigos Ismael Stoll, Liana Herdina e Vivian Dall'Alba, pela ajuda mútua, companheirismo, reflexões e vivências.

Aos meus colegas de mestrado e amigos Nicole Feijó, Vagner Rosso e Pedro Volkmann, pelo companheirismo e apoio.

Aos meus colegas de trabalho e amigos Paulo Meira, Elga Lopes, Maitê Prado, Suélio Silva, Marcos Melo, Heloisa Campos, pelo incentivo e amparo.

A todos que colaboraram para a realização do presente trabalho, especialmente, aos bibliotecários e arquivistas da Fundação Darcy Ribeiro, Fundação Getúlio Vargas, Senado Federal, Câmara dos Deputados, UFRGS, UnB e UERJ.

À minha amada família.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar os diálogos e disputas travadas por Darcy Ribeiro para compreender a sua atuação como Senador. O trabalho foi baseado na compreensão de que as ações de Darcy Ribeiro estavam inseridas em um contexto sócio-histórico específico, concebido de modo ampliado e considerando aspectos como valores e temas em disputa na época. Inicialmente, foi construído um quadro de referência do contexto, abrangendo o período de 1990, ano da candidatura de Darcy Ribeiro ao Senado, até 1997, ano da sua morte. A partir desta interpretação, operou-se a análise do recorte do corpus empírico, compreendido por alguns discursos e apartes proferidos pelo Senador no Plenário, textos da *Revista Carta – Falas, Reflexões, Memórias* publicada pelo seu Gabinete, material de campanha eleitoral e artigos veiculados na imprensa. As ideias e projetos de Ribeiro analisados na dissertação demonstram a atualidade e permanência de suas realizações. O trabalho foi um resgate inacabado sobre a atuação de Darcy Ribeiro no Senado Federal e necessita ser aprofundado. Do mesmo modo, a abordagem teórico-metodológica da presente dissertação, que aproxima o referencial da *Hermenêutica da Profundidade* ao *Contextualismo Linguístico*, precisa ser debatida e aperfeiçoada, restando como sugestão para estudos futuros.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Contexto sócio-histórico. Senado Federal.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze conversations and disputes that took place by Darcy Ribeiro to better understand his role as Senator. The work was based on the assumption that the actions of Darcy Ribeiro were part in a specific socio-historical context, conceived as a whole and considering aspects such as values and issues in dispute at the time. Initially, we built a framework of context, covering the year of 1990, Darcy's candidacy for the Senate, until 1997, the year of his death. From this interpretation, it was operated the analysis of trimming the empirical corpus, comprised of some speeches and interventions delivered by Senator the Plenary, texts of the magazine *Carta – Falas, Reflexões, Memórias* published by his office, campaign material and articles published in press. The Ribeiro's ideas and projects discussed in this dissertation demonstrate the relevance and permanence of his achievements. The on-going work was a rescue on the performance of Darcy in the Senate and needs to be deepened. Similarly, the theoretical and methodological framework of this dissertation, which approximates the reference Hermeneutics of the Depth and Linguistic Contextualism, must be debated and refined, remaining as future research.

Key-words: Darcy Ribeiro. Socio-historical context. Senado Federal.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	17
1.1 Objetivos e Procedimentos Metodológicos .....	25
1.1.1 Objetivo Geral .....	25
1.1.2 Objetivos Específicos .....	25
1.1.3 Procedimentos Metodológicos .....	26
2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: 1990-1997 .....	27
2.1 1990: Ano do Confisco.....	32
2.2 1991: Ano da Conquista dos Ianomâmis.....	35
2.3 1992: Ano dos Caras Pintadas.....	38
2.4 1993: Ano do Plebiscito .....	41
2.5 1994: Ano do Real.....	44
2.6 1995: Ano da Greve dos Petroleiros.....	46
2.7 1996: Ano do Massacre do Eldorado dos Carajás.....	49
2.8 1997: Ano da Marcha Popular.....	51
3 A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE DARCY RIBEIRO .....	54
3.1 A Disputa Eleitoral .....	54
3.2 Darcy Ribeiro no Senado Federal.....	73
3.2.1 A Dívida Externa e a Política de Privatizações .....	78
3.2.2 Em Defesa da América Latina e do Brasil .....	87
3.2.3 O Problema da Educação Brasileira e os Projetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	92
3.2.4 Os Negros do Brasil.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
REFERÊNCIAS .....	118



## INTRODUÇÃO

*“A coisa mais importante para os brasileiros, preste atenção, [...] é inventar o Brasil que nós queremos” (RIBEIRO, 2010a).*

Mineiro natural de Montes Claros, nascido em 1922, Darcy Ribeiro definia-se como um homem cobra, já que, como este réptil que troca regularmente de pele, alternava seus papéis sociais (RIBEIRO, 2009b). No início de sua carreira de antropólogo, na década de 1940, trabalhou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Graças à oportunidade obtida junto ao Marechal Cândido da Silva Rondon, estudou alguns povos indígenas, entre eles os Urubu-Kaapor<sup>1</sup> e os Kadiwés<sup>2</sup>. Essas experiências com os remanescentes dos primeiros povos brasileiros transpassou o período em que esteve vinculado ao SPI, repercutindo, por exemplo, na sua postura intelectual como pesquisador e em sua visão de socialismo a partir do modo de vida dos índios: libertos das consequências da “estratificação social” e capazes de uma “convivência solidária” (RIBEIRO, 2007; 2009a).

Na educação, além de atuar como professor de Antropologia e fundar o primeiro Programa de Pós-graduação em Antropologia do Brasil, quando da sua direção do Museu do Índio, Darcy Ribeiro, junto com Anísio Teixeira, militou nas décadas de 1950 e 1960 pela concretização de um ideal de educação pública, que desse acesso à população para promover o “desenvolvimento econômico e social” com base em “uma consciência lúcida” (RIBEIRO, 1997, p. 233). Ribeiro, dizia Anísio, “tinha a coragem

---

<sup>1</sup>Darcy Ribeiro conviveu com os Urubus-Kaapor (Ka’apor) no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, realizando duas expedições para estudá-los. Este povo indígena vive na fronteira amazônica do Maranhão e são descendentes dos povos Tupinambás. Atualmente, possui uma população aproximada de 900 pessoas (GURAN, 2010). O nome Urubus é uma forma depreciativa de se referir ao povo indígena (RIBEIRO, 1997), enquanto Kaapor é a junção de dois substantivos - *Ka’a* (mata) e *por* (povo) – os quais unidos compõem a denominação “Povo da Floresta” (RIBEIRO; FOERTLMANN, 1949). Darcy Ribeiro estudou os Urubus-Kaapor “à luz do conceito de transfiguração ética” (RIBEIRO, 1997), que é definido como o processo pelo qual os índios permanecem sendo índios em um esforço de resposta aos avanços civilizatórios. Para estudar um povo indígena a partir dessa perspectiva requer-se “(...) a análise dos vários níveis em que se dão as relações entre grupos indígenas e agentes da sociedade nacional, sucessiva ou simultaneamente, no plano biótico, no ecológico, no econômico, no cultural, e no sociopsicológico” (RIBEIRO, 2009, p. 45).

<sup>2</sup>Os índios Kadiwés foram o primeiro povo estudado por Darcy Ribeiro, logo após a conclusão de seu curso de Antropologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1946 (RIBEIRO, 1997), e seu ingresso no Serviço de Proteção ao Índio, em 1947 (GURAN, 2010). Por meio dessa experiência Ribeiro relata ter rompido com sua formação estruturalista e estabeleceu novas bases para sua “metodologia etnológica”, a partir da identificação com o povo que estuda (RIBEIRO, 1997). Foi também essa experiência que permitiu ao intelectual produzir um dos seus principais trabalhos antropológicos: *Religião e Mitologia Kadiwéu* (RIBEIRO, 1950). Estes índios são “(...) remanescentes dos antigos Guaicurus, únicos índios do Brasil que dominaram o cavalo e com ele impuseram sua suzerania sobre muitas tribos de uma área extensíssima, que ia desde o Pantanal até todo o sul de Mato Grosso” (RIBEIRO, 2009a, p. 50). Hoje os Kadiwés possuem uma população aproximada de 1600 pessoas vivendo no Mato Grosso do Sul. No final da década de 1940 eram 235 pessoas. (GURAN, 2010).

dos inscientes” (RIBEIRO, 1995a), a audácia para dar vida a projetos significativos e enfrentar os opositores de sua visão de educação e sociedade brasileira. O envolvimento com a educação permitiu ao intelectual mineiro aproximar-se do poder político institucional, liderando o projeto de criação da Universidade de Brasília (UnB) e, sucessivamente, assumindo os cargos de primeiro Reitor da UnB, Ministro da Educação e Ministro Chefe da Casa Civil do Governo de João Goulart (RIBEIRO, 1997; 2009a).

A ação política para Darcy Ribeiro foi uma faceta importante de sua vida, dizia ele: “contrariamente a meu perfil de intelectual e ideólogo, sou homem de ação” (RIBEIRO, 1997, p. 521); “nada há maior e mais importante como a possibilidade que ele (o poder) abre de reverter a história” (RIBEIRO, 1997, p. 525).

Na pele de político, viveu momentos importantes da história política brasileira. A morte de Getúlio Vargas, especialmente, representou um divisor de águas no modo como atuava (RIBEIRO, 1997): “A notícia do suicídio caiu em mim como uma bomba. Sobretudo a Carta-Testamento, o mais alto documento jamais produzido no Brasil. O mais comovedor, o mais significativo. Desde que eu o li, ele é para mim a carta política pela qual me guio” (RIBEIRO, 1997, p. 275).

Na juventude foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB); mais tarde integrou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto o comprometimento com os problemas da humanidade foi despertado graças ao vínculo com o PCB (CALLADO; HOUAISS; NEPOMUCENO; 1997), o ingresso no PTB permitiu a Darcy Ribeiro atuar no seio das instituições políticas, sendo, inclusive, incumbido de levar à frente o projeto de Reformas de Base no Governo de João Goulart, na condição de Chefe da Casa Civil (RIBEIRO, 1977).

Em 1980, ao lado de Leonel Brizola, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>3</sup>, logo após o fim do sistema bipartidário. Foi eleito Vice-Governador do primeiro Governo de Brizola no Rio de Janeiro (1982-1986), tendo sido responsável por um projeto “audacioso” de reformulação do sistema de ensino, continuado no 2º

---

<sup>3</sup>Em 1980, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu a sigla PTB à Ivete Vargas. “A medida, que favoreceu um grupo pequeno de seguidores do trabalhismo, foi classificada por Brizola de ‘sórdida manobra do governo militar’, comandada pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil no governo João Figueiredo” (KUHN, 2004, pp. 117–118). O sistema bipartidário foi substituído por um sistema pluripartidário a partir da Lei 6767 aprovada em dezembro de 1979, que modificou a Lei Orgânica de Partidos nº 5682/1971 (BRASIL, 2010a), instituída pela ditadura militar.

Governo do PDT, no mesmo estado (1991-1994), com base em escolas de tempo integral: os Centros Integrados de Educação Pública - CIEP (RIBEIRO, 1986)<sup>4</sup>.

Com Leonel Brizola, Darcy Ribeiro não apenas viveu momentos de alegria, como a vitória nas eleições de 1982, também amargurou derrotas, quando, em 1986, concorrendo ao cargo de Governador do Rio de Janeiro, perdeu para Moreira Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), candidato do então Governo Sarney; e em 1994, quando Brizola e Ribeiro, na mesma chapa para a Presidência da República, perderam a eleição para Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em 1990, Darcy Ribeiro foi eleito Senador pelo Rio de Janeiro, aspiração que possuía desde a década de 1980, porém adiada em virtude de compromissos assumidos com Brizola e o PDT (RIBEIRO, 2003). Sob o lema Senador da Educação, se propôs a lutar pela defesa dos povos indígenas, da natureza, do negro, da educação popular, de uma legislação brasileira que promovesse melhores condições de vida, da cultura nacional e das liberdades públicas (RIBEIRO, 1990).

No Senado Federal, de 1991 a 1997, ano de sua morte, Darcy Ribeiro tencionou fazer de seu mandato, além de um meio para alterar as estruturas sociais através de leis, um promotor de debates acerca dos problemas nacionais para a geração de uma consciência crítica, especialmente entre os jovens, os quais, em decorrência da ditadura militar, careciam de referências e conhecimento para pensar o País “como um imenso desafio” (RIBEIRO, 1991 apud RIBEIRO, 2003, p. 16).

Vejo os jovens de hoje esvaziados de juventude enquanto flama, combatividade e indignação. Deserdados do sentimento juvenil de solidariedade humana e de patriotismo e de orgulho de nosso povo. Incapacitados para assumir as carências dos brasileiros como desafios próprios e sanáveis de todos nós. Ignorantes de que o atraso, a fome e a pobreza só existem e persistem, entre nós, porque são lucrativos para uma elite infecunda e cobiçosa de patrões medíocres e de políticos corruptos (RIBEIRO, 2003, p. 17).

Para Ribeiro (2002, p. 35), essa realidade era uma das consequências perversas da ditadura, que havia criado um grande vazio na capacidade de mobilização política da

---

<sup>4</sup>Os CIEP foram uma proposta de remodelação da rede escolar do Rio de Janeiro, executados através do Programa Especial de Educação do estado, iniciado no primeiro Governo Brizola e continuado em seu segundo mandato (1991-1994). O Programa Especial de Educação foi elaborado com base em discussões com professores da rede pública de ensino. Além da ampliação da rede escolar, visando a não existência de mais de 2 turnos de aulas diárias com a garantia mínima de 5 horas diárias letivas e a construção das “Casas da Criança”, para atender crianças em idade pré-escolar (de 3 a 6 anos), o programa objetivava garantir adequadas condições de trabalhos aos docentes, inclusive suporte pedagógico, capacitação e valorização salarial (RIBEIRO, 1986).

juventude. Para mudar esse quadro dirigiu sua fala aos jovens, defendendo que a principal “tarefa” a ser cumprida pela nova geração era o enfrentamento das condições que faziam do País um “proletariado externo”, obediente às determinações dos países industrializados, das multinacionais e de um grupo de brasileiros “contentes com o País tal qual é”. Os desafios cruciais a serem assumidos pela juventude eram a efetivação de reformas da institucionalidade através, por exemplo, do fim da concentração de terras improdutivas e da derrota do conjunto de interesses que guiavam a economia nacional em uma direção socialmente irresponsável. No manifesto dirigido aos “moços” (RIBEIRO, 2002, p. 36), pediu à juventude brasileira que “repensasse as ideias” por ele defendidas, “reavaliasse os sentimentos expressos” de um brasileiro orgulhoso de si e de seu País e assumisse “uma posição clara e agressiva no quadro político brasileiro”.

Ao falar pela primeira vez na tribuna do Senado Federal, Darcy Ribeiro retratou o desafio a ser encarado por essa Casa Legislativa no enfrentamento da situação social e política em que o País se encontrava no início da década de 1990:

Nunca, em nossa história, nos faltaram tanto a lucidez e a clarividência indispensáveis para equacionar os nossos problemas. Nunca foi tão escasso o sentido de bem comum, a noção do interesse público, que é o ponto de vista do povo inteiro. O que nos sobra, nesses tristes dias, são as vozes de irresponsáveis só sensíveis aos interesses minoritários, às razões do lucro. É a consciência culposa do colonizado, querendo reinterar o velho projeto do Brasil servil (RIBEIRO, 1991a, p. 22).

No Senado, questionou e se opôs às políticas econômicas e sociais adotadas desde os Governos ditatoriais e que se estenderam durante o Governo Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), de Itamar Franco, também do PRN e de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do PSDB, que incluíam a privatização de bens estatais e a submissão aos interesses das multinacionais, conforme pode ser depreendido dos artigos de autoria de Darcy Ribeiro (2009b, pp. 113–114) publicados no Jornal Folha de São Paulo. Em texto veiculado em 15 de abril de 1996, por exemplo, não apenas criticou a “irresponsável política social do Governo FHC” e o modelo econômico adotado, mas definiu o ideário da globalização, envolto pelas ideias neoliberais e privatistas, como um modo de “recolonização” do Brasil.

Em aparte, após discurso proferido na tribuna do Senado, em 1993 e publicado como *3ª Fala ao Senado* no 10º volume da *Carta – Falas, Reflexões, Memórias* (1994a), Darcy Ribeiro afirmou que um dos motivos pelos quais a política econômica refletia interesses externos, não as reais necessidades do País, era devido a ocupação da

direção de órgãos públicos, por profissionais doutrinados pelos países industrialmente desenvolvidos:

Um bando de tecnocratas bisonhos assaltou, nos últimos anos, os órgãos definidores da política econômica e financeira de nosso País. São os Chicago Boys, discípulos de Delfim e de Roberto Campos, todos de cabeça feita lá fora, todos colonizados mentalmente. Em sua arrogância, não reconhecem nenhuma função social da propriedade nacional. Atribuem qualquer ideia de planejamento econômico ao comunismo. Apátridas, nada sabem nem querem saber da história brasileira. Comportam-se como se o país devesse nascer agora de suas mentes avassaladas ao capital transnacional (RIBEIRO, 1994a, pp. 20–21).

Nos debates públicos, além das suas ideias de mudança da política econômica externa, Darcy Ribeiro defendeu a Reforma Agrária e o Movimento dos Sem Terra (MST), opondo-se à reprodução da pobreza que condenava o País ao “atraso autoperpetuante” (RIBEIRO, 2009b).

Durante sua atuação parlamentar Darcy Ribeiro publicou, através de seu Gabinete, a revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias*, na qual debateu temas que “não rendiam votos” (RIBEIRO, 2003), como a condição dos negros e dos índios. Foram ao todo 16 volumes que reuniram alguns de seus fazimentos<sup>5</sup>, como discursos lidos na Tribuna ou outros textos e também artigos e ensaios de intelectuais e políticos com os quais compartilhava ou debatia ideias.

De acordo com Ribeiro (1991, p. 4), a *Carta*

quer ser um enlace de reflexão crítica de brasileiros lúcidos e insatisfeitos com nossa realidade tal qual é. Nosso propósito é passar o Brasil a limpo. Sabendo, porém, que para transformar é preciso, primeiro, entender, nos empenhamos em criar uma opinião melhor informada e mais combativa.

---

<sup>5</sup>Fazimentos era o modo como o pensador se referia a suas realizações dirigidas a transformar a realidade social a partir de seus esforços interpretativos sobre o contexto latino-americano e brasileiro. Segundo o próprio Ribeiro (2009b), os fazimentos são “instâncias” por meio das quais “plantou ideias no mundo”. O conceito de fazimento remete à ideia de ação com impacto sobre a realidade, mais do que aos sentidos de perenidade e concretude. Portanto, embora associasse o conceito de fazimento à edificação de suas universidades – Universidade de Brasília, nos anos 1960; Universidade do Norte Fluminense e a Universidade Aberta, nos anos 1990 –, por exemplo, suas outras formas de atuação, como a produção de livros, também podem ser consideradas fazimentos, haja vista colaborarem para a concepção reflexiva e a concretização de seus projetos utópicos. O intelectual também concebia fazimento como a construção apaixonada dirigida a alcançar vida própria e próspera por ou para algo que não se encerra em si mesmo, especialmente, quando referia que os povos latino-americanos estão em processo de fazimento (RIBEIRO, 1996). As ideias, com base nessa interpretação, remetem ao sentido de semente e os fazimentos, ao contrário de obras estáticas com papéis definidos, ganham vida própria, carregando em si proposições utópicas de transformação do presente para a constituição do futuro.

Durante a sua atuação parlamentar, o intelectual também agiu de modo propositivo com o intuito de alterar o quadro institucional vigente através de Projetos de Lei.

O primeiro projeto de lei apresentado no Senado Federal por Darcy Ribeiro foi o de uma nova Lei para o Trânsito (6 de junho de 1991) com a perspectiva da defesa do pedestre no uso das ruas, estradas, praças e vias públicas. [...] O projeto previa uma lei educativa para os motoristas, atenta aos direitos dos pedestres, por meio de uma legislação punitiva severa e uma justiça ágil e eficaz. Na justificativa do projeto, lembra que os acidentes de trânsito matam mais que o câncer e são a terceira causa mortis no Brasil, vitimando sobretudo crianças, jovens e idosos. Foi o primeiro de três projetos apresentados em 1991 com o objetivo de preservar e defender a vida humana (RIBEIRO, 2003, p. 112).

Outros dois Projetos foram apresentados no mesmo ano: tornar a cola de sapateiro um produto fétido que inibisse o seu uso por crianças e adolescentes, bem como controlar a venda da substância; inverter o processo de autorização para a retirada de órgãos e tecidos após a morte do doador, fazendo com que, quem não negou em vida a doação, tornasse doador potencial em vida (RIBEIRO, 2003).

O Projeto sobre a doação de órgãos e tecidos, embora tenha sido apresentado em 1991, somente foi aprovado no início de 1997 pelo Senado Federal, sofrendo oposição pública de grupos religiosos, profissionais da área da saúde e magistrados (RIBEIRO, 2003).

Um dos projetos de Darcy Ribeiro que teve maior visibilidade, foi o da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996<sup>6</sup> e batizada com o seu nome. A partir das experiências adquiridas em diversos momentos da vida, especialmente como militante por “uma escola gratuita e eficiente” (RIBEIRO, 1996) e de sua gestão no Rio de Janeiro na área da educação, buscou promover um diálogo nacional que oportunizasse a criação de uma lei condizente com a realidade brasileira (RIBEIRO, 2003). O Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 101 de 1993, aprovado no Senado Federal e elaborado sob a iniciativa e liderança do intelectual, foi esclarecido publicamente e defendido na última edição da revista *Carta – Falas*,

---

<sup>6</sup> O projeto de autoria de Ribeiro não foi aprovado. Entretanto, o Substitutivo elaborado pelo Senador o foi. Este substitutivo sofreu modificações ao longo do processo legislativo no Senado Federal, para, posteriormente, ser encaminhado à Câmara dos Deputados. Dentre as alterações estariam a equiparação dos níveis de pós-graduação *Latu sensu* e *Stricto sensu* e a responsabilização da CAPES pela não formação em nível de pós-graduação dos docentes das Universidades (RIBEIRO, 1996). Quando aprovado na Câmara dos Deputados, a nova lei foi novamente alterada, suprimindo estas duas alterações e estabelecendo, por exemplo, a formação mínima necessária e o regime de trabalho para o corpo docente das Universidades, além de reduzir de 2 para 1 ano o período de adaptação, nas outras esferas de governo, do sistema educacional e de sua legislação aos novos parâmetros (BRASIL, 2011e).

*Reflexões, Memórias* (RIBEIRO, 1996), dirigida à divulgação da proposta de lei junto aos deputados federais da época.

A característica mais nobre de nosso Substitutivo reside em sua ambição de assegurar a um tempo a unidade do sistema nacional de educação e a liberdade de variar, atendendo às especificidades dos estados e municípios. Para isso, redefine o papel do Ministério da Educação, que em lugar de reitor do processo educativo passa a ser colaborador pronto a ajudar não só financeiramente mas tecnicamente os sistemas estaduais e municipais, pondo à sua disposição as facilidades que a nova tecnologia educativa oferece hoje em dia (RIBEIRO, 1996, p. 13).

Outra iniciativa foi o requerimento para a instalação de uma “Comissão Senatorial Temporária”, encarregada de criar as diretrizes de um “Programa Decenal de Salvação do Nordeste” (RIBEIRO, 1994). Para o autor (2003), embora o Estado brasileiro tivesse desenvolvido, ao longo do século XX, projetos para promover melhores condições de vida na região nordeste e a sociedade dispusesse de recursos tanto financeiros quanto tecnológicos, vide os grandes investimentos dispendidos para promover o desenvolvimento das regiões mais ricas economicamente do país, a situação de pobreza e sofrimento da população nordestina ainda perdurava. Para superar essa “condição vergonhosa”, a proposta, aprovada em sessão plenária de 23/06/1993, visou criar “tanto linhas de ação concreta quanto fontes de financiamento nacionais e estrangeiros que possam ser mobilizados para sua efetivação” (RIBEIRO, 2003, p. 127).

O período compreendido na legislatura de Darcy Ribeiro demarcou um contexto político no qual, após a Constituição de 1988, o Poder Legislativo foi “revalorizado”: “seja porque readquiriu prerrogativas outrora perdidas, seja porque outras foram conquistadas” (MORITZ, 2008, p. 46). Bernardes (2010, pp. 31–32) também concorda com essa perspectiva e salienta que, após a promulgação da atual Carta Magna, o Congresso Nacional adquiriu, dentre outras atribuições, fortes prerrogativas de controle e fiscalização do Poder Executivo. Nesse sentido, conforme MORITZ (2008), o Poder Legislativo tem recebido atenção crescente por uma gama variada de pesquisadores das Ciências Políticas, no que tange aos interesses de estudos dessa área.

O Poder Legislativo é um espaço de ação no qual os discursos não apenas “contam a história”, mas a “constroem” (OLIVEIRA, 2009). É um *locus* importante de definição dos rumos do país. O que ali ocorre repercute não apenas nos aspectos normativos de regulamentação do *modus operandi* da burocracia estatal, mas da vida em sociedade e das intervenções do Estado. O Senado, especificamente “[...] além de seu papel fundamental de casa legislativa, com os mesmos poderes da Câmara dos

Deputados para tomar iniciativa de novas leis, é uma corporação extremamente poderosa como participante ativa da estrutura do país” (RIBEIRO, 1997, p. 491). Dentro desse contexto, torna-se importante não apenas estudá-lo enquanto um espaço privilegiado de prática política, mas, também, as ações que nesse espaço são realizadas.

Abordar a ação de Darcy Ribeiro no âmbito do Parlamento implica refletir sobre a prática de um intérprete da realidade brasileira (RIBEIRO, 2009a). Como não poderiam deixar de ser, durante o período de atuação parlamentar, suas reflexões e proposições contribuíram para a construção da realidade brasileira após a ditadura militar. Conforme Vidal (BRASIL, 2011g), “a sua passagem pelo Senado foi marcante. Darcy ocupava um espaço importante das ideias, da criatividade, da discussão das questões nacionais. E hoje ele faz falta. A gente sente o vácuo do Darcy no Senado”.

A militância na educação (p. ex. BOMENY, 2001) e mesmo seus romances (p. ex. ALMEIDA, 2003) têm sido estudados como facetas importantes da prática intelectual de Ribeiro. Entretanto, sua atuação parlamentar, embora seja uma parte importante de sua vida e da própria história nacional, ainda carece da devida atenção e merece ser explorada pelas contribuições que realizou para transformar o Brasil e pelo seu esforço interpretativo, “na busca dos brasileiros por conhecer a si mesmos” (RIBEIRO, 2009).

Concorda-se com a afirmação de Oliveira (1996, p. 371), segundo a qual a atuação do intelectual deve ser valorizada em todas as suas instâncias e em relação a qualquer de suas intervenções:

[...] a sua obra não é um sistema teórico integrado, sua produção intelectual transita por diferentes disciplinas e as suas intervenções práticas não têm uma importância menor nem devem ser dissociados de seus escritos. Menos que um perfil de teórico ou criador de uma escola de pensamento, Darcy é um exemplo de intelectual/ator, em uma associação entre teorias e pesquisas com ações políticas de transformação, sempre acompanhadas pela elaboração de um complexo e apaixonado discurso justificador.

A atuação parlamentar de Darcy Ribeiro diz respeito às suas batalhas para “plantar ideias no mundo”, relaciona-se e se constrói nas disputas travadas para transformar a realidade que o indignava. Como não poderia deixar de ser, a atuação parlamentar do intelectual mineiro estava imersa no seu tempo e expressou o seu pensamento e os compromissos assumidos em relação de oposição ou concordância com os projetos em disputa na sociedade brasileira naquele momento. Portanto, o estudo da atuação parlamentar do pensador mineiro deve *analisar os diálogos e*



*disputas travadas por Darcy Ribeiro no Parlamento para compreender sua atuação como Senador (1991-1997).*

## 1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

A interpretação pressupõe “argumento” e “debate”, não apenas o desvendamento de dados concretos da realidade. Isso implica construir argumentos que sustentem a “plausibilidade” do produto do processo interpretativo e a postura aberta ao diálogo pautada na razão argumentativa (VERSONESE; GUARESHI, 2006, pp. 86-87).

Como definem Veronese e Guareshi (2006, p. 87):

Trata-se de construir uma análise plausível, dentro de um paradigma compreensivo; não de acessar e revelar a verdade, mas de fazer uma leitura qualificada da realidade tal qual ela se apresenta, no nível do sentido apreendido do fenômeno, no campo investigado. Esse exercício poderá ser potencialmente transformador do mundo social e mostra-se potente também como ferramenta para a pesquisa social que pretenda conhecer e entender um campo-sujeito.

A partir dessa atitude buscou-se interpretar a atuação parlamentar de Darcy Ribeiro, operando para isso a aproximação de duas abordagens teórico-metodológicas distintas e propostas, respectivamente, por Thompson (2002) e Skinner (1999; 2008). Acredita-se que essas abordagens, desenvolvidas por autores vinculados à Universidade de Cambridge - Thompson no âmbito da sociologia da comunicação e Skinner no da história do pensamento político -, podem ser enriquecidas em relação a alguns de seus conceitos centrais quando articuladas entre si.

Thompson (2002, pp. 32–33) desenvolveu um referencial metodológico que se baseia na “tradição hermenêutica”, inspirado em autores como Paul Ricoeur. Esse referencial, denominado “Hermenêutica da Profundidade”, foi formulado para a compreensão de fenômenos culturais que tanto são compreendidos e interpretados pelos pesquisadores que realizam a pesquisa, quanto pelos próprios sujeitos que são tomados como objeto de interpretação pelo pesquisador. Desse modo, o referencial metodológico proposto por Thompson dirige-se à interpretação de um “domínio pré-interpretado”, ou seja, um “campo-objeto” que é também um “campo-sujeito” que se autoconstrói em condições sociais e históricas.

A Hermenêutica da Profundidade “oferece o aprofundamento, o mergulho nas condições contextuais do fenômeno” (VERSONESE; GUARESHI, 2006, p. 88), ou seja, se propõe a romper com a hermenêutica da *doxa*, limitada à compreensão da vida cotidiana por meio da interpretação do senso comum, buscando entender os fenômenos culturais das formas simbólicas como construções que tanto estão situadas contextualmente, quanto possuem uma constituição interna própria.

De acordo com Thompson (2002, p. 357), “formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que por serem construções significativas, podem ser compreendidas”. Embora o autor tenha como uma das suas preocupações centrais, a interpretação das formas simbólicas no âmbito da sociedade contemporânea e do fenômeno da comunicação de massa que possui como características, entre outras, a separação contextual entre produção e recepção, além da expansão desmedida e o conseqüente alcance ilimitado dessas mesmas construções significativas, transpassando contextos nacionais, esse conceito de formas simbólicas é bastante abrangente, não se restringindo ao âmbito dos veículos de comunicação de massa e englobando um espectro variado de possibilidades.

As formas simbólicas possuem como características cinco dimensões que as constituem e estão sintetizadas conforme o Quadro 1:

Características	Definições
<b>Intencionais</b>	São formas de expressão que tentam dizer algo em conformidade com o objetivo do autor da ação. Todavia, aquilo que se buscou dizer ou compartilhar não necessariamente estará de acordo com o entendimento do interlocutor.
<b>Convencionais</b>	As formas simbólicas são baseadas em “convenções sociais”, “normas” ou “códigos específicos”. A aplicação desses esquemas permitem o processo de comunicação. São conhecimentos práticos não necessariamente mobilizados conscientemente e podem divergir em relação a quem produz determinada forma simbólica (codifica) e a quem a recebe (decodifica).
<b>Estruturais</b>	As formas simbólicas são constituídas de elementos inter-relacionados, os quais compõem sua estrutura interna. “A estrutura de uma forma simbólica é um padrão de elementos que podem ser discernidos em casos concretos de expressão, em efetivas manifestações verbais, expressões ou textos” (THOMPSON, 2002, p. 188). A estrutura interna além de ser manifestação do sistema linguístico que integra, ajuda a definir as próprias características desse mesmo sistema.
<b>Referenciais</b>	As formas simbólicas possuem referência no mundo concreto, logo apontam para algo ou representam alguma coisa que está presente no contexto. Elas são compostas por “figuras” ou “expressões” que referenciam determinado objeto em determinados modos de aplicação (especificidade referencial) e podem sofrer mais de uma interpretação haja vista a ambigüidade de sentido (opacidade referencial). Além disso, as formas simbólicas “dizem algo” sobre o objeto que ajudam a definir.
<b>Contextuais</b>	As formas simbólicas são produzidas e recebidas em dadas condições sócio-históricas, as quais definem em parte o modo como esses processos são realizados. O “sentido” e o “valor” atribuído às formas simbólicas dependem também desses contextos.

**Quadro 1 – Características das Formas Simbólicas**

Fonte: Adaptado de Thompson (2002)

As formas simbólicas, inseridas e produzidas em contextos sócio-históricos específicos e já pré-interpretadas pelos sujeitos envolvidos no circuito de produção-

circulação-recepção, precisam ser reinterpretadas a partir de uma perspectiva que não as considere isoladamente, nem como produtos, deterministicamente, definidos pelo meio (THOMPSON, 2002).

O estudo das formas simbólicas por elas mesmas “torna-se um exercício abstrato [...] insensível ao que está sendo expresso” (THOMPSON, 2002, p. 372), como se um determinado texto pudesse ser explicado isoladamente, sem referência ao seu contexto de origem. De modo semelhante, para Skinner, essa perspectiva metodológica, corresponderia a uma postura equivocada do pesquisador, baseada em uma concepção atemporal de seu objeto de análise (SILVA, 2009), produzindo, conseqüentemente, interpretações anacrônicas, ou seja, a imputação “a autores e obras de intenções e significados que jamais tiveram, nem poderiam ter tido, em seus contextos originais de produção” (JASMIN, 2005, p. 27).

A Hermenêutica da Profundidade propõem-se a estudar complementarmente como as formas simbólicas se estruturam internamente e como se conectam com o seu contexto tanto no nível da produção quanto no da recepção. Para tanto, abarca três momentos indissociáveis: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação. Para o autor, “o objetivo da análise sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2002, p. 366). Ainda, segundo o autor (2002, p. 368), os contextos são caracterizados como “historicamente específicos” e “socialmente estruturados”.

Conforme Thompson (2002, p. 194), as “circunstâncias espaço-temporais” do contexto ajudam a definir a “ação” e “interação” que nelas são realizadas. Além de espacial e temporalmente delimitados, os contextos são estruturados. Essa visão de estrutura busca avançar em relação à concepção estruturalista das formas simbólicas, voltada, exclusivamente, para sua análise interna. A Hermenêutica da Profundidade orienta-se também para a análise do que está externo às formas simbólicas, conforme a concepção de Thompson, ou seja “contextos e processos socialmente estruturados”.

Thompson (2002) define quatro níveis de análise sócio-histórica: a) situações espaço-temporais; b) campos de interação; c) instituições sociais; e d) estruturas sociais. Essas dimensões estruturais de análise estão sintetizadas no Quadro 2.

Níveis de análise sócio-histórica	Definição
<b>Situações espaço-temporais</b>	Ambientes nos quais as formas simbólicas foram produzidas e recebidas.
<b>Campos de Interação</b>	“Um espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam algumas das relações entre pessoas e algumas das oportunidades acessíveis a elas” (p. 366). Os campos de interação são compostos por instituições e ao mesmo tempo produzem essas mesmas instituições (p. 197).
<b>Instituições Sociais</b>	“conjunto relativamente estável de regras e recursos, juntamente com relações sociais que são estabelecidas por eles” (p. 367).
<b>Estruturas Sociais</b>	“diferenças”, “assimetrias” e “divisões” que se consolidaram individual e coletivamente ao longo do tempo, delineando o âmbito “das instituições sociais” e “dos campos de interação” (P. 367).

**Quadro 2 – Quatro Níveis de Análise Sócio-Histórica**

Fonte: adaptado de Thompson (2002).

Os níveis de análise propostos por Thompson (2002, p. 198) buscam entender as características do contexto nos quais os indivíduos agem e que são, portanto constitutivas da sua ação. Deste modo, “as características contextuais não são simplesmente restritivas e limitadoras: são, também, produtivas e capacitadoras”, porque estruturas contextuais não são apenas limites e restrições, são também condições sociais que viabilizam a realização da ação.

Para Skinner (2008), por sua vez, a interpretação de formas simbólicas apresenta como condição prévia ser, publicamente, legíveis ou identificáveis, o que apenas ocorre através da existência de meios específicos que as permitam fluir ou fixar. A análise dos “meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão”, nos termos de Thompson (2002, p. 268), além de exigir sua contextualização em referência a uma das dimensões sócio-históricas no âmbito da Hermenêutica da Profundidade, define-se como o recurso através do qual as formas simbólicas não apenas podem se tornar socialmente conhecidas, mas, que também ajudam a definir as suas particularidades. No que concerne à atuação parlamentar de Darcy Ribeiro, consideramos como meios técnicos as revistas produzidas pelo seu Gabinete, os Anais do Congresso, as transcrições taquigráficas de suas manifestações no Senado, incluindo, as intervenções no Plenário.

A partir dessas dimensões contextuais de análise pode-se dizer que a Hermenêutica da Profundidade não se limita a interpretar apenas o contexto de produção e recepção das formas simbólicas, mas interessa-se também pela transmissão destas, o que Thompson (2002) definiu como desenvolvimento de um enfoque tríplice, que abrange o circuito completo que permite qualquer ação discursiva produzir seus efeitos sociais, entre eles, ser (re)interpretada. Por efeito social entende-se o “termo ou resultado de qualquer tipo ou espécie de causação” sobre a sociedade, nesta incluída suas estruturas e condições (ABBAGNANO, 2007, p. 359).

A abordagem proposta por Thompson (2002) também alerta para o fato de que as formas simbólicas não devem ser estudadas apenas em relação ao seu contexto, mas precisam ser consideradas em relação à sua estrutura interna. Isso implica a adoção de métodos de análise discursiva ou formal que permitam identificar o modo como as formas simbólicas, particularmente, dizem algo. Assim, a análise do contexto deve ser conjugado com a análise das características internas das formas simbólicas, as quais podem estar organizadas em formas de discurso. O discurso, mais do que uma “unidade linguística ordenada” (THOMPSON, 2002, p. 371), configura-se como uma ação, que não apenas “opera sentidos”, mas influi na constituição do próprio contexto social.

A partir da análise contextual e de como as formas simbólicas se estruturam internamente, partir-se-ia para uma terceira etapa de interpretação e reinterpretação. Thompson (2002) define o ato de reinterpretação em referência ao fato de que as formas simbólicas são sempre pré-interpretadas pelos sujeitos-objetos que compõem o universo social. Logo, embora exija do pesquisador rigorosidade no processo de interpretação, a construção interpretativa implica em uma visão parcial e questionável sobre a realidade. Esta mesma interpretação, embora baseada na “argumentação plausível” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 86), não está isenta de produzir efeitos sociais. Isso significa que a reinterpretação operada pelo pesquisador não é simplesmente um exercício distanciado de compreensão sobre o fenômeno das formas simbólicas, é, também, uma forma de produção desse mesmo fenômeno.

Embora a definição de dimensões de análise sócio-histórica permita delimitar um *locus* específico de análise, tendo claramente utilidade tanto interpretativa, quanto de recorte do objeto, a adoção de uma definição de contexto, com base em Thompson (2002), por si só é restritiva, pois tende a tratar as condições históricas e sociais como estruturas consolidadas distintivamente das formas simbólicas. Além das formas simbólicas não se restringirem ao universo estável de relações e estruturas, elas também

dizem respeito ao porvir, ao imaginável e a criação de novas condições sociais e de outras formas de pensar que não encontram, necessariamente, correspondência em condições sociais consolidadas. Ou seja, as formas simbólicas não apenas dependem das estruturas sociais enquanto limites ou recursos capacitadores, mas possuem a potencialidade, por sua natureza fundada na criatividade humana e em conexão com o processo histórico inacabável, de transformar a realidade social. De outro modo, considerar as formas simbólicas como elementos externos ao contexto social também é um equívoco. Conforme defende Skinner (1978 apud SOUZA, 2008, p. 12),

Situar um texto em seu contexto adequado não significa fornecer um quadro histórico para nossa interpretação, pois conhecer o contexto de produção de um texto qualquer já é, em si mesmo, um modo de ingressar no próprio ato de interpretar. Dito de outro modo, o contexto não ganha a forma de uma moldura que dá sentido ao objeto, pois é ele constitutivo do próprio objeto que pretendemos analisar. Para Skinner, na verdade, a dicotomia entre texto e contexto não faz sentido algum, na medida que conhecer o contexto é adentrar no mundo dos significados textuais e das intenções que movem os autores.

O conceito de contexto de Skinner diz respeito às convenções linguísticas e ideológicas, ou seja, aos “valores”, ao “vocabulário normativo”, às “ideias” e aos “embates travados entre segmentos antagônicos”, ou seja, ao “universo de representações de uma sociedade” (LOPES, 2000). Ele foi desenvolvido como meio de compreender a história do pensamento político expresso em formas de ação, situadas contextualmente, ou seja, em relação com outros pensadores e ideias (SKINNER, 1999).

Skinner (1999, pp. 22–23, grifo do autor) define assim sua perspectiva metodológica:

Pode-se dizer que minha argumentação exemplifica uma abordagem particular do estudo e interpretação dos textos históricos. A essência de meu método consiste em tentar situar esses contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores, estavam fazendo ao escrevê-los. Como isso deixa implícito, estabeleço uma clara distinção entre o que considero serem duas dimensões discerníveis da linguagem. Uma delas tem sido convencionalmente descrita como a dimensão do sentido, o estudo do significado e do referente supostamente ligados às palavras e frases. A outra encontra sua melhor descrição como a dimensão do ato linguístico, o estudo da gama de coisas que os falantes são capazes de fazer em (e por meio de) seu uso das palavras e frases. A hermenêutica tradicional tem-se concentrado de um modo geral e amiúde exclusivo, na primeira dessas dimensões; quanto a mim, concentro-me muito na segunda. Procuo levar a sério as implicações do fato de que, como diz Wittgenstein em suas *Investigações filosóficas*, ‘as palavras também são atos.

A abordagem contextualista requer do analista, conforme Silva (2009, p. 310), “situar o texto em questão no contexto de convenções linguísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas dos quais o texto ocupa-se”. Isso corresponde, segundo Skinner (1999), a retirar o autor de uma posição central, como um “sistema filosófico” e conectá-lo às formas de pensar e ideias de seu tempo.

A perspectiva de Thompson (2002) sobre o contexto difere significativamente da de Skinner (1999), pois confere à relação entre ação discursiva e contexto uma separação, tratando o contexto como “pano de fundo” no qual o esforço de interpretação das formas simbólicas é enquadrado. A concepção de contexto de Skinner não apenas evita essa distinção artificial, como integra a interpretação das ações ao contexto. Todavia, este alerta para a necessidade de compreender o contexto de um modo menos restrito, não deve resultar na simples sobreposição conceitual de Skinner sobre Thompson. Acredita-se que é possível um enriquecimento do conceito de contexto a partir da compreensão da relação integrada entre este e formas simbólicas, além da consideração conjunta de elementos dos níveis de análise estrutural de Thompson (2002) e das convenções linguísticas, nestas compreendidas os confrontos entre abordagens sobre temas e valores em disputa na época. Acredita-se que, considerar os “significados textuais” e as “intenções dos autores”, como parte da interpretação do contexto do objeto de análise, é integrar a interpretação do contexto sócio-histórico à própria interpretação das formas simbólicas.

Considerando que as formas simbólicas fazem parte do contexto e este não se configura em um elemento externo àquelas, a análise sócio-histórica proposta por Thompson (2002), por ser, ainda que insuficiente, um modo importante de elucidar as condições contextuais nas quais as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas, foi considerada como parte do processo interpretativo das condições sócio-históricas, pois ajuda no esforço de entendimento sobre elementos da realidade. No entanto, para alcançar uma compreensão integrada entre contexto e formas simbólicas, no caso de Darcy Ribeiro, há que se considerar também, de modo articulado, as ações exercidas nas condições sócio-históricas enquanto um de seus elementos e em relação a outros atores e ideias.

No âmbito do Parlamento, o conjunto das formas simbólicas que compõe a atuação parlamentar de Ribeiro abrange suas intervenções no Plenário, seus projetos de lei, requerimentos, participação em comissões e a revista publicada pelo gabinete. Para alcançar uma compreensão, contextualmente, situada da atuação de Darcy Ribeiro no



Senado, tornou-se necessária uma ampliação do conceito de contexto por meio da consideração das contribuições da perspectiva de Skinner, embora se tenha como ponto de partida o referencial metodológico da Hermenêutica da Profundidade. Para operar esse conceito de contexto, a partir do referencial metodológico proposto por Thompson (2002), há que se considerar essas mesmas formas simbólicas, num sentido ampliado, como atos de fala, um “ato de fala”<sup>7</sup> que está “de acordo com certas normas e convenções” (SOUZA, 1990, p. 11). A consideração de que as formas simbólicas são ações não implica em tomá-las como objetos isolados e as coloca em sintonia com a autoria: uma ação produz seus efeitos, não se encerra em seu formato preso ao meio técnico e pode ser recriada de diferentes maneiras. Portanto, as formas simbólicas são meios através dos quais as disputas travadas na definição de entendimentos sobre a realidade social ocorrem, nos embates para definir o próprio contexto sócio-histórico.

O enriquecimento dos conceitos de contexto e formas simbólicas ajudam a integrar não apenas a ação ao contexto, mas também as dimensões da produção à recepção. A consideração ampliada de contexto possibilita que elementos comuns ao circuito completo das formas simbólicas sejam utilizados em sua interpretação, independentemente, se produtores e receptores compartilharam ou não situações espaço-temporais. Para exemplificar essa constatação pode-se perceber que os discursos proferidos no Plenário do Senado, em sua forma oral, foram recebidos restritamente, na mesma situação espaço-temporal apenas pelos demais presentes à sessão. Até o ano de 1995, estes discursos não possuíam um canal de comunicação televisionado e até 1997, de comunicação via rádio (BRASIL, 2011f), que permitisse às pessoas acompanharem, em outras localidades, ao vivo ou gravadas, as sessões plenárias do Senado brasileiro na íntegra, o que restringia a esfera da recepção. Ou seja, os discursos proferidos em Plenário apenas eram tornados públicos através de sua forma escrita ou por meio de gravação em mídia como fita de VHS. Independente disso, Senadores e seus expectadores, por exemplo, mesmo afastados fisicamente, compartilhavam um contexto social mais amplo, em termos regionais ou nacional, marcado por diferenças sociais,

---

<sup>7</sup>A Teoria de Ato de Fala, no âmbito da Filosofia da Linguagem, foi desenvolvida inicialmente por Austin na década de 1950. Atos de fala consistem no sentido pragmático da linguagem. Segundo essa concepção, o uso da linguagem é uma “forma de ação”, não simplesmente “um modo de representação do real”. A linguagem, enquanto “unidade de significação” possui “três dimensões integradas ou articuladas”: a) “ato locucionário” – “dimensão linguística”; b) “ato ilocucionário” – “[...] núcleo do ato de fala, tem como aspecto fundamental a força ilocucionária. A força consiste no performativo propriamente dito, constituindo o tipo de ato realizado” e c) “ato perlocucionário” – impacto do ato sobre a reação dos interlocutores (SOUZA, 2010, pp. 222–224).

econômicas, de gênero, de projetos políticos e interpretações sobre a realidade social. Neste sentido, a ampliação da noção de contexto e formas simbólicas opera como um facilitador que permite integrar a interpretação das esferas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas a partir de elementos compartilhados da realidade social, independente do meio técnico empregado na veiculação da forma simbólica.

A síntese do referencial teórico-metodológico adotado neste estudo se encontra no Quadro 3.

Nível de análise	Definição
<b>Análise Sócio-histórica</b>	Conceito ampliado de contexto sócio-histórico: não apenas dimensões estruturais, mas também contexto linguístico e valorativo da época.
<b>Análise formal ou discursiva</b>	Conceito ampliado de formas simbólicas: são também atos de fala que possuem a capacidade de produzir efeitos sociais. Algumas dessas formas possuem uma estrutura interna articulada, mas sempre em conexão com outras ações do mesmo ator e de terceiros.
<b>Interpretação-Reinterpretação</b>	Considera a relação entre contexto social e atos de fala em sentido ampliado. Interpreta as conexões entre alguns elementos das dimensões estruturais, do contexto linguístico e valorativo da época com as formas simbólicas e seus efeitos sociais.

**Quadro 3 – Síntese do referencial teórico-metodológico.**

## 1.1 Objetivos e Procedimentos Metodológicos

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os diálogos e disputas travados por Darcy Ribeiro para compreender sua atuação como Senador (1991-1997).

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Conhecer o contexto sócio-histórico no qual a atuação parlamentar de Darcy Ribeiro estava imersa.

Analisar as características internas das manifestações no Plenário (discursos e apartes), requerimentos, proposições normativas, artigos publicados na grande imprensa, bem como a revista editada por Darcy Ribeiro.

Verificar como as ações realizadas por Darcy Ribeiro disputaram ou dialogaram com outras proposições na definição de temas para a produção de efeitos sociais.

### **1.1.3 Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos adotados para a coleta de dados foram técnicas de documentação indireta. Segundo Bastos (2009), as técnicas de pesquisa de documentação indireta compreendem a realização de pesquisa por meio de fontes bibliográfica e documental. Estas pesquisas em fontes secundárias ajudaram a compor os conjuntos de intervenções de Darcy Ribeiro no Parlamento e a definir os demais elementos contextuais relacionados. As pesquisas foram realizadas nos arquivos da Fundação Darcy Ribeiro, do Centro de Documentações da Fundação Getúlio Vargas, do Senado Federal, e nas bibliotecas do Congresso Nacional, da UnB, UFRGS e UERJ. Foram também consultados materiais de pessoas que trabalharam com Darcy Ribeiro. A estas se somou a busca de fontes e referências por meio da internet.

Como intervenções de Darcy Ribeiro foram consideradas as manifestações no Plenário, proposições normativas, artigos publicados na grande imprensa, bem como a Revista por ele editada. A partir do “corpus empírico, que representa a totalidade do arquivo de que dispõe o analista” (GUIMARÃES, 2001, p. 46), efetuou-se um recorte, a partir de critérios de relevância teórica, sincronicidade e homogeneidade (BAUER e AARTS; 2004). Considerando a existência de materiais de fontes e formatos diferentes, optou-se por definir os dois primeiros critérios como preponderantes. Os materiais selecionados abrangeram: carta enviada aos correligionários para pedir apoio durante as eleições; panfleto usado na disputa eleitoral; artigo de defesa contra ataque da oposição publicado durante o certame; primeiro e segundo discursos proferidos na Tribuna do Plenário; discurso de defesa de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação; artigos publicados na revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias* sobre a situação do negro no Brasil e sobre a América Latina no contexto mundial.

A análise interna de suas ações foi efetuada em termos de estrutura de raciocínio a partir de uma aproximação da abordagem definida por Thompson (2002, pp. 374–375) de “análise argumentativa”, a qual objetiva “reconstruir e tornar explícitos os padrões de

inferência que caracterizam o discurso”. Além disso, se identificou como o intelectual definiu e articulou os conceitos centrais que deram substrato para a composição de seus posicionamentos.

Para compor o contexto foram consideradas notícias, notas, reportagens e editoriais publicados em veículos de comunicação, livros, revistas, documentos e outros que foram encontrados. A partir da compreensão das características do contexto, procedeu-se à análise de algumas das ações de Darcy Ribeiro em relação aos seus elementos sócio-históricos. Para tanto, junto a esse esforço de “síntese interpretativa” de fechamento do enfoque da Hermenêutica da Profundidade, buscou-se analisar também conexões entre a prática do pensador e outras posições sobre temas em disputa para a produção de efeitos sociais.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: 1990-1997**

A condição de subjuogo no plano internacional e o desprezo das elites políticas pela maioria da população brasileira foram aspectos da realidade nacional e, por extensão, latino-americana, que Darcy Ribeiro criticou em obras como o *Povo Brasileiro* e *Brasil como Problema*, ambas publicadas no final de sua vida, mas construídas ao longo de sua trajetória. Ribeiro, assim como Freire (1994), concebeu o ato de escrever como uma ação política carregada de sentido ético, ou seja, o exercício intelectual como um dos modos de ação sobre o mundo para transformá-lo. A obra *Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu no que deu*, publicada na década de 1980, teve esta mesma intenção de “influir nos acontecimentos”, a preencher – ou, ao menos, tentar contribuir para ocupar – o “[...] vazio de desmemória a fazer de nós ‘um país eternamente inaugural’” (RIBEIRO, 1985, p. 12).

Neste livro, Ribeiro (1985) apresentou, para cada ano, de 1900 a 1980, um conjunto de tópicos que identificaram atores relevantes, exploraram acontecimentos, apontaram condições críticas da sociedade, abordaram momentos da cultura. Segundo o próprio autor (RIBEIRO, 1985, p. 12), sua interpretação é realizada a partir da recapitulação de

“[...] acontecimentos políticos, que tiveram consequências, lutas populares quase sempre perdidas, feitos culturais memoráveis, cantigas e gozações. Tento, sempre, assumir o olhar do povo olhando os ricos viverem e se

regalarem; mas vivendo, ele também, com esta alegria miraculosa para gente tão oprimida e esfomeada”.

A obra de Ribeiro (1985) apresenta um método que pode ser usado para a construção de uma interpretação da realidade nacional de outros períodos históricos. Este foi o método escolhido para a sistematização dos elementos históricos, considerando acontecimentos e atores, que tiveram relevância entre os anos 1990 - 1997, intervalo de tempo que inclui a sua eleição e a atuação no Senado Federal.

O contexto brasileiro dos anos 1990 foi precedido por um longo período no qual os interesses das elites nacionais foram articulados com os dos países europeus e Estados Unidos, conformando uma relação de “modernização reflexa”, através de uma “atualização”<sup>8</sup> dirigida externamente e produtora de “atrasos” sociais e econômicos, além de uma economia dependente subordinada aos interesses daqueles mesmos países ricos financeiramente e das suas organizações multinacionais (RIBEIRO, 1977).

A composição etnográfica e demográfica da população do Brasil ao longo dos séculos decorreu de processos de miscigenação simultâneos à desvalorização das raças negra e parda. As elites políticas e econômicas nacionais exerceram a discriminação explicitada no ideário de branqueamento da população com concepções racistas sobre a natureza do negro e do indígena e desprezando a maior parte dos brasileiros em condição de pobreza. A renegação da identidade do brasileiro somou-se à identificação e subserviência da pequena parcela de abonados que exercem a dominação sobre o Brasil, além do uso predatório da força de trabalho do povo para a manutenção de seus padrões de consumo diferenciados (RIBEIRO, 2006).

A legalidade auferida ao exercício da dominação colonial, a qual iniciou sob o respaldo da Igreja Católica (RIBEIRO, 1995a) e se expandiu contemporaneamente através das instituições financeiras internacionais, desdobrou-se em contratos comerciais e termos de trocas desequilibrados de produtos e tecnologias, além da

---

<sup>8</sup> Em *As Américas e a Civilização* (RIBEIRO, 1977), o autor afirma que as sociedades não evoluíram de modo autônomo, assim como suas diferenças: ambas foram construídas a partir de relações dinâmicas decorrentes dos processos civilizatórios, os quais impactaram sobre a esfera adaptativa (práticas de produção econômica), associativa (normas e instituições de organização política) e ideológica (conjuntos de valores e crenças) das diferentes coletividades. Os processos civilizatórios que repercutiram sobre os países latino-americanos decorreram de revoluções tecnológicas – mercantil e industrial –, significando para aqueles uma atualização, ou seja, conseqüências reflexas da aceleração evolutiva dos países dominadores. As configurações sociais e econômicas que advieram desse contexto representaram o estabelecimento de relações de dominação no plano tecnológico, pela sobreposição de domínio de saberes e recursos; no âmbito institucional, pela imposição de instituições e na esfera cultural, iniciando uma relação de deculturação – abandono da cultura original para adoção de outros construtos culturais – chegando a uma relação de aculturação – cristalização de um novo repertório cultural para facilitar o estabelecimento de uma ordem econômica de subjugo.

supremacia estabelecida através de mecanismos internacionais aceitos e adotados por todos os países capitalistas no âmbito do mercado financeiro. Estas relações econômicas se reproduziram no Brasil, oportunizadas e ao mesmo tempo, influenciadoras de outras dimensões da vida social (LIRA, 2010).

O Brasil do século XX passou por transformações significativas que levaram o país a uma situação de precarização das condições de vida da maioria dos brasileiros e a intensificação de uma relação de dependência econômica no plano internacional. A ditadura militar, em especial, se constituiu em um período em que essa situação foi agravada (RIBEIRO, 1985). O aumento da dívida externa, que passou de “9,8% do PIB”, nos anos 1970, para “18,9%”, na década seguinte; a ampliação do valor de amortização da dívida, que evoluiu de 230 milhões de dólares, em 1970, para mais de 6 bilhões de dólares, em 1980; a dominação do capital internacional na produção nacional de itens como medicamentos, assim como da extração e comercialização de minérios; a concentração de renda<sup>9</sup> e do latifúndio, foram algumas das transformações que ocorreram no Brasil e que foram herdadas pelas gerações incumbidas de reconstruir o país sobre bases democráticas (RIBEIRO, 1985). Além disto, no âmbito das políticas sociais, a precarização dos serviços educacionais, por exemplo, com o achatamento salarial dos professores e o financiamento governamental do ensino privado, produziu a degradação da escola pública, gratuita e laica (LIRA, 2010).

Os anos 1980, no Brasil, foram marcados pela luta em prol do retorno da democracia, o que envolveu amplos setores da sociedade brasileira desde a década anterior, a exemplo dos sindicatos e movimentos sociais. Naquele período também se organizaram, no plano nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os diversos partidos políticos, entre outros atores relevantes (BATISTA, 2007). Alguns destes tiveram um papel importante na defesa de suas ideias, inclusive inserindo algumas de suas propostas na forma de princípios e direitos na Constituição Federal de 1988 (COSTA, 2000), além da defesa do Estado Brasileiro contra a degradação empreendida por parte da elite política na década de 1990, a serviço dos ideários privatistas e neoliberais.

A crise da dívida pública internacional associada, entre outros fatores, ao aumento da taxa de juros, especialmente pelos Estados Unidos da América (EUA), e a

---

<sup>9</sup> Segundo o DIEESE (ano XII, n. 153, p. 93 apud NEVES, 2000, p. 22), “o Brasil tem a terceira renda mais concentrada do mundo. O Banco Mundial, no seu relatório de 1993, revela que os 10% mais ricos do Brasil se apropriam de 51,3% da renda nacional”.

incapacidade dos países latino-americanos em arcar com o montante devido, levou o Brasil a declarar moratória da dívida em 1987, assim como havia feito o México, em 1982. A crise econômica e social na América Latina e no Brasil, embora relacionada a múltiplos fatores externos, resultou no descrédito do modelo de desenvolvimento econômico adotado até então, pautado pela defesa da produção interna através da substituição de importações como propulsor da indústria nacional e da oferta de produtos e serviços pelo próprio aparelho do Estado (CASTRO, 2004).

Castro (2004, p. 142) pondera que, no plano internacional, fatores como o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim, o fortalecimento do sistema financeiro internacional, a formulação do neoliberalismo como “paradigma dominante”, além da incapacidade de união dos países latino-americanos em contraposição às pressões externas, levaram o Brasil a aderir às orientações de reforma apregoadas por atores como o FMI. No âmbito interno, a incapacidade dos planos econômicos em conter as altas-taxas inflacionárias, associadas à “desmoralização” do aparelho do Estado e do seu corpo funcional como provedor de serviços sociais, inclusive, difundida pela mídia empresarial, produziu um “ambiente derrotista” e a ascensão do “mito do mercado” (SODRÉ, 1995 apud MARRA, 2000, p. 51).

O neoliberalismo adquiriu, no âmbito internacional “o status de paradigma único do capitalismo triunfante” (WADE, 1997 apud PEREIRA, 2009, p. 191) e teve como diretrizes o que ficou conhecido como o *Consenso de Washington* (PEREIRA, 2009, p. 192), a serem seguidas pelos países do Leste Europeu e da América Latina, a exemplo do que vinha ocorrendo no Chile e no México. Pode-se perceber o Consenso de Washington como parte da estratégia maior, apontada por Lafer e Fonseca (1994 apud CASTRO, p. 79) para a “cobrança coletiva” diante do quadro de inadimplência dos países devedores, a exemplo do Brasil, e da crise bancária dos credores ricos, como os EUA. As diretrizes do Consenso de Washington foram sintetizadas a partir da compilação de Williamson (1992), conforme o Quadro 4.

Tópico	Prescrição
<b>Disciplina fiscal</b>	Controle dos déficits orçamentários, aumento do superávit primário e déficit operacional de até 2% do PIB.
<b>Prioridades dos gastos públicos</b>	Redirecionamento de gastos públicos de “áreas politicamente sensíveis”, como defesa, para áreas com “alto retorno econômico e potencial para melhorar a distribuição de renda, como saúde, educação e infra-estrutura”.
<b>Reforma fiscal</b>	Aumento da base tributária; “corte de taxas tributárias marginais”; “melhoria do controle tributário” e “juros tributários adquiridos sobre ativos no exterior”.
<b>Liberalização de financiamento</b>	Preferência por taxas de juros definida pelo mercado, eliminação de privilégios na definição de taxas de juros e moderação de seu patamar.
<b>Taxa de câmbio</b>	Unificação das taxas de câmbio em um nível “competitivo”, garantindo esta vantagem no futuro.
<b>Liberalização do comércio</b>	Redução gradual das barreiras ao comércio, transformando restrições em tarifas que sejam “progressivamente” reduzidas até um patamar unificado.
<b>Investimento externo direto</b>	Tratamento igual para firmas estrangeiras e nacionais. Restrições a firmas estrangeiras devem ser eliminadas.
<b>Privatização</b>	Privatização das empresas estatais.
<b>Desregulamentação da economia</b>	Extinção de regulamentações que restrinjam a inserção de novas empresas no mercado ou que reduzam a competição. “Assegurar que toda a regulamentação seja justificada por critérios tais como segurança, proteção ao meio ambiente ou uma supervisão prudente de instituições financeiras”.
<b>Direitos de Propriedade</b>	Garantia, pelo setor judiciário, de direito de propriedade, a custos reduzidos e acessível ao setor informal.

**Quadro 4 – Síntese das diretrizes do Consenso de Washington**

Fonte: WILLIAMSON, 1992, pp. 44–45.

No Brasil, essas diretrizes foram implementadas no início dos anos 1990, no Governo de Fernando Collor de Mello, estendendo-se e intensificando-se nos Governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (ALMEIDA, 2010). A adesão a este receituário implicou no aprofundamento da inserção no processo de “financeirização global” (BATISTA, 2007, pp. 83–84), na modificação das formas de produção, e, por conseguinte, na precarização das condições de trabalho (BATISTA, 2007), além da redução da oferta de serviços públicos. A consolidação destas mudanças levaram diversos atores sociais a articular suas bandeiras de luta e defender, além das condições de vida já ameaçadas, a soberania do país.

Feita esta introdução e para compreender o contexto histórico-social no período em que ocorreu a atuação parlamentar de Darcy Ribeiro, apresenta-se a seguir uma compilação de alguns dos principais acontecimentos dos anos 1990-1997.



## 2.1 1990: Ano do Confisco

- Fernando Affonso Collor de Mello, do pequeno Partido da Reconstrução Nacional (PRN), tomou posse, após vencer nas urnas o candidato da oposição, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). No seu discurso de posse, Collor declarou adesão às diretrizes neoliberais e defendeu o combate à hiperinflação (ALMEIDA, 2010, p. 27).
- Sobre o perfil do novo estadista, o ex-Senador dos EUA, Bruce Babbitt falou: “[...] ele é o único político pós-moderno do Brasil. De uma certa forma, ele se parece com Reagan: tem televisão nos ossos” (NEUMÂNE, 1989, p. 51 apud MARRA, 2000, p. 186).
- Collor iniciou o “[...] o estreitamento da agenda pública, delineando os contornos de uma pauta minimalista em que a questão social perde espaço e os aspectos econômicos ligados ao controle da inflação adquirem primazia” (ALMEIDA, 2010, p. 259).
- Zélia Cardoso de Mello, Professora de Economia da Universidade de São Paulo (USP), como Ministra da Fazenda, aglutinou o Ministério do Planejamento, o Ministério da Indústria e Comércio e metade do Ministério da Agricultura (SABINO, 1991).
- Um dia após a posse, Collor anunciou seu pacote, o *Plano Collor*, adotando medidas que impactaram a vida dos brasileiros, entre as quais, o confisco das contas correntes, poupança e o *overnight* por 18 meses, a restrição do saque ao limite de 50 mil cruzeiros - a nova moeda adotada então, a extinção de 28 organismos públicos, a exemplo da Siderúrgica Brasileira (SIDERBRÁS) e a demissão de 360 mil funcionários públicos (WELTMAN, 1994 apud ALMEIDA, 2010, p. 28).
- O Plano Collor não alcançou a principal meta pretendida: conter a inflação. Além disso, o ano encerrou com taxas de juros reais em 65%, além do aumento do desemprego, da perda salarial (O BONDE, 1991, pp. 20–22) e do encolhimento do Produto Interno Bruto em 4,3% (MARRA, 2000, p. 242). Dentre os motivos para tal fracasso, destacam-se o “[...] atropelamento dos direitos constitucionais e dos setores organizados da sociedade” e a “[...] inadequação entre a base teórica metodológica do plano (monetarista) e as condições concretas da economia brasileira” (ALMEIDA, 2010, p. 70).

- Collor contou com uma coalização de apoio para aprovar projetos no Congresso. Eleito com uma bancada de cerca de 8% dos congressistas, sua base de apoio foi articulada com os “partidos conservadores (PRN, PDS, PFL, PL, PTB e PMDB)” (COSTA, 2000, p. 261).
- Foram aprovados pelo Congresso Nacional o Estatuto da Criança e Adolescente (NEVES, 2000), a Lei Orgânica da Saúde e o Código de Defesa do Consumidor, todos decorrentes da Constituição Federal de 1988.
- O Serviço Nacional de Inteligência, as Divisões de Segurança e Informações e as Assessorias de Segurança Interna, aparatos repressores da ditadura militar, foram extintos. Em seu lugar foi criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos (ZAVERUCHA, 2000, pp. 60–61).
- A dívida pública foi de 119,6 bilhões (GONÇALVES e POMAR, 1990).
- A política educacional, no âmbito federal, continha propostas em que o ensino adquiria “[...] o papel de resgate da dívida social”, a exemplo do *Projeto Brasil Novo*, ainda que beneficiando o setor produtivo através da formação de mão-de-obra qualificada para a acumulação capitalista, a exemplo do *Projeto de Reconstrução Nacional* (NEVES, 2000, p. 6).
- O Ministério da Educação criou um grupo de trabalho e iniciou a formulação de uma política de avaliação dos Cursos e Instituições de Ensino Superior do País (RANGEL, 2007).
- O Fundo de Amparo ao Trabalhador foi instituído e começou a ser implementado três anos depois (BATISTA, 2007).
- Brasil e Argentina assinaram em Buenos Aires uma Ata que previa a aceleração do processo de integração econômica dos dois países, iniciado nos anos 1980, foi um passo em direção ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) (CAPELATO, 2000).
- Quatrocentos e cinquenta trabalhadores rurais sem terra ocuparam a Praça da Matriz em Porto Alegre em protesto pela reforma agrária (PINHEIRO, 1999).
- O MST realizou sua primeira marcha nacional sob o lema *Terra, Emprego e Democracia* (PASQUETTI, 2007, p. 274).
- Foi realizado o II Congresso Nacional do MST, sob o trinômio *Ocupar, Resistir e Produzir* (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2011).

- A Escola de Samba Vila Isabel, do Rio de Janeiro, desfilou com o samba-enredo “Se Esta Terra, Se Esta Terra Fosse Minha”, defendendo a reforma agrária – “Que felicidade é dividir, Com Igualdade pra reforma, reformar!” (UNIDOS DA VILA ISABEL, 2011).
- José Sarney encerrou o mandato presidencial com o cumprimento de 6% do I Plano Nacional de Reforma Agrária, ao assentar aproximadamente 90 mil famílias em 5 anos. Fernando Collor concluiu o ano com o menor número de assentados na última década do século XX: 956 famílias (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2011).
- Os índios Yanomamis<sup>10</sup> protestaram contra a presença de garimpeiros em seu território, fragmentado por decisão do Governo José Sarney, em 19 áreas e reduzidas a 25% do seu tamanho original, através do Projeto Calha Norte<sup>11</sup>, e infiltradas por reservas de garimpo durante o período do referido governo (BIGIO, 2007).
- O Movimento para Cidadania, criado um ano antes com o intuito de mobilizar a sociedade para o cumprimento dos direitos conquistados na Constituição, publica, entre outros documentos, “Yanomami: a todos os povos da terra”, denunciando o descaso e violência vividas por estes povos indígenas (BIGIO, 2007, pp. 287–288).
- O Movimento Negro Unificado (MNU)<sup>12</sup>, realizou, em Belo Horizonte, seu IX Congresso. Entre suas ações, definiu a “atuação política” dentro de suas

---

<sup>10</sup> Conforme Bigio (2007, p. 167), os Yanomamis, conformam um povo indígena silvícola e agrícola que “[...] está dividido em quatro subgrupos linguísticos: Sanumã, Yanam ou Nimam, Yanomamö e Yanomam”. No Brasil, os Yanomamis vivem na região norte do País, compreendendo os Estados do Amazonas e Roraima. Além disso, também vivem em parte da Venezuela. Na década de 1970 eram considerados “[...] o grupo mais numeroso de índios ainda isolados existentes na América do Sul” (TAYLOR, 1975 apud BIGIO, 2007, p. 168) e nos anos 1980, mantiveram o status de maior grupo, porém com menor contato com o processo civilizatório (RAMOS, 1985 apud BIGIO, 2007, p. 168). Existe a hipótese de que esse povo indígena seja o primeiro a habitar a América (FUNAI, 1980, apud BIGIO, 2007, p. 167).

<sup>11</sup> Segundo Bigio (2007, p. 372) o Projeto Calha Norte, como o nome original indica, foi uma estratégia elaborada durante o Governo Sarney, pelo Conselho de Segurança Nacional, para prover “Desenvolvimento e Segurança na Região ao norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas”. Conforme o mesmo autor, a iniciativa subordinou as políticas voltadas aos povos indígenas da Amazônia aos pressupostos desse projeto, qual seja “segurança da fronteira brasileira na região amazônica”. Como consequência da implantação dessa medida, Bigio (2007) salienta a construção de pistas de voos pelo exército, usadas posteriormente por garimpeiros, e a oportunidade criada para a implantação de reservas de garimpos após a fragmentação do território Yanomami.

<sup>12</sup> De acordo com Queiroz (2010, p. 104), o Movimento Negro Unificado foi criado em 1978, em São Paulo, congregando algumas “tendências” do movimento negro em âmbito nacional e catalisando variados discursos contra as formas de opressão decorrentes do preconceito racial. “Diferente das instituições que o antecederam, o MNU surgiu em protesto contra dois atos explícitos de racismo”: a

organizações culturais, como Escolas de Samba e Grupos de Capoeira (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1992 apud QUEIROZ, 2010, p. 107).

- O afoxé<sup>13</sup> *Oba Ayra* foi fundado em Recife (QUEIROZ, 2010, p. 206).
- O *I Encontro de Maracatu do Recife* foi realizado com o intuito de “revitalizar” os maracatus de baque virado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1990 apud QUEIROZ, 2010, p. 256).
- A rede de informações *Um Outro Olhar* (UOO) foi criada e passou a articular diversas organizações nascentes vinculadas aos movimentos lésbicos (LESSA, 2007).
- Em virtude da chacina de 11 jovens moradores da Favela do Acari, no Rio de Janeiro, surgiu o *Movimento Mães de Acari* em defesa dos direitos humanos e resistência à violência praticada pela polícia contra os pobres (NOBRE, 2005, p. 19).
- Luiz Antônio de Assis Brasil publicou o livro *Videiras de Cristal: O Romance dos Muckers* (1992), sobre o movimento messiânico dos Muckers no Rio Grande do Sul.

## 2.2 1991: Ano da Conquista dos Ianomâmis

- O censo demonstrou que a população brasileira era de 146.825.475 pessoas – um aumento de mais de 28 milhões em relação a 1980. Além da distribuição desproporcional da população entre as regiões, os indicadores sinalizaram piores condições de vida nas regiões norte e nordeste, como em educação e saneamento. Por exemplo: a taxa de analfabetismo nacional, de 15,1% entre os jovens de 10 a 19 anos, foi de 21,1% para a região norte e 31,7%, para o nordeste; o percentual de moradias com água canalizada, que no Brasil foi de

---

tortura e assassinato de “Robson Silveira da Luz”- um trabalhador negro preso sem motivação legal e a expulsão de quatro jogadores de vôlei negros do “Clube de Regatas Tietê”. Conforme Santos (2007, pp. 118–124), inicialmente denominado “Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR)”, o MNU teve como um dos seus “embriões” o “Grupo Palmares”, criado em Porto Alegre no início dos anos 1970.

<sup>13</sup> O afoxé é uma “agremiação carnavalesca” que manifesta suas bandeiras de luta através da ação cultural, constituindo-a também em estratégia política (QUEIROZ, 2010, p. 260). Conforme o mesmo autor, suas ações não se restringem às manifestações carnavalescas, mas envolvem a difusão e defesa das suas ideias, valores e práticas contra o preconceito racial e em favor das manifestações culturais negras em outros espaços e momentos políticos.

72,7%, apresentou os piores percentuais nos estados do Piauí e Acre: 34% e 30,7%, respectivamente (KLERING, 2011).

- Diante do fracasso do Plano Collor I, a versão II foi lançada, implantando “[...] a indexação da economia, o congelamento de preços, o fim da correção monetária, do *overnight* e do Bônus do Tesouro Nacional (BTN)” (ALMEIDA, 2010, p. 29), além do aumento de tarifas públicas (PEREZ, 1991). Não conteve a inflação.
- Escândalos de corrupção grassaram e atingiram a imagem do Governo Collor, denúncias envolvendo, entre outras, sua esposa Rosane Collor, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, e o Ministro da Saúde, Alceni Guerra<sup>14</sup> (ALMEIDA, 2010).
- Zélia Cardoso de Mello discursou na reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, acusando o organismo de pressionar o país a pagar os juros atrasados – em virtude da moratória no Governo Sarney, por meio da retenção de crédito. Um mês depois a Ministra deixou a pasta para dar lugar a Marcílio Marques Moreira, ex-embaixador do Brasil em Washington (ALMEIDA, 2010).
- Fernando Sabino publicou o livro *Zélia, uma paixão*, no qual expôs o romance extraconjugal de Zélia Cardoso de Mello com Bernardo Cabral, durante o período em que ambos eram ministros. A obra expôs os bastidores do governo e apresentou opiniões negativas sobre Collor, como a sua carência do sentimento de “humanidade” (SABINO, 1991, p. 164).
- Apesar das críticas ao governo antecedente, durante a campanha eleitoral, Collor cedeu diante da crise e recorreu a “ex-membros do Governo Sarney” para recompor a equipe econômica, a exemplo de Francisco Grós, que retomou a Presidência do Banco Central (ALMEIDA, 2010).
- O Tratado de Assunção foi assinado pelo Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, criando o Mercosul - uma proposta integradora da cultura e dos mercados da região, além de ser uma alternativa à criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (TORRES, 2006).
- “Ao longo do ano foram [...] revogados 111 mil decretos, representando 87% do total de 127 mil decretos editados pelo Poder Executivo desde a Proclamação da República” (MARRA, 2000, p. 239).

---

<sup>14</sup>Posteriormente inocentado.

- O *Plano Nacional de Desestatização*, lançado no início do Governo Collor, começou a ser implantado. Quatro empresas foram privatizadas: a USIMINAS (do setor siderúrgico), a CELMA (fornecedora de peças de aviões), a MAFERSA (produtora de veículos de transporte coletivos) e a COSINOR (siderúrgica) (ALMEIDA, 2010). As quatro empresas foram vendidas por 1,7 bilhão de dólares (MARRA, 2000).
- As “demissões” decorrentes da crise econômica, aceleraram a “reestruturação produtiva” e a “flexibilização de direitos dos trabalhadores” (BATISTA, 2007, p. 111).
- A Fundação Nacional do Índio deixou de ter exclusividade na condução da política de educação indígena. Esta mudança foi introduzida pelo Decreto Presidencial nº 559/91 (SOUZA, 2000).
- Os trabalhadores rurais organizados no MST continuaram seus protestos pela reforma agrária e fizeram uma manifestação na cidade de Bagé, no extremo-sul do País (PINHEIRO, 1999).
- A experiência de alfabetização no assentamento do MST, em Bagé, saudada por Paulo Freire, expandiu-se para outras regiões. O MST lançou “os princípios pedagógicos” da escola dos trabalhadores rurais sem-terra, dentre eles, a escola e a educação como elementos indissociáveis na construção de “um projeto alternativo de vida social” (PASQUETTI, 2007).
- Os territórios indígenas dos Yanomamis foram anulados em sua forma legal no “Dia do Índio”, pelo Presidente Collor, oportunizando a discussão e o embate em função da reconquista do território pleno (BIGIO, 2007).
- Ocorreu, em São Paulo, o *I Encontro Nacional das Entidades Negras brasileiras*, contando com a participação de aproximadamente 700 pessoas de 250 grupos vinculados ao Movimento Negro (SANTOS, 2007).
- Foi publicada a primeira edição do *Boletim Deusa Terra*, produzido por um grupo lésbico homônimo paulista, voltado para a constituição de uma “identidade própria da e para a mulher” (BOLETIM DEUSA TERRA, 1991 apud SELEM, 2007, p. 79).
- A Força Sindical foi criada, representando “o campo sindical da nova direita, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado” (ANTUNES, 2000, p. 240).

- A Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizou seu 4º Congresso – 4º CONCURT e defendeu, entre outras proposições, a escola pública de tempo integral, voltada para a formação plena do cidadão (BATISTA, 2007).
- Mais de 7,5 milhões de pessoas participaram de 1128 greves (BATISTA, 2007).
- Os restos mortais dos desaparecidos políticos no Regime Militar Antônio Carlos Bicalho Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Janes e Héler José Gomes Goulart, foram identificados no Cemitério Dom Bosco, no Bairro do Perus, em São Paulo, onde um ano antes foi encontrada uma vala comum. Em Xambioá, no Pará, também foram localizados os ossos de Maria Lúcia Petit da Silva, ex-guerrilheira do Araguaia (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EREMIAS DELIZOICOV, 2011).

### 2.3 1992: Ano dos Caras Pintadas

- A crise de legitimidade devido às denúncias de corrupção do Governo Collor se acentuou. O Presidente tentou contornar a situação com uma reforma ministerial. Porém, a medida não foi suficiente para sustentar sua base no Congresso (CASTRO, 2004).
- Denúncias de Pedro Collor, irmão do Presidente, sobre negociadas e caixa dois envolvendo Fernando Collor e Paulo Cesar Farias, tesoureiro de campanha na eleição de 1989, resultaram em crise nacional e motivaram a abertura da CPI do Impeachment (ALMEIDA, 2010; MARRA, 2000).
- Com os rostos pintados nas cores verde e amarelo, com a expressão “Fora Collor” estampada em camisetas, em faixas ou no próprio corpo, milhares de estudantes saíram às ruas em todo o país para protestar contra o Presidente. Junto a esse coro, somaram-se outros atores sociais que unidos formaram o movimento *Caras Pintadas* (PILAGALLO, 2002).
- Fernando Affonso Collor de Mello renunciou antes de finalizado o processo de *impeachment* para evitar a inelegibilidade. A Presidência da República foi assumida pelo Vice, Itamar Franco. Apesar disso, Collor foi, mais tarde, condenado por crime de responsabilidade pelo Senado Federal e teve seus direitos políticos suspensos por 8 anos (COSTA, 2000).

- Foram privatizadas mais 16 empresas, nove pertencentes ao Governo Federal (ALMEIDA, 2010). Os recursos arrecadados foram irrisórios, em virtude tanto da modalidade de pagamento adotada, quanto do valor global faturado diante da dívida pública.
- As medidas protecionistas à indústria nacional, em especial, as relativas à informática foram eliminadas, oportunizando a exploração do mercado interno pelas multinacionais do ramo e aumentando a dependência tecnológica brasileira (NEVES, 2000).
- “O salário mínimo, em dezembro de 1992, representou 18% do seu valor de 1940 e 60% do valor de 1985” (BOLETIM DIEESE, 1993, p. 5 apud NEVES, 2000, p. 21). A taxa de desemprego passou de 10,5%, no ano anterior, para 16,1% (BOLETIM DIEESE, 1993, p. 4 apud NEVES, 2000, p. 22).
- As paralizações caíram para menos da metade em termos de greves e de número de participantes em relação ao ano anterior (BATISTA, 2007).
- A ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, foi realizada no Rio de Janeiro, com a participação de chefes de estados e movimentos ambientalistas. Enquanto os Governos produziram, entre outros documentos a Convenção Marco sobre as Mudanças Climáticas, que deu origem ao Protocolo de Quioto (ESTADÃO, 2011), os movimentos ambientalistas produziram a Carta da Terra (CERQUEIRA, 2011).
- A frase “não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto” (CORRÊA, 1995 apud CASTRO, 2004, p. 125), proferida por Collor um ano antes, foi referida reiteradamente na ECO-92 e foi usada para justificar o financiamento pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) de projetos para a exploração das riquezas naturais do Brasil.
- “Foi criado o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) que, no entanto, poucas vezes conseguiu articular um campo político de unidade interétnica de dimensão nacional” (SOUZA, 2000, p. 62).
- A *Comissão Externa da Câmara dos Deputados para os Desaparecidos Políticos do Brasil*, além de colher depoimentos de militares envolvidos na repressão da Guerrilha do Araguaia, tentou, sem sucesso, a abertura dos arquivos da ditadura (ZAVERRUCHA, 2000).



- O Ministério de Educação e Cultura passou a desenvolver ações no âmbito da educação indígena e criou áreas específicas, como a “Assessoria de Educação Escolar Indígena”. Além disso, desenvolveu uma política que facilitou a transferência da execução de ações de educação indígena para organizações não governamentais, as ONGs”(SOUZA, 2000, p. 40).
- Após anos de luta, inclusive com o apoio do Ministério Público Federal, os Yanomamis obtiveram a posse integral do território que historicamente ocupavam. A homologação, pelo Presidente Collor, delimitou o Território Indígena Yanomami, localizado nos Estados do Amazonas e Roraima (BIGIO, 2007).
- O Instituto Herbert Levy, em defesa do projeto de ampliação do acesso no ensino de 1º e 2º grau (atual educação básica) através da rede privada, publicou e difundiu a obra *Educação Fundamental e Competitividade Empresarial: Uma ação do Governo* (IHL, 1992 apud NEVES, 2000, p. 8).
- A concentração de terras foi evidenciada pelo Atlas Fundiário, publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): 43% das terras estavam sob o controle de 1% dos maiores proprietários (PASQUETTI, 2007).
- O MST criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) (SÁ, 2007), dando novo impulso ao cooperativismo dos pequenos produtores agrários (PASQUETTI, 2007).
- Migrantes oriundos da região de Canudos fundaram em São Paulo a “União Pelos Ideais de Canudos” (SÁ, 2006).
- A penúria levou a população a saquear supermercados no Rio de Janeiro (ZAVERRUCHA, 2000).
- 111 presidiários foram assassinados por policiais militares na Casa de Detenção de São Paulo, fato conhecido como o Massacre do Carandiru (ZAVERRUCHA, 2000).
- Vladimir Carvalho lançou o documentário *Conterrâneos velhos de guerra*, abordando a saga dos nordestinos na construção de Brasília, na segunda metade do Século XX (FERREIRA, 2008).
- O Fórum de Entidades Negras de Pernambuco foi criado para articular o Movimento Negro Estadual (QUEIROZ, 2010, p. 209).

- O Governo Brasileiro foi denunciado pela CUT à Organização Internacional do Trabalho (OIT), em virtude do desrespeito à *Convenção nº 111 da OIT*, a qual determinou dos Estados signatários o combate à discriminação, inclusive racial, e a promoção de estratégias de efetivação da igualdade no âmbito do trabalho (SANTOS, 2007).

#### **2.4 1993: Ano do Plebiscito**

- O Plebiscito para escolha da forma e sistema de governo, conforme previsto na Constituição de 1988, foi realizado antecipadamente. Venceu o Presidencialismo e a República, embora 25% da população se absteve (AUAD, 2011).
- Foi criada a *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, pressionando o governo para desenvolvimento de políticas públicas contra a miséria. Um dos resultados do movimento que envolveu diversas entidades e personalidades, entre elas, Herbert de Souza, o Betinho, foi a criação do *Conselho Nacional de Segurança Alimentar* (NEVES, 2000).
- Sob as bandeiras privatistas e de reforma fiscal, foi organizado em São Paulo, no início do ano, o *Movimento Nacional Permanente por uma Reforma Fiscal Mais Ampla*, envolvendo mais de 500 entidades de classe. Após a aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) ocorrida no mesmo ano, o movimento arrefeceu (NEVES, 2000).
- O Ministério da Educação formulou, com a participação de representantes de organizações da sociedade, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o *Plano Decenal de Educação para Todos* que objetivava aumentar a escolarização da população (NEVES, 2000).
- O “novo padrão de competitividade” e a “reestruturação produtiva” aprofundaram seus impactos no país: enquanto “são registrados recordes de produção”, ocorre o aumento do desemprego nos diversos setores produtivos (BATISTA, 2007, p. 80).
- Itamar Franco assumiu a Presidência ampliando sua base de apoio no Congresso, distribuindo as pastas ministeriais a aliados como o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (COSTA, 2000).

- O Presidente implementou o *Plano de Combate à Fome e à Miséria*, que mobilizou o apoio de organizações da sociedade (COSTA, 2000).
- “A instabilidade política e econômica assolaram o país” (ALMEIDA, 2010, p. 30). A hiperinflação ultrapassou os 2.500% no ano (PILAGALLO, 2002, p. 206).
- Foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar denúncias de desvio de recursos públicos, pelos apelidados *Anões do Orçamento*, através de emendas parlamentares na Comissão Mista do Orçamento (ZAVERUCHA, 2000, p. 147).
- O Ministro da Economia foi trocado quatro vezes durante os oito meses do Governo de Itamar Franco. Passaram pela pasta, Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Rezende (PILAGALLO, 2002; ALMEIDA, 2010).
- Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Economia e pôs em marcha medidas afinadas com os ideários neoliberais em voga; entre elas: a aceleração e ampliação das privatizações, aumento da arrecadação e corte nos gastos públicos (ver Tabela 1) (NEVES, 2000).

**Tabela 1 – Percentuais de cortes encaminhadas pelo Ministro da Economia FHC ao Congresso Nacional**

<b>Ministério</b>	<b>Percentual</b>
<b>Bem-Estar Social</b>	43%
<b>Integração</b>	31%
<b>Transportes</b>	21%
<b>Educação</b>	25%
<b>Saúde</b>	43%
<b>Agricultura</b>	28%

Fonte: Adaptado de Neves (2000, p. 41).

- As privatizações prosseguiram: seis empresas foram vendidas, dentre elas a Companhia Siderúrgica Nacional. O setor siderúrgico brasileiro passou a ser controlado pela iniciativa privada (ALMEIDA, 2010). Dentre as mudanças introduzidas, o capital estrangeiro passou a poder adquirir 100% das ações e ficou a cargo do Presidente definir o percentual mínimo de moeda corrente exigida em cada compra (BNDES, 1993, p. 8 apud ALMEIDA, 2010, p. 292).
- A CUT expandiu-se: de 1.674 entidades filiadas, em 1991 chegou a 1912. O número de greves também foi ampliado em relação ao ano anterior: enquanto em 1992, foram realizadas 568, em 1993 ocorreram 625 paralizações (NEVES,

2000). O número de grevistas em 1993, em relação a 1992, teve um aumento de mais de 80% (BATISTA, 2007).

- O projeto dos CIEP, idealizado e implementado nos Governos de Brizola no Rio de Janeiro, que haviam sido incluídos na política educacional no Governo Collor sob a sigla *CIAC – Centro Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente*, passaram a ser denominados no Governo Itamar de *CAIC – Centro de Atendimento Integrado à Criança* (NEVES, 2000).
- No centenário do Massacre de Canudos, foram realizadas comemorações no nordeste a partir de memórias contestadoras, “visando evidenciar sua atualidade no contexto das lutas sociais na contemporaneidade” (SÁ, 2007, p. 431). Dentre elas, a *Celebração Popular pelos Mártires de Canudos*, organizado pelo *Movimento Histórico e Popular de Canudos*<sup>15</sup> (SÁ, 2007, p. 182), e a *Romaria de Canudos*, realizada por diversos atores, dentre eles, a Igreja Católica e o MST. Movimentos sociais baianos fundaram o *Instituto Popular Memorial de Canudos* (SÁ, 2007, p. 231).
- ONGs e entidades populares fundaram o *Movimento Nacional de Luta pela Moradia* e se dedicaram à apresentação de suas demandas setoriais, como a criação de um Conselho e de um *Fundo Nacional de Moradia Popular* (NEVES, 2000, p. 55).
- O *I Congresso Nacional de Movimentos Populares*, envolvendo, dentre outros, movimentos comunitários e de defesa do meio ambiente, foi realizado em Belo Horizonte, articulando diferentes demandas. Foi criada no evento a *Central dos Movimentos Populares* (NEVES, 2000).
- Jorge de Moraes Barbosa publicou o livro *Obi. Oráculos e Oferendas* pela Djumbay, Organização pelo Desenvolvimento da Comunidade Negra (QUEIROZ, 2010, p. 118).
- O Movimento Negro Unificado de Pernambuco criou seu primeiro *Núcleo de Base - Malcolm X*, para o desenvolvimento de ações de formação política e

---

<sup>15</sup> O *Movimento Histórico e Popular de Canudos* surgiu na década de 1980 para resgatar historicamente a experiência de Canudos, bem como para mobilizar politicamente em prol do acesso à terra e melhores condições de vida no nordeste. Após a perseguição política de um dos líderes religiosos do movimento, o padre Enoque Oliveira, o mesmo abandonou as atividades sacerdotais no âmbito da Igreja Católica e fundou a *Igreja Popular*. Posteriormente ocorreu um processo de cisão, o Movimento ampliou suas bandeiras de luta, passou a ser realizado em paralelo às iniciativas da Igreja Católica e se tornou uma ONG (SÁ, 2006.).

cultural e lançou o Boletim *Omnira*, para discutir e protestar contra a condição de opressão da mulher negra (QUEIROZ, 2010).

- Foi realizado no Rio de Janeiro o 7º *Festival Internacional do Oprimido*, no qual os atores interpretaram e debateram as diversas formas de opressão na sociedade contemporânea (SCHILD, 1993, p. 5).
- Ocorreu o Massacre da Candelária, em que 7 crianças e um jovem foram assassinados nas proximidades da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro (LOPES, 1994). Um mês após, ocorreu o Massacre da Vigário Geral, também no Rio de Janeiro, em que 21 moradores da Favela Vigário Geral foram assassinadas por policiais, com o intuito de vingar a morte de membros da corporação (VENTURA, 1994).
- 16 índios Ianomâmis foram assassinados na fronteira entre Brasil e Venezuela por garimpeiros brasileiros (UCHÔA, 1993). Foi contabilizado, em 1993, o assassinato de 53 índios e o suicídio de 16 (RICUPERO, 1994).

## 2.5 1994: Ano do Real

- Itamar Franco e Maurício Corrêa, então Ministro da Justiça, foram fotografados e filmados por jornalistas festejando o carnaval. O primeiro, acompanhado de uma modelo sem calcinha; o segundo, aparentemente embriagado. Ambos foram publicamente criticados pela mídia e por membros das Forças Armadas, por comportamentos incompatíveis com os cargos (ZAVERUCHA, 2000).
- A Secretaria de Assuntos Estratégicos foi criticada por investigar sindicatos e partidos de oposição, além de divulgar algumas dessas informações (ZAVERUCHA, 2000).
- Itamar Franco deu continuidade ao programa de privatizações e leiloou 22 empresas, das quais somente três correspondiam à venda de controle acionário (ALMEIDA, 2010).
- A revisão constitucional, iniciada no ano anterior, foi concluída sem modificações nos direitos sociais. CNBB, ABI, OAB, CUT, CGT e os partidos PT, PDT, PSB, PC do B e PSTU opuseram a alterações na Carta Magna, enquanto a CNI e a Força Sindical e os partidos PSDB, PFL, PPR e PPS foram

favoráveis a mudanças privatizadoras e de redução de direitos (NEVES, 2000, pp. 51–52).

- A precarização das condições de trabalho da maioria dos trabalhadores perdurou: “5,2 milhões de pessoas trabalhavam e não eram remuneradas, 2,4 milhões estavam desempregadas, 12,3 milhões recebiam menos de um salário-mínimo por mês (65 dólares)” (FREIRE, 1994, p. 328).
- A CUT realizou seu 5º Congresso e incluiu em suas deliberações, pela primeira vez, os princípios de formação profissional, considerando-os como fator fundamental de emancipação frente à intensificação da exploração capitalista (BATISTA, 2007).
- O movimento sindical realizou greves no setor petrolífero, de segurança pública e na metalurgia, com a mobilização de 77 mil metalúrgicos e 50 mil petroleiros (ABC de LUTA, 2011).
- O Plano Real foi criado. A nova moeda foi implantada gradativamente através da adoção inicial do indexador *Unidade Real de Moeda*, permitindo uma transição intermediada entre uma moeda inflacionada, o cruzeiro, e a moeda nova vinculada ao dólar (ALMEIDA, 2010). O anúncio da adoção da nova moeda e a implantação do URV geraram novas perdas salariais (NEVES, 2000).
- O sucesso do Plano Real em conter a inflação serviu de mote para a candidatura e vitória de Fernando Henrique Cardoso à Presidência do Brasil, pelo PSDB (COSTA, 2000). Com 54,3% dos votos válidos em primeiro turno, o candidato da situação venceu Luís Inácio Lula da Silva (NEVES, 2000) e Leonel Brizola e Darcy Ribeiro<sup>16</sup>.
- Foi criada Agência Espacial Brasileira (ZAVERUCHA, 2000).
- Murilo Hingel, Ministro da Educação, reativou o projeto *Campanha Nacional de Escolas da Comunidade* (CNEC), criado no final dos anos 1980 (NEVES, 2000).
- O Exército subiu nos morros do Rio de Janeiro na *Operação Rio* à procura de traficantes. A mídia local apoiou a ação militar e membros da Igreja Católica fizeram coro às denúncias de violência contra os moradores de favelas, a exemplo do Morro do Borel (ZAVERUCHA, 2000).

---

<sup>16</sup> Conforme o Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2011a), a chapa de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro obteve 3,18% dos votos válidos no primeiro turno.

- Antônio Olavo lançou o filme *Paixão e Guerra no Sertão de Canudos*, que proporcionou “um questionamento sobre a existência de vozes alternativas à da memória dominante” (SÁ, 2006, p. 379).
- Florestan Fernandes (1994) publicou o livro *Consciência negra e transformação da realidade*.
- Paulo Freire lançou a obra *Cartas a Cristina* (1994), na qual retoma memórias da infância e as articula com a construção de suas ideias e posições sobre o compromisso de educar.
- Hélio Jaguaribe foi criticado por defender a tese de eliminação dos índios até o ano 2000, por considera-los em “estado primário de evolução” (O GLOBO, 1994 apud RICARDO, 1996, p. 37).

## 2.6 1995: Ano da Greve dos Petroleiros

- FHC incorporou os ideais neoliberais e implantou o “estado social liberal”, expresso no “*Plano Diretor do Aparelho de Estado*”, produzido por Bresser Pereira (SOUZA, 2000), “cuja emenda constitucional foi aprovada pelo Congresso Nacional” (FARIAS, 2006, p. 25).
- A Câmara dos Deputados passou a ser composta majoritariamente por parlamentares vinculados a partidos de direita: até 1994, a composição era de 36,97%; neste ano aumentou para 50,89% (NEVES, 2000).
- O Congresso Nacional aprovou o fim do monopólio das telecomunicações e do gás natural (ALMEIDA, 2010, pp. 33–34).
- Diante da crise do sistema financeiro nacional em virtude da estabilidade econômica e do fim dos lucros dos bancos com a especulação inflacionária, o Governo FHC criou o *Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional* (PILAGALLO, 2002).
- Além da privatização da Companhia Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), foram vendidas as ações da Petroquisa em diversas empresas do ramo de produção de hidrocarbonetos, entre elas à Companhia Petroquímica do Camaçari (ALMEIDA, 2010, p. 333).
- Os investimentos em áreas sociais foram reduzidos. “FHC investiu, em relação à 1994, menos 35,22% em educação e menos 28,29% em saúde” (TOLED, 1996 apud ZAVERUCHA, 2000, p. 28).

- O Exame Nacional de Cursos foi instituído para avaliação da qualidade do ensino superior no País (RANGEL, 2007).
- O Plano Nacional de Formação (PLANFOR) foi lançado pelo Governo Federal e estruturou, nas três esferas de governo, as ações de formação profissional voltadas para o aumento da empregabilidade. Nos conselhos tripartites implantados, os trabalhadores obtiveram uma terça parte do poder de decisão (BATISTA, 2007, pp. 127–129).
- A orientação do emprego da violência, dada pelo Secretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro, Nilton Cerqueira, se traduziu na frase “atira depois confere”. Durante sua gestão, ocorreu um aumento de mais de 640% na média mensal de assassinatos resultados de operações da Polícia Militar (ZAVERRUCHA, 2000, p. 199).
- No Distrito Federal, o Governo de Cristovam Buarque, então do Partido dos Trabalhadores, inovou, criando o *Programa Bolsa-Escola*, de distribuição de renda para famílias de estudantes carentes, e as *Temporadas Populares*, de fomento à cultura nas férias escolares (FERREIRA, 2008, p. 62).
- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios demonstrou que o trabalho infantil estava associado, entre outros fatores, à cor de pele, e que 581,3 mil crianças de 5 a 9 anos e 3,3 milhões, na faixa etária de 10 a 14 anos, trabalhavam, por semana, em média 16,2 horas e 26,5 horas, respectivamente (BRASIL, 2011b).
- O Brasil liderou, com sucesso, a mediação do acordo de paz entre Equador e Peru, após décadas de conflitos fronteiriços. Ambos os países assinaram, em Brasília, a *Declaração de Paz do Itamaraty* (RIBADENEIRA, 2000).
- Embora o Mercosul tenha avançado pouco em relação à sua proposta original de integração regional, entre outros fatores, pela demora de institucionalização interna dos acordos multilaterais e à crise econômica dos países, seus membros assinaram um *Acordo Inter-regional de Cooperação* com a União Européia (TORRES, 2006).
- A Lei nº 9.140 entrou em vigor, possibilitando o recebimento de indenizações pelos familiares de desaparecidos políticos durante o Regime Militar. Embora ocorresse pressão pelos familiares e movimentos de direitos humanos, os



arquivos da ditadura permaneceram guardados pelas Forças Armadas (ZAVERRUCHA, 2000).

- O Ministério do Meio Ambiente, apoiado por organizações financeiras internacionais, entre elas, o BIRD, lançou o *Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG7). Ao contrário do que o nome diz, o propósito da iniciativa foi financiar projetos de ONGs voltados para a conciliação de objetivos econômicos e objetivos ambientais no uso das florestas brasileiras (SOUZA, 2000).
- A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, vinculada à CUT, após pressão exercida sobre o Governo Federal, obteve a aprovação do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF*, prevendo linhas de financiamento para os pequenos agricultores (PINHEIRO, 1999, pp. 16–17).
- Ocorreu o Massacre de Corumbiara (PASQUETTI, 2007). Durante a ocupação da Fazenda Santa Elena, em Corumbiara, Rondônia, integrantes do MST foram atacados por policiais e jagunços. Além dos desaparecidos e dos torturados, 11 pessoas foram executadas e tiveram seus corpos queimados (MESQUITA, 2011). Foram contabilizados 440 conflitos por terra no país.
- O MST realizou seu III Congresso Nacional sob o lema *Reforma Agrária, Uma Luta de Todos* (SÁ, 2006).
- Ocorreram 145 ocupações de terra, conforme registros do INCRA (PASQUETTI, 2007).
- Petroleiros entraram em greve para defender ajuste salarial e protestar contra a ameaça de privatização do setor petrolífero. A greve durou 31 dias e o Exército reprimiu os grevistas e ocupou as refinarias (ANTUNES, 2004). “Além de não ter nenhuma das reivindicações atendidas, os sindicatos foram condenados a pagar pesadas multas” (BATISTA, 2007, p. 113).
- O movimento estudantil uniu-se aos petroleiros e protestou em frente ao Congresso contra o fim do monopólio do petróleo nacional (ZAVERRUCHA, 2000).
- As Pastorais Sociais, em articulação com outros movimentos sociais, realizaram o *1º Grito dos Excluídos* sob o lema *A Vida em Primeiro Lugar*, no dia 7 de setembro, em 170 cidades (GRITO DOS EXCLUÍDOS, 2011).

- Mais de trinta mil pessoas participaram da *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*, realizada em Brasília, no dia 20 de novembro, e organizada por Movimentos Sociais Negros<sup>17</sup>, em prol das suas bandeiras de luta e em memória aos 300 anos da morte do Zumbi dos Palmares (SANTOS, 2007).
- Os Movimentos Sociais Negros produziram e apresentaram para FHC a proposta do *Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade* que, entre suas demandas, propôs a melhoria da escola pública gratuita e o desenvolvimento de ações afirmativas no âmbito das instituições de ensino (SANTOS, 2007). A partir desta pressão ocorreu a inserção de algumas destas demandas na agenda do Estado<sup>18</sup>.
- O afoxé *Oxum Panda* foi criado em Recife (QUEIROZ, 2010, p. 206).
- O Boletim *Um Outro Olhar* publicado desde os anos 1980, como um veículo de informação do movimento lésbico, passou a ser revista (LESSA, 2007).
- Os livros *Canudos: o Povo da Terra*, de Marco Villa, e *O sertão prometido: o massacre de Canudos*, de Robert Levine, foram publicados (SÁ, 2006).

## 2.7 1996: Ano do Massacre do Eldorado dos Carajás

- Foi concluída a privatização do setor petroquímico; vendida a Light Serviços de Eletricidade S.A. e parte da Rede Ferroviária Federal; iniciando o planejamento do processo de desmonte do sistema Eletrobrás, de venda da Vale do Rio Doce e da privatização dos portos. Foram contabilizadas 11 privatizações. Foi autorizado o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de ações (ALMEIDA, 2010).

<sup>17</sup> Movimentos Sociais Negros podem ser definidos, conforme concepção do Movimento Negro Unificado (SOUZA, 2005 apud SANTOS, 2007, p. 64), como o “conjunto de iniciativas de resistência e de produção cultural e de ação política explícita de combate ao racismo, que manifesta em diferentes instâncias de atuação, com diferentes linguagens, por via de uma multiplicidade de organizações espalhadas pelo país”.

<sup>18</sup> Segundo Santos (2007, pp. 26–27) a pressão exercida pelos Movimentos Sociais Negros reverberou: FHC criou o “*Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra – (GTI)*” e no ano seguinte instituiu o “*Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação – (GTEDEO)*”. Conforme o mesmo autor, em 1996 também foi realizado pelo Governo Federal o “*Seminário Internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*” e foi lançado o “*Programa Nacional de Direitos Humanos*”, prevendo a realização das propostas feitas pelos Movimentos Sociais Negros, a exemplo das cotas raciais em instituições de ensino.

- Foi criada a primeira agência reguladora, a ANEEL, para o setor de energia elétrica (ALMEIDA, 2010).
- A dívida externa brasileira chegou a US\$ 178,1 bilhões (GONÇALVES e POMAR, 2000).
- Os gastos públicos federais encolheram. “Houve uma redução de 51,86% em saúde e saneamento, de 42,48% na assistência e previdência, de 12,55% na educação e cultura e de 0,41% no desenvolvimento regional” em relação ao ano anterior (ZAVERRUCHA, 2000, p. 212).
- Foi executado o Plano Nacional de Cursos, que se restringiu à aplicação de provas nos alunos de graduação em final de curso e à coleta de informações por meio de questionários, produzindo uma classificação comparativa das Instituições de Ensino (RANGEL, 2007).
- Foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/1996 – também conhecida como Lei Darcy Ribeiro.
- O Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro organizou, na capital carioca, o *I Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE*, o qual passou a ser um importante “espaço de proposições e deliberações das lésbicas organizadas de várias regiões do país” (SELEM, 2007, p. 92).
- Teve início o desenvolvimento de ações de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes através da Política de Assistência Social. Até então o tema estava fora da Agenda Pública e o foco era em questões ligadas diretamente à pobreza (GOMES, 2010, p. 59).
- Ocorreu o Massacre do Eldorado dos Carajás, no Pará: 21 integrantes do MST foram assassinados e 69 mutilados por policiais (MST, 2004 apud PASQUETTI, 2007, p. 254)<sup>19</sup>.
- De 1986 a 1996 “foram contabilizados 966 assassinatos de trabalhadores rurais. No entanto, somente 56 processos judiciais foram encaminhados e 7 assassinos condenados, dos quais dois fugiram da prisão” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA apud FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS LIGAS DE DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 8).

---

<sup>19</sup> Com base na data do massacre, 17 de abril, foi criado “O Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária”, em 2002 (PASQUETTI, 2007, p. 254).

- Ocorreram 397 ocupações de terra, conforme registros do INCRA (PASQUETTI, 2007). Houve um recorde em número de famílias que participaram de ocupações de terras: 63.080 famílias (FERNANDES, 1999 apud ANTUNES, 2004).
- O número de greves no país alcançou o ápice na década: 1.258 paralizações. Todavia, o número de grevistas reduziu em relação ao início da década; participaram das mobilizações 2.704.180 pessoas (BATISTA, 2007, pp. 102–103).
- Paulo Freire publicou o livro *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa*. Esta obra definiu as múltiplas dimensões da tarefa de educar, dentre elas o compromisso ético com o exercício da docência.

## **2.8 1997: Ano da Marcha Popular**

- A taxa de juros saltou de 19,05%, em 17 de outubro, para 45,67%, em 31 de outubro (BRASIL, 2011c).
- O Congresso Nacional aprovou o fim do monopólio do petróleo (ALMEIDA, 2010).
- Foi criada a segunda agência reguladora: a ANATEL, para as telecomunicações (ALMEIDA, 2010).
- A Vale Não é Mais Nossa. A maior siderúrgica do país, a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada. Foram arrecadados mais de 7,8 bilhões de dólares com privatizações, sendo que 87% com a venda da Vale (ALMEIDA, 2010). Protestos foram realizados contra a privatização (ZAVERUCHA, 2000).
- Além da redução do número de greves em relação aos períodos anteriores – ocorreram apenas 630 paralizações –, este foi o ano com o menor número de trabalhadores envolvidos em greve: participaram de mobilizações apenas 895.960 pessoas (BATISTA, 2007).
- A Força Sindical realizou seu 3º Congresso Nacional e defendeu a realização de políticas educacionais voltadas para a conformação da classe trabalhadora aos parâmetros econômicos de competitividade e globalização propalados pelos defensores do ideário neoliberal (BATISTA, 2007).
- Ocorreu o 6º Congresso da CUT. Entre outras resoluções, ratificou o aprofundamento da concepção sobre formação profissional pautada na definição

protagonista dos trabalhadores e na concretização e defesa articulada da escola pública de qualidade (BATISTA, 2007).

- *A Marcha Popular pelo Brasil* foi realizada pelo MST e também por outras organizações, como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Central dos Movimentos Populares, deslocando-se durante dois meses até Brasília, onde se reuniram 100 mil manifestantes (PASQUETTI, 2007).
- Sobre o protesto, dias antes de seu falecimento, escreveu Paulo Freire (MST, 1997 apud PASQUETTI, 2007, p. 174): “a eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país, devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para a sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua”.
- Enquanto de 1990 a 1993, 52 pessoas foram mortas durante as mobilizações pela reforma agrária, de 1994 até 1997, 43 pessoas foram assassinadas a cada ano (PASQUETTI, 2007).
- Aumentou o número de ocupações em relação ao ano anterior: 455 em relação a 397 (PASQUETTI, 2007). Enquanto isso, o número de famílias que participaram destas ações reduziu de 63.080 para 58.266 (FERNANDES, 1999 apud ANTUNES, 2004).
- Cinco jovens da classe média incendiaram e mataram o índio Pataxó, Galdino Jesus dos Santos, que dormia em uma parada de ônibus após as comemorações do Dia Nacional do Índio (JARDON, 2011).
- Sérgio Rezende lançou o filme *Guerra de Canudos*, que ajudou a reproduzir sobre o movimento e seu líder, Antônio Conselheiro, “o esteriótipo do fanático liderando um bando de ignorantes” (NASCIMENTO, 1999 apud SÁ, 2006, pp. 340–341). Outros filmes foram produzidos sobre o tema, dentre eles três documentários empreenderam interpretações alternativas à perspectiva de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, como “uma associação com a atualidade da luta pela terra no Brasil”: *Tempo Bravo – Guerra de Canudos Relembrada*, de Alejandro Gabriel Miguelez; *Canudos – Histórias de Uma Romaria*, de Esmon Primo, e *Monte Santo: Caminho da Santa Cruz*, de José Umberto (SÁ, 2006, pp. 340-341).

- As comemorações pelo centenário do fim de Canudos ocorreram e foram organizadas por vários movimentos sociais, inclusive pelo MST (SÁ, 2006).
- Moradores de favelas da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, e Naval, na Grande São Paulo, foram humilhados e espancados por policiais militares. Um assassinato foi cometido no último caso. Os episódios divulgados pela mídia justificaram a ampliação do rol de crimes cometidos por policiais que passaram a ser julgados pela justiça comum (ZAVERUCHA, 2000).
- Policiais militares entraram em greve contra as condições de trabalho, especialmente, pelo salário aviltante, em Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Ceará. Em outros estados, como no Rio Grande do Sul, houve ameaças, caso os Governadores não aumentassem o salário. Coube ao exército reprimir as manifestações (ZAVERUCHA, 2000).
- Foi instituído por meio da Lei 9.503 o *Código Brasileiro de Trânsito* (ZAVERUCHA, 2000).
- Foi aprovada pelo Congresso Nacional, por meio de Emenda Constitucional, a reeleição do Presidente da República, governadores e prefeitos por um mandato consecutivo (PILAGALLO, 2002).

### 3 A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE DARCY RIBEIRO

A partir da compreensão de elementos do contexto-sócio histórico de 1990-1997, partiu-se para a interpretação da atuação parlamentar por meio da análise do *corpus* e sua relação com este contexto. O ponto de partida foi 1990, ano em que ocorreu a disputa eleitoral; 1997 foi o ano final, quando Darcy Ribeiro faleceu. Esse período abrangeu a quadragésima nona (1991-1994) e a quinquagésima (1995-1999) legislaturas no Senado Federal, as quais foram compartilhadas com Abdias do Nascimento, seu 2º suplente, em virtude da cooperação de Darcy Ribeiro com o Governo do Rio de Janeiro e do agravamento da sua doença.

#### 3.1 A Disputa Eleitoral

Darcy Ribeiro oficializou sua candidatura ao cargo de Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro, em 1990, ano em que Leonel Brizola candidatou-se a Governador da mesma unidade federada. Aquele momento correspondeu ao início do governo do primeiro Presidente democraticamente eleito após a ditadura militar, da derrota da esquerda partidária nas eleições de 1989, além do engajamento de Collor de Mello na defesa e implantação do ideário neoliberal como solução para os problemas do país.

Na condição de candidato, Ribeiro definiu seu posicionamento a partir de um conjunto de ideias e propostas em relação a outros atores políticos, associando-se a Leonel Brizola, inclusive, em termos de atributos de campanha. A carta que Ribeiro (1990b) enviou aos correligionários para pedir apoio para ser escolhido candidato na convenção do Partido Democrático Trabalhista foi tomada como ponto de partida para a análise, por delimitar seus compromissos de campanha e a conexão destes com seu histórico de atuação em outros espaços. A seguir reproduz-se a primeira parte do documento (RIBEIRO, 1990b):

Contando com o apoio de nosso companheiro Leonel Brizola escrevo essa carta a você, para pedir seu voto na convenção de nosso Partido que decidirá sobre a candidatura ao Senado. Desejo ser senador do PDT pelo Estado do Rio de Janeiro e para isso preciso, agora, de seu voto e, depois, de seu apoio no curso da campanha em que reelegeremos Brizola para Governador do Rio de Janeiro.

Comecei minha vida profissional dedicando-me durante dez anos, sob o mando de Rondon, ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia. Desde então me dedico à defesa da causa indígena e à preservação da natureza brasileira. Na década seguinte trabalhei na área da educação com

Anísio Teixeira, na defesa da escola pública. Esta tem sido também minha causa em todos estes anos.

Na política sempre me identifiquei com as causas populares, Primeiro, no âmbito do trabalhismo, como amigo e como Ministro da Educação do Presidente João Goulart, quando criamos a Universidade de Brasília. Mas sobretudo como Chefe da Casa Civil, nas lutas pelas Reformas de Base, especialmente a Reforma Agrária e o controle do capital estrangeiro, as quais acabaram nos levando ao exílio.

Lá fora trabalhei bastante, criando e reformando universidades no Uruguai, na Venezuela, no Peru, na Costa Rica, no México e na Argélia. Escrevi no exílio uma obra copiosa, tanto ensaística como literária, hoje traduzida em muitas línguas. Lutei muito também ajudando Salvador Allende na sua tentativa generosa de implantar no Chile o socialismo em liberdade e assessorando a Velasco Alvarado nos seus esforços para salvar o povo peruano do atraso e da penúria a que sempre se viu condenado.

A apresentação de Darcy Ribeiro como candidato apoiado por Leonel Brizola, fundador e presidente do PDT, valorizou sua pretensão à chancela do partido. Além disso, a parceria entre Ribeiro e Brizola poderia ser associada às experiências conjuntas pregressas como a vivência no Uruguai durante o exílio decorrente da ditadura militar, a retomada do trabalhismo no período de abertura política e redemocratização, a parceria no Governo do Rio de Janeiro, nos anos 1980 e, especialmente, o desenvolvimento de projetos conjuntos, como o dos CIEPS.

A rememoração da trajetória pessoal, articulada com a associação a personalidades importantes da história do país, informaram ao leitor quem era Darcy Ribeiro e, concomitantemente, quem foram estes mesmos personagens. Embora sendo um dos fundadores do PDT, o afastamento entre gerações, decorrente da ditadura militar, as mudanças introduzidas no campo educacional, como o negligenciamento de autores e obras latino-americanas e a censura nos veículos de comunicação produziram, entre outras consequências, um desconhecimento do passado e da produção intelectual nacional.

A citação das personalidades também atende às funções de tributo e referência. Ao atribuir importância a Rondon, por exemplo, Darcy Ribeiro devota a ele a construção de sua trajetória e presta uma homenagem póstuma para quem lutou por ideais importantes para o Brasil e, particularmente, significativas para o intelectual. Além disso, o uso da citação de personalidades também serve como referência porque possibilita uma associação entre o conhecimento prévio sobre uma das personagens e aquele que se apresenta.

A introdução sobre a história de vida e a relação desta com personagens importantes esteve presente em outros materiais da campanha, como um folheto



intitulado “Notícia de Darcy” (RIBEIRO, 1990a), que incluiu a explanação sobre suas realizações e propósitos.

No âmbito das disputas políticas eleitorais, a apresentação de um histórico de lutas permitiria que os eleitores distinguíssem os candidatos em clara oposição à situação política e econômica que o Brasil vivia naquele momento, decorrentes, em parte, das medidas econômicas e políticas tomadas pelo Governo Collor. Além disso, a exposição das experiências pregressas definiu uma série de compromissos interrompidos pela ditadura militar traumática que o esforço de redemocratização buscava superar. O delineamento destas duas oposições, em relação ao Governo Collor e à ditadura, sinalizou a posição assumida perante o campo de disputas naquele momento.

A segunda parte da carta remetida aos correligionários (RIBEIRO, 1990b) seguiu com a explanação das realizações de Ribeiro em parceria com Brizola no primeiro Governo do PDT no Rio de Janeiro, contendo também o propósito e os compromissos a serem assumidos na campanha e que, após a aprovação pelo partido, seriam ratificados:

Posteriormente, retornando ao Brasil, retomei minhas bandeiras de luta, agora na órbita do socialismo-democrático, sob a liderança de nosso fraternal companheiro Leonel Brizola, como seu Vice-Governador e Secretário de Estado. Nessa condição ajudei quanto pude nos grandes empreendimentos de seu governo, tais como a criação do Sambódromo e sua conversão numa imensa escola pública; a edificação da Biblioteca Pública Estadual e do Monumento Zumbi dos Palmares. Mas, sobretudo, à frente do Programa Especial de Educação na criação das Casas da Criança, das Casas Comunitárias e principalmente dos CIEPS de que tanto todos nós pedetistas nos orgulhamos.

Vejo no Senado a tribuna em que melhor poderei prosseguir na luta pelas causas a que dediquei minha vida:

- a defesa de nossos índios e da natureza brasileira, especialmente da Amazônia e de seus caboclos;
- o apoio aos brasileiros negros em seu combate secular para se livrarem da miséria, do abandono, do preconceito e da opressão, assumindo plenamente a condição de cidadãos instruídos e prósperos;
- a luta por uma educação popular de alta qualidade e pelo amparo à infância, como requisitos indispensáveis para que o povo brasileiro realize suas imensas potencialidades, a fim de que aqui floresça, afinal, a civilização bela e solidária que havemos de ser;
- a denúncia do caráter pervertido, predatório e injusto da economia brasileira que condenam nosso povo à penúria ao fazer dele um proletariado externo dos países ricos;
- o avanço da legislação social brasileira, de modo a promover a recuperação do poder de compra do salário mínimo e garantir o pleno emprego, a estabilidade e a participação progressiva dos trabalhadores na gestão e nos lucros das empresas;
- a promoção da criatividade cultural, tanto no plano popular, como no erudito, porque a cultura só floresce voando com estas duas asas;

- a vigilância na defesa das liberdades públicas para que jamais caiamos em regimes de arbítrio, de medo e de tortura.

Esse segundo trecho da carta, diferentemente do anterior, referente ao período que antecedeu a ditadura militar, relacionou-se ao contexto de redemocratização, ao retorno do pluripartidarismo, à fundação do PDT e à ascensão deste partido no Governo do Rio de Janeiro. As realizações do Governo de Brizola e Darcy Ribeiro exemplificaram o potencial de concretização de projetos que ambos possuíam. A explanação sobre as realizações recentes e tangíveis reforçam uma das características atribuídas a si próprio por Darcy Ribeiro (1997) e reconhecida inclusive por Brizola (RIBEIRO, 1990a, 2007), como homem de fazimentos, comparável a Israel Pinheiro, “[...] o construtor de Brasília, pela capacidade que revelou para tocar obras” (RIBEIRO, 1990a, p. 7).

A qualificação de “fraternal” dada à Brizola explicitou um elo íntimo, remetendo à ideia de vínculo familiar entre os dois candidatos e entre estes e os correligionários. Por extensão, atribuiu esta mesma proximidade aos projetos e ideias defendidos por Brizola e Ribeiro. Embora isto não representasse explicitamente um compromisso de continuidade do vínculo entre os dois após as eleições, o apontamento dessa relação indicava uma possível parceria que, por fim, teve continuidade quando Ribeiro retornou ao Rio de Janeiro para auxiliar Brizola no seu segundo Governo, no início dos mandatos ou, quando concorreu, em 1994, como Vice na chapa para Presidência da República em que Brizola era o titular.

A indicação conjunta das realizações do 1º mandato do PDT no Governo do Rio de Janeiro situam-nas no âmbito de uma visão de sociedade, qual seja a “órbita do socialismo democrático”, exemplificando no que consistia esse ideário em termos de transformações. Os projetos realizados por Leonel Brizola e Ribeiro tornaram tangíveis, juntamente com o histórico de lutas pregressas, as bandeiras de luta propostas pelo intelectual como compromissos de campanha, em conexão com aquele momento histórico e respondendo a demandas da sociedade a partir de posições políticas sobre os problemas com que o Brasil se confrontava.

A inserção do “novo estilo de governo”, denominado de “socialismo moreno”, consistiria em um redirecionamento das ações, prioritariamente, para as populações mais pobres (RIBEIRO, 1990a, p. 7), com o intuito de reverter a sua situação de degradação. A introdução da mudança proposta por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola estava fundada na compreensão de que a sociedade brasileira, organizada para

reproduzir as desigualdades sociais, foi dirigida historicamente pelas “classes dominantes” que desprezaram e usaram a maior parte da população como um recurso descartável e sem importância e, neste sentido, inferior; ou seja “mera força de trabalho, destinada a ser desgastada na produção” (RIBEIRO, 1986, p. 15). Esta visão correspondeu à interpretação histórica de Ribeiro (2006) sobre a constituição do povo brasileiro, formado para servir a interesses e necessidades alheios aos seus. O “socialismo moreno”, moreno por estar comprometido com o povo brasileiro e nascer da compreensão histórica de sua situação de subordinação no contexto comum dos povos latino-americanos, correspondeu a uma resposta ao quadro de miséria para reorganizar a sociedade brasileira, inspirado em valores oriundos da cultura dos povos originários, como a solidariedade e a criatividade, para possibilitar aos brasileiros condições de vida e independência em relação à elite e a outros países.

Na sequência de sua exposição, a defesa da natureza e dos povos das florestas remete ao passado de Ribeiro como antropólogo que, ao lado de Rondon, estudou o drama dos remanescentes dos povos indígenas e, a partir desta compreensão, lutou por sua causa. A inserção deste compromisso atribuiu coerência à sua proposta e se referia à necessária continuidade de sua luta, em virtude da negligência dos governantes no desenvolvimento de políticas públicas adequadas às demandas dos povos indígenas, contra a violência de posseiros, garimpeiros, fazendeiros e jagunços para tomar seus territórios e os preconceitos sofridos, a exemplo de serem considerados primitivos e preguiçosos, em virtude de sua cultura e organização social.

A apresentação da causa indigenista associada à questão ambientalista possui, como antecedentes, o argumento utilizado por Darcy Ribeiro junto a Getúlio Vargas na defesa da criação do Parque Indígena do Xingu. Conforme Ribeiro (1997), a delimitação da área ocupada pelos povos indígenas foi justificada como forma de preservar uma amostra considerável da riqueza e beleza natural brasileira para as próximas gerações. Os povos indígenas cultural e harmonicamente integrados com o meio ambiente foram considerados os melhores habitantes para continuarem ocupando e protegendo a área.

Em relação ao contexto do início dos anos 1990, estas duas bandeiras demarcaram um posicionamento de Ribeiro perante a omissão do Estado brasileiro na defesa dos povos indígenas, a exemplo do que vinha ocorrendo com os Ianomamis, na região Amazônica. Além disto, representava uma inserção no debate sobre proteção

ambiental que, naquele momento, estava em pauta e daria origem à Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, dois anos depois.

A inserção da causa indígena no debate eleitoral conectou-se com os questionamentos encampados pelo *Movimento para Cidadania* que, em 1990, entre outras exigências para o cumprimento da Constituição, defendeu os direitos dos povos indígenas e a necessidade de sua preservação (BIGIO, 2007). Esta posição contrasta com a ideia assimilacionista propagada, por exemplo, por Hélio Jaguaribe (RICARDO, 1996), que defendeu a inserção do índio na sociedade nacional, a partir do abandono da sua cultura original. Por trás desta visão de assimilação, conforme defendia Ribeiro (1968, p. 177), desde os anos 1960, não ocorreria um branqueamento do índio - como era esperado que ocorresse com o negro - mas a sua extinção, haja vista “as compulsões de ordem ecológica, econômica, cultural e outras, que pesam sobre as populações tribais e as condenam ao extermínio”.

A defesa da natureza correspondeu a um posicionamento no debate internacional sobre a defesa da natureza e, por extensão, do uso dos recursos naturais dos países pobres em seu próprio benefício, porém de forma menos lesiva para o meio ambiente. A defesa dos povos indígenas estava associada à natureza por dois motivos: os índios eram detentores de uma capacidade de integração harmônica com o meio ambiente e com outras formas de vida; os índios representaram a nação brasileira como a principal beneficiária do uso de seus próprios recursos e legítimos herdeiros de suas benesses. Estas duas opiniões fizeram parte do debate público travado nos preparativos da Rio 92. Uma das ideias opostas, inclusive defendida por Collor, levou ao relacionamento da pobreza com a degradação ambiental e, como uma das soluções, a definição de mecanismos para a mercantilização dos recursos naturais dos países pobres em benefício dos grupos econômicos internacionais, a partir das embrionárias propostas de financiamento, patrocinadas por organismos financeiros, como o BIRD (CASTRO, 2004).

Em relação à população negra, Darcy Ribeiro declarou seu apoio à defesa de suas causas. Esta declaração foi exemplificada pela concretização do Monumento Zumbi dos Palmares, durante a década de 1980, na sua atuação como Vice-Governador e refletiu a vinculação de Ribeiro com Abdias do Nascimento, militante histórico do movimento negro, integrante da Frente Negra Brasileira, nos anos 1930, fundador do

Teatro Experimental do Negro<sup>20</sup>, nos anos 1940, militante do PTB antes da ditadura militar, intelectual da causa negra e Presidente do *Congresso de Cultura Negra das Américas* (RIBEIRO, 1990c). Além disso, Abdias participou da fundação do *Movimento Negro Unificado*, em 1978 (CPDOC, 2011). A integração de Nascimento como segundo suplente na chapa de Ribeiro não foi resultado de uma aproximação acidental e momentânea, pois ambos se conheciam desde os anos 1950, quando atuaram no 1º *Congresso Brasileiro do Negro Brasileiro* e participaram, posteriormente, da fundação do PDT. Esta parceria permitiu a inclusão das demandas dos Movimentos Sociais Negros no rol de questões debatidas durante a eleição, a partir da interlocução de um de seus líderes e, posteriormente, no âmbito do Senado Federal.

A consideração das causas dos movimentos negros fez coro aos esforços de Abdias Nascimento e de Florestan Fernandes, de dar continuidade ao trabalho desenvolvido, desde os anos 1980, de extensão das posições dos Movimentos Sociais Negros de defesa da questão racial ao Congresso Nacional, para o estabelecimento de condições dignas às populações negras, fundadas na percepção de Joaquim Nabuco (CORREIA, 1991 apud NASCIMENTO, 1998b, p. 130), segundo a qual “não bastava libertar os escravos, era preciso acabar com a causa da escravatura”. Esta mudança implicava uma reversão da situação de produções artísticas e culturais, nas quais o negro foi, pejorativamente, associado com um conjunto de significados negativos (RAMOS, 1997, p. 192). Do ponto de vista social e econômico, representava a constituição da cidadania dos negros (SANTOS, 1998), que eram excluídos das oportunidades de ascensão social e de melhores condições de vida e trabalho.

---

<sup>20</sup> O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi criado em 1944, no Rio de Janeiro, por militantes movimentos negros brasileiros, entre eles Abdias Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo e José Herbell, com o intuito de “resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africanas, degradados e negados por uma sociedade dominante, [...] por meio da educação, da cultura e da arte” (NASCIMENTO, 1997a, p. 229). O TEN promoveu cursos de alfabetização, de “iniciação à cultura geral” (NASCIMENTO, 1997a, p. 230), criou e executou peças teatrais sobre as questões relativas aos negros e deu origem a outras organizações/eventos de defesa das bandeiras do movimento. A primeira apresentação do Teatro Experimental do Negro ocorreu em 1945, com a interpretação de *Imperador Jones*, de Eugene O’Neill, devido a ausência de peças nacionais, naquele momento, que abordassem “a dramática situação existencial do negro brasileiro” (NASCIMENTO, 1997a, p. 233). Diversas outras peças foram encenadas pela organização, entre elas, *O filho pródigo* e *Aruanda*, criadas, respectivamente, por Lúcio Cardoso e Joaquim Ribeiro, membros do TEN (NASCIMENTO, 1997a, p. 238). Além de dar origem ao grupo artístico *Brasiliãna*, o Teatro Experimental do Negro “organizou o *Comitê Democrático Afro-Brasileiro*, para atuar em nível político, reivindicando medidas específicas para melhorar a qualidade de vida” dos afro-brasileiros (NASCIMENTO, 1997a, p. 243); a *Convenção Nacional do Negro*; o *I Congresso do Negro Brasileiro* e uma exposição sobre a arte negra. Com a ditadura militar e a perseguição política, os membros do Teatro Experimental do Negro foram exilados e levaram a experiência para outros países (NASCIMENTO, 1997a).

A luta pela educação popular e o amparo à infância foi priorizada no que tange à quantidade de exemplos de realizações e experiências no campo educacional citadas na carta aos correligionários. Esta bandeira foi relacionada, no documento, com a militância de Darcy Ribeiro, nos anos 1950, para a ampliação da escola pública laica, ao lado de Anísio Teixeira, com sua atuação como Ministro da Educação do Governo João Goulart e com a criação da Universidade de Brasília. Além destas experiências, o intelectual apontou outras realizações de seu Governo, como a Biblioteca Pública Estadual e o Programa Especial de Educação que englobou, entre outras obras, os CIEP.

A apresentação do compromisso com o desenvolvimento das crianças e jovens foi acompanhada da explicitação de sua articulação a um projeto de sociedade, pois a “educação e o adequado amparo à infância” seriam “pré-requisitos indispensáveis” para a transformação da sociedade em direção a um ideal utópico, em que a civilização latino-americana “expressaria toda a sua potencialidade” (RIBEIRO, 1990b). Além disto, ao estabelecer a educação como um das suas bandeiras de luta, Ribeiro reforçou os laços de sua recente candidatura com a atuação no poder executivo estadual e com as preocupações do candidato Leonel Brizola.

Conforme o próprio Ribeiro (1986, p. 16),

a escolha da educação como a prioridade fundamental responde, essencialmente, à ideologia socialista-democrática do Partido Trabalhista de Leonel Brizola. Essa ideologia é que, contrariando uma prática antiquíssima de descaso em matéria de instrução pública, nos deu a coragem de abrir os olhos para ver e medir a gravidade do problema educacional brasileiro.

A educação de crianças e adolescentes consistia na preocupação central, pois apresentava, para Ribeiro (1986, p. 15), um caminho para romper com o círculo vicioso que conduzia à autoperpetuação da pobreza e do subjugo. A educação, do modo como então era produzida, era paralela à organização desigual da sociedade. A sua priorização significaria, não apenas mais aportes de recursos financeiros, mas uma mudança significativa em sua organização, para que impactasse diretamente na vida das camadas pobres da sociedade.

A defesa de projetos e ideias para a educação deu continuidade à ação articulada com outros militantes pela defesa da escola pública. Além disto, significou um contraponto à precarização dos serviços educacionais decorrentes, entre outros fatores da ampliação da cobertura do ensino em detrimento da qualidade do serviço prestado (RIBEIRO, 1991a), das perdas salariais e o conseqüente desprestígio do corpo docente durante o período militar (LIRA, 2010), como já foi registrado.

A denúncia feita por Ribeiro (1990b), de que a economia brasileira estava organizada para produzir riquezas para a elite nacional e para os países europeus e os EUA se relacionou com o projeto de *Lei de Remessa de Lucros*, que restringiria o envio, para o mercado externo, dos capitais obtidos pelas multinacionais no Brasil. Esta causa também encontrou respaldo na tentativa de reformas de base no Governo João Goulart, do qual Ribeiro participou. Embora, para os leitores daquele momento, “a denúncia do caráter pervertido, predatório e injusto da economia brasileira” pudesse ser diretamente associada ao combate das medidas tomadas no Governo Collor, a posição de Ribeiro se fundou em construções teóricas, a exemplo dos *Estudos de Antropologia da Civilização*.

O compromisso assumido pelo candidato para o “avanço da lei trabalhista” disse respeito à capacidade de um parlamentar introduzir mudanças na organização econômica em benefício dos assalariados. Como Senador, o intelectual poderia participar ativamente da formulação de normas que viabilizassem melhores condições de trabalho, como a recuperação do poder de compra dos salários. Para todas as categorias de trabalhadores, o atendimento desta prerrogativa era relevante, haja vista o fim da estabilidade do emprego no setor privado durante a ditadura militar (RIBEIRO, 2007); a perda salarial que adveio com a implementação da política econômica recessiva de Zélia Cardoso de Mello e de sua equipe econômica, sem a reposição total da inflação; as ameaças e o desemprego real em decorrência do desaquecimento econômico relacionado com a queda no consumo interno e da escassez de dinheiro em circulação no mercado nacional.

A luta por mudanças na legislação, em benefício dos trabalhadores, correspondeu a um só tempo ao ideário trabalhista – que embasou a refundação do movimento através do Partido Democrático Trabalhista – e às demandas do movimento sindical articulado pela CUT, os quais estavam lutando contra a modificação da organização de produção e o aumento do desemprego, e pela manutenção dos postos de trabalho (BATISTA, 2007). A inclusão de Doutel de Andrade, como primeiro suplente na chapa de Ribeiro, possibilitou esta aproximação com os movimentos sindicais e com as demandas dos trabalhadores, considerando que Andrade era um dos principais articuladores da base do PDT, um dos mais experientes parlamentares trabalhistas à frente de sua candidatura, fundador do antigo PTB e combatente contra o Regime Militar (RIBEIRO, 1990c). A experiência e trajetória de vida de Doutel de Andrade e a sua articulação junto à maior parte dos correligionários poderiam auxiliar o intelectual

mineiro a viabilizar a aprovação de seus projetos. Todavia, o apoio de Doutel de Andrade se restringiu à campanha, pois ele faleceu em janeiro de 1991.

“A promoção da criatividade cultural” nos âmbitos popular e erudito possui como exemplo de *fazimento* a construção do Sambódromo, considerando que é neste espaço que se passou a realizar, no Rio de Janeiro, os desfiles das escolas de samba, como parte das festividades do Carnaval carioca. A distinção e valorização das duas vertentes de produção cultural colocou no mesmo patamar, a partir da metáfora de “par de asas”, um compromisso em conciliar as duas dimensões da cultura que não deveriam se sobrepor ou se anular. Os diversos movimentos populares, com as suas múltiplas formas de manifestação cultural puderam se ver representados neste compromisso, que foi o último a ser adicionado na listagem, conforme consulta aos rascunhos do manuscrito original<sup>21</sup>.

No mesmo ano em que Ribeiro realizou sua campanha, definindo a promoção da cultura brasileira como uma bandeira de luta, o Movimento Negro Unificado realizou seu XI Congresso, no qual estabeleceu como meta a atuação política no âmbito das organizações culturais, inclusive Escolas de Samba (MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1992 apud QUEIROZ, 2010, p. 107). Em conformidade com a concepção do Movimento Negro Unificado, as manifestações culturais possuíam um conteúdo político, representando formas de resistências à opressão historicamente vivenciada por diversos grupos sociais. O samba-enredo da Escola de Samba Vila Isabel, do Rio de Janeiro, *Se Esta Terra, Se Esta Terra Fosse Minha* (UNIDOS DA VILA ISABEL, 2011), em defesa da reforma-agrária, foi um exemplo de como uma festa popular pode ser um espaço de manifestações políticas, inclusive conjugando uma forma de produção cultural urbana à defesa das demandas lideradas pelos movimentos camponeses.

Encerrando a carta compromisso, Darcy Ribeiro declarou a vigilância para a continuidade das liberdades públicas, o que se relacionou com a experiência do exílio, inicialmente declarada pelo intelectual. A aversão coletiva à opressão vivenciada durante a ditadura por amplos setores da sociedade permitiu que esta bandeira de luta possuísse, dentre as propostas, um caráter consensual e abrangente junto aos correligionários, os quais poderiam não estar interessados na defesa da causa indígena

---

<sup>21</sup> Um dos rascunhos do acervo da Fundação Darcy Ribeiro contém as outras bandeiras de luta digitadas e somente “A promoção da criatividade cultural” escrita à caneta.



ou esta não ser sua prioridade, por exemplo, porém acharem pertinente a existência de um representante político que lutasse para evitar os traumas vivenciados durante um período recente da história e que combatesse seus resquícios.

À escolha de Darcy Ribeiro para ser candidato pelo PDT do Rio de Janeiro ao Senado Federal, na eleição de 1990, seguiu-se a realização de sua campanha, a qual confirmou os propósitos presentes na Carta, embora enfatizando a temática da educação como prioridade. A campanha foi realizada através da produção de diferentes materiais, como panfletos, adesivos, folhetim, os quais divulgaram, juntamente, com suas propostas e sua história de vida. A candidatura contou com o apoio de intelectuais, amigos e diferentes atores políticos, como Paulo Freire e Carlos Drummond de Andrade (RIBEIRO, 1990). A agenda de campanha, bem como as cartas de incentivo e oferta de ajuda<sup>22</sup> também revelaram a multiplicidade de apoiadores de sua candidatura, desde sindicatos a artistas.

Dentre os diferentes materiais de campanha produzidos pelo intelectual, o panfleto apresentado a seguir, nominou Darcy Ribeiro como o *Senador da Educação*, expressando uma clara sobreposição de compromissos, por meio de contrastes e hierarquização na mesma forma simbólica.

---

<sup>22</sup> Estes materiais não foram incluídos no recorte do *corpus* de análise, porém serviram de referência para a compreensão das ações selecionadas.

**DARCY COM BRIZOLA GOVERNADOR DE NOVO!**

**SENADOR DA EDUCAÇÃO PDT-121**

Compõem, ainda, a chapa, de Darcy Ribeiro ao Senado Federal pelo PDT, nomes como Doutel de Andrade e Abdias do Nascimento, combatentes, também, das causas populares:

**DOUTEL DE ANDRADE**  
1º Suplente  
Dedicado às causas sociais, aperfeiçoando a legislação trabalhista;

**ABDIAS DO NASCIMENTO**  
2º Suplente  
A voz do imenso contingente negro do Brasil, que terá vez na cúpula do Poder Legislativo.

**DARCY**

**PDT 121 SENADOR DA EDUCAÇÃO**

Fonte: Acervo da Fundação Darcy Ribeiro.

Figura 1 – Frente do folheto da campanha de Darcy Ribeiro ao Senado Federal

**ESTES TAMBÉM ESTÃO COM DARCY**

**DOUTEL DE ANDRADE**

- Símbolo vivo das lutas e dos ideais do trabalhismo, é 1º Suplente de Darcy Ribeiro no Senado Federal, com uma vida toda dedicada às grandes causas nacionais e populares;
- Atual líder da bancada do PDT na Câmara dos Deputados, já tendo sido deputado várias vezes;
- Carioca de nascimento, foi Vice-Governador de Santa Catarina;
- Em 1949, participou da campanha de Vargas à Presidência da República ao lado de João Goulart e Leonel Brizola;
- Foi líder do antigo trabalhismo na Câmara Federal e líder do Governo João Goulart;
- Primeiro líder da oposição ao regime militar, foi cassado em 1966;
- Com a anistia, esteve à frente de todos os movimentos de reorganização do trabalhismo, ajudando a instalar as bases do PDT;
- Como 1º Vice-Presidente do Diretório Nacional, divide com Brizola o exercício da Presidência do Partido.

**ABDIAS DO NASCIMENTO**

- 2º Suplente de Senador, foi o primeiro negro deputado federal (1983/87) a defender os direitos da comunidade negra do Brasil. Junto com Darcy Ribeiro, tem uma biografia de luta pela raça;
- De 1932 a 1937, participou da Frente Negra Brasileira, organizando em 1938, o Congresso Afro-Campineiro;
- Em 1944, fundou o Teatro Experimental do Negro, que promoveu vários eventos de cunho político-cultural da raça, inclusive o I Congresso do Negro Brasileiro (1950), quando Darcy participou ativamente;
- Defensor, também, dos movimentos populares, foi um dos fundadores do antigo PTB/RJ;
- Exilado, de 1970 a 1980, foi Professor Catedrático da Universidade de Nova York, onde criou a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo. Em 1976, foi Professor Visitante na Universidade de Ifé, na Nigéria, terra dos Orixás;
- Voltando ao Brasil, em 1980, ajudou no trabalho de concretização do PDT e fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) e publicou obras como *O negro revoltado*, *O genocídio do negro brasileiro* e *O Quilombismo*;
- Atualmente, é Presidente do Congresso de Cultura Negra das Américas (organização internacional) e do Memorial Zumbi dos Palmares, movimento de âmbito nacional que tenta resgatar a Serra da Barriga, onde existiu a República dos Palmares, símbolo de resistência ao colonialismo e à escravidão.

**POR QUE QUERO SER SENADOR?**

Comecei minha vida profissional dedicando-me durante dez anos, sob o mando de Rondon, ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia. Desde então me dedico à defesa da causa indígena e à preservação da natureza brasileira. Na década seguinte trabalhei na área da educação com Anísio Teixeira, na defesa da escola pública. Esta tem sido também minha causa em todos estes anos.

Na política sempre me identifiquei com as causas populares. Primeiro, no âmbito do trabalhismo como ministro do Presidente João Goulart na luta pela Educação Popular, pela Universidade de Brasília e, sobretudo, pelas Reformas de Base. Especialmente a Reforma Agrária e o controle do capital estrangeiro. Estas lutas é que me levaram, depois, a longos anos de exílio.

Lá fora trabalhei bastante, criando e reformando universidades no Uruguai, na Venezuela, no Peru, na Costa Rica, no México e na Argélia. Escrevi no exílio uma obra copiosa, hoje traduzida em muitas línguas. Lutei muito também, ajudando Salvador Allende na sua tentativa generosa de implantar no Chile o socialismo em liberdade; e assessorando a Velasco Alvarado nos seus esforços para salvar o povo peruano do atraso e da penúria a que sempre se viu condenado.

Posteriormente, retornando ao Brasil, retomei minhas bandeiras de luta, sempre na órbita do socialismo-democrático, agora, sob a liderança de Leonel Brizola, como seu Vice-Governador e Secretário de Estado. Nessa condição ajudei quanto pude nos grandes empreendimentos de seu governo, tais como a criação do *Sambódromo* e sua conversão numa imensa escola pública; a edificação da *Biblioteca Pública Estadual* e do *Monumento ao Zumbi dos Palmares*. Mas, sobretudo, à frente do Programa Especial de Educação, na criação das *Casas da Criança*, das *Casas Comunitárias* e principalmente dos CIEPs que são o meu orgulho de educador.

Ultimamente, colaborei com meu querido amigo Oscar Niemeyer no planejamento e na implantação do *Memorial da América Latina*, edificado em São Paulo. Trata-se de um majestoso conjunto arquitetônico que terá imensa importância na luta pela integração de nossos povos dentro de uma Nação Latino-Americana próspera, autônoma, livre e solidária.

Vejo no Senado a tribuna em que melhor poderei prosseguir na luta pelas causas a que dediquei minha vida. Para lutar com você por estas e outras causas maiores de nossa Pátria é que desejo ser eleito Senador da República. Me ajude, querido amigo, e aceite meu abraço fraternal.

Darcy Ribeiro

Fonte: Acervo da Fundação Darcy Ribeiro.

Figura 2 – Verso do folheto da campanha de Darcy Ribeiro ao Senado Federal

A defesa da educação foi apresentada em primeiro plano entre os compromissos da campanha, o que foi evidenciado não apenas pela nomeação na capa, mas pela ênfase no texto “Por que quero ser senador?”, reproduzindo parte do conteúdo da *Carta aos Correligionários* (1990b) e colocando as bandeiras de lutas populares defendidas pelos companheiros de chapa como parte complementar.

Na capa do material, Darcy Ribeiro é apresentado informalmente ao eleitorado. Ao contrário de Brizola, que normalmente era reconhecido pelo sobrenome, o intelectual mineiro foi intitulado apenas como Darcy. A informalidade dada ao modo de referência ao candidato, contrastou com o *status* do cargo que Ribeiro almejava. Neste sentido, o intelectual foi apresentado como Darcy e também, como Senador da Educação. Esta relação de contraste entre os conceitos informal e formal, expressos através do primeiro nome e do cargo, ajudaria a romper o sentido de distanciamento do papel de parlamentar junto a seus eleitores, considerando que, no ordenamento político-institucional, os Senadores representam interesses das federações e, indiretamente, das populações dos estados, embora seja destas o direito de escolhê-los.

A grafia de Darcy, em caixa alta e em maior tamanho, na parte superior da capa do folheto e a colocação do título de Senador da Educação abaixo, também significou uma ordenação entre o homem e o cargo pretendido, ou seja, ao papel de Senador se sobreporia à humanidade de Ribeiro com suas características, paixões e opiniões. Sendo Ribeiro, um combatente das suas causas populares e das defendidas por seus suplentes - reiteradamente citados no mesmo material de campanha - os eleitores seriam representados por uma pessoa próxima e acessível, que exerceria seu cargo a serviço de seus ideais, e não o contrário.

A retirada do sobrenome da maior parte dos materiais consultados, como cartazes e adesivos, também serviu à função de diferenciar o intelectual do candidato a Deputado Federal, Nina Ribeiro, do Partido da Reconstrução Nacional. Além de ser oposição a Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro, Nina Ribeiro liderou, durante as eleições, uma campanha de difamação contra o pensador mineiro, acusando-o de racista. O argumento utilizado por Nina Ribeiro foi de que o romance *O Mulo*, obra de ficção de Darcy Ribeiro, na qual critica o modo de vida brutal do sertanejo e o racismo que imperava no país, na voz do protagonista, expressaria preconceitos do próprio autor contra os negros e pobres.

A informalidade atribuída ao candidato produziu também contraste com a foto de Darcy Ribeiro em segundo plano, a qual, por sua vez, também gerou sentidos de

oposição entre o formal e o informal. À imagem do Senador sorridente, com os cabelos revoltos, que aparenta estar aberto ao seu interlocutor e sobre o qual não se sabe, ao certo, se estaria ou não de braços cruzados, somou-se o seu figurino, de homem elegantemente vestido. O terno e a gravata, usados como trajes convencionais da elite brasileira, herança da colonização cultural europeia nos trópicos, adotado, inclusive, como padrão de vestimenta masculino no Senado Federal, deixou entrever o contraste entre o representante, o Senador, pertencente à elite, e a maior parte dos representados - a população em geral, sem acesso às condições elementares de vida. Por conseguinte, a imagem de homem simpático, vestido em conformidade com as convenções de diferenciação social produziu contrastes paralelos com os títulos da capa do documento, os quais nominam o “Darcy”, informal, enquanto “Senador da Educação”.

A sobriedade das cores da fotografia poderia atribuir a noção de experiência de vida de Darcy Ribeiro – considerando a disponibilidade recente de impressão de imagens coloridas naquele contexto – contrastou com a vivacidade do vermelho usado na grafia dos títulos. Este contraste poderia representar a jovialidade, paixão e energia presentes nos propósitos e ideário de Darcy Ribeiro em comparação com a quantidade e diversidade de experiências e realizações. O uso da cor vermelha, uma cor quente e vívida, possuiu também a função de diferenciação e identidade, pois demarcou visualmente as formas simbólicas produzidas por um determinado grupo ou ator político. Além disso, o vermelho é a cor da rosa, flor símbolo da Internacional Socialista e parte da bandeira do PDT.

A impressão da fotografia de Ribeiro duas vezes no material – na capa, expondo inclusive o busto e no verso, apresentando apenas o rosto – e apenas uma vez de seus suplentes – em tamanho ainda mais reduzido de seus rostos – também representaria uma sobreposição e assimetria entre o candidato e os demais componentes da chapa. A defesa das causas dos trabalhadores e dos interesses da população negra, embora apresentados como causas populares a serem defendidas, foram secundarizadas ao serem associadas aos suplentes que “também” faziam parte da chapa.

A apresentação parcial do histórico de experiências e realizações de Darcy Ribeiro repetiu o conteúdo da Carta aos Correligionários (RIBEIRO, 1990b), porém, acrescentando a proposta do Memorial da América Latina, o qual dizia respeito a “um majestoso conjunto arquitetônico que terá imensa importância na luta pela integração de nossos povos dentro de uma Nação Latino-Americana próspera, autônoma, livre e solidária” (RIBEIRO, 1990c). Deste modo, Darcy Ribeiro adicionou aos compromissos

de campanha já declarados, uma promessa implícita de defesa e busca de integração da nação latino-Americana. A adição do novo compromisso, assim como ocorreu com as outras propostas na Carta aos Correligionários foi referenciada pela experiência de Ribeiro como reformador de universidades e colaborador dos governos peruano e chileno, durante a Ditadura Militar no Brasil.

Entre as críticas recebidas por Ribeiro e Brizola pelos adversários políticos no curso da campanha, destacaram-se a citada acusação de Nina Ribeiro de que o pensador mineiro era racista e a divulgação feita, pelo PMDB, no horário de propaganda gratuita, de que durante o primeiro Governo do PDT, no Rio de Janeiro, ambos não cumpriram a promessa de construção de 500 CIEPS. Estas acusações não questionaram apenas as qualidades que Leonel Brizola e Ribeiro afirmavam possuir, mas a capacidade e legitimidade que estes candidatos possuíram para representar os segmentos sociais para os quais se apresentavam como a melhor opção.

A primeira acusação foi expressa na seguinte nota publicada em diferentes jornais durante a campanha eleitoral e reproduzida na Figura 3.

**NINA RIBEIRO afirma:**  
**“DARCY, Senador de Brizola, não gosta de negro”.**

Acabo de ver com espanto, anunciado na imprensa como matéria paga, a notícia do “GRANDE ENCONTRO POLÍTICO EM MADUREIRA - OS NEGROS COM BRIZOLA”.


Ora, nada mais falso e surrealista do que se tentar pela velha manha de antigos políticos, já ultrapassados e demagogos, que por tanto tempo enganaram e levaram ao céu o infeliz Estado do Rio de Janeiro e, que agora, têm o desprate de trair a boa fé dos nossos irmãos negros que desde o início de nossa civilização deram o melhor do seu suor, do seu esforço e até, às vezes, do seu sangue pelo engrandecimento da Pátria Brasileira.

O Sr. Darcy Ribeiro, Senador de Brizola escreveu um livro que é uma verdadeira excreção literária e se chama “O MULO” (Editora Nova Fronteira 1981), e, a título do eufemismo de criação artística, emite os conceitos os mais desprimorosos a respeito da Raça Negra. Assim, por exemplo, a pgs. 239 em falando dos negros diz: “Produzem um pouco de tudo nas roças e fazem qualquer coisa, sempre tão reles, que não dá pro comércio, mas serve pro gasto. Negro não tem ambição, nem gosta de obrigação. A ojeriza maior deles é ter patrão em cima, com hora de pegar e largar serviço”. ... Mais adiante a pgs. 259 emite outro conceito bastante significativo ao dizer: “... raça de preto é como raça de jegue”. A pgs. 296 da mesma obra prima se expressa com o seguinte primor literário: “Dos negros, sei que não (impublicável) assim, gostam mais é de bodear. Mas a caboclada goiana, esta eu duvido que seja de gozo estirado. Goiano é como bicho, (impublicável) calado, no mete-mete rápido até (impublicável) agonizado e sacudir o (impublicável) como se tivesse (impublicável)”. E, a pgs. 457/458 complementa: “Outra produção ruim desses sertões, essa mais numerosa ainda, é a quantidade desmedida de gente sem vontade, nem ambição, vagabunda, que só quer da vida a boa vida de comer à tripa forra sem trabalhar nem se esforçar. Assim, são os meus negros de São Benedito. Por eles não haveria progresso no mundo, tudo ficaria resumido em criar uma galinha de pescoço pelado para comer com quiabo no molho pardo e alguma rocinha de milho para fubá”. Chega, não é preciso citar mais, muito embora as referências à raça negra desse jaez sejam abundantes a pgs. 79, 230, 231, 239, 259, 260, 296, 424, 440, 452, 458, etc.

Quanto a Brizola, todos se lembram do epíteto esbravejado por ele de “**NEGRO SAFADO**”, por ocasião da sua briga com Aguinaldo Timóteo.

Portanto, que se acautelem os que querem representar a brava gente negra ou os pobres e humildes que vivem nas favelas, pois os fazendeiros do Uruguai e os fanfarrões dos pampas são a rigor hipócritas e farsantes.

**NINA RIBEIRO - DEP. FEDERAL 3668 - PRN**



**ESTE  
VOCÊ CONHECE**  
**Há 28 anos em defesa do consumidor**

**NINA RIBEIRO**  
**DEPUTADO FEDERAL**  
**3668 - PRN**

Fonte: Acervo da Fundação Darcy Ribeiro.

**Figura 3 – Anúncio publicado por Nina Ribeiro contra Darcy Ribeiro e Leonel Brizola**

Nina Ribeiro atribuiu a Darcy Ribeiro e Leonel Brizola as características de serem ultrapassados e demagogos, por não admitirem serem preconceituosos em relação aos irmãos negros. Nina Ribeiro denominou os negros de irmãos, o que remeteu a três sentidos diferentes: à intimidade familiar e ao vínculo afetivo desta relação; à religiosidade daquele que se exerce como um cristão e trata todos fraternalmente e ao domínio do vocabulário das populações periféricas, expressas em letras de música, a

exemplo do *rap*, que se popularizou como gênero musical naquele momento (FERREIRA, 2008).

A relação de aproximação-afastamento estabelecida discursivamente por Nina Ribeiro foi reforçada quando este, ao se referir ironicamente a Darcy Ribeiro, chamando-o de senhor, caracterizou seu romance, de excrescência literária. Deste modo, o candidato a deputado federal desqualificou a obra do intelectual mineiro e, por extensão, a sua capacidade de produção literária.

Os trechos da obra de Darcy Ribeiro que, supostamente, expressavam sua opinião, foram apresentadas fora do seu contexto original. Entre os pedaços de frases de *O Mulo*, Nina Ribeiro inseriu a palavra impublicável, desclassificando o conteúdo exposto por supostamente considerá-lo ofensivo. O uso daquela palavra operou como um mecanismo de opacidade referencial (THOMPSON, 2002), produzindo uma ambiguidade de sentido dissimulado no ato da censura de uma obra literária publicamente conhecida.

A tentativa de comprovação da suposta postura preconceituosa de Darcy Ribeiro e da sua semelhança com Leonel Brizola foi retomada no final da nota, por Nina Ribeiro, ao lembrar a discussão entre o Ex-governador do Rio de Janeiro e Agnaldo Timóteo. O candidato a Deputado Federal associou o suposto preconceito do escritor mineiro a um incidente conhecido pela repercussão que foi dada à briga entre o artista negro e o político gaúcho.

A nota encerrou com um período textual que desqualificou o conceito que Nina Ribeiro tentou construir de si mesmo, pois contradisse os argumentos utilizados ao longo do texto. Embora iniciado com um tratamento polido, a nota terminou com um apelo ofensivo ao qualificar, de modo generalizado, os fazendeiros do Uruguai e os fanfarrões dos pampas como hipócritas e farsantes. Ainda que os conceitos de fazendeiro e pampa tenham sido usados para opor pobres e favelas, o apelo a palavras ofensivas associaram Nina Ribeiro a seus acusados; habituados, segundo ele, à expressão de agressividade sem pudor.

Nina Ribeiro associou os conceitos de negro ao de caboclada goiana, usando-os como sinônimos do objeto discriminado, ainda que, em ambos, estariam contidos dois tipos de preconceitos inter-relacionados: um de caráter racial e outro de origem regional. A qualificação de si próprio como defensor dos negros e, por extensão, da caboclada goiana, foi contradita pelo candidato a deputado federal ao se referir pejorativamente ao local de origem de Brizola e, por extensão, ao local em que este e

Darcy Ribeiro viveram durante o exílio. Deste modo, o apelo ao preconceito regional poderia conduzir o leitor a uma desconfiança de que Nina Ribeiro, ao invés de ser contrário a qualquer tipo de preconceito, era favorável às discriminações que o beneficiassem.

A nota publicada por Nina Ribeiro foi seguida por seu nome, foto, legenda e lema de campanha, o que poderia reforçar no leitor a desconfiança sobre a pretensão de exploração eleitoral com base na suposta denúncia. Além disto, o lema de campanha “*Há 28 anos em defesa do consumidor*” restringiu o leque de seus representados e de seu compromisso, endossando novamente o descrédito sobre suas reais intenções com o texto, pois somente os negros consumidores seriam contemplados com a sua legislatura.

Como réplica à acusação de Nina Ribeiro, Darcy Ribeiro escreveu o seguinte texto (RIBEIRO, 1990e, grifo do autor):

Nina Ribeiro – o Racista Oportunista

O Senhor Nina Ribeiro quer se eleger, outra vez, através de grosseiras falsificações. Agora, se promove à minha custa, gastando rios de dinheiro em matérias pagas na grande imprensa, para dar de mim uma imagem racista.

Mente, descaradamente, para esconder sua própria face de reacionário racista e feroz. Só quer continuar fazendo no Congresso o triste papel de Deputado-ninguém (descartável). Avança, contra mim, denunciando meu livro *O Mulo* como um texto racista.

Cita, até, várias frases do romance para comprovar meu suposto racismo. Ele sabe muito bem que eu sou o antropólogo que mais luta no Brasil contra o falso conceito Gilbertiano de democracia racial, denunciando o racismo brasileiro.

Meu romance *O Mulo*, a que ele se refere já no título, diz o que penso do personagem: é um Mulo, mulo racista como esse Nina. Eu o retrato com toda a expressividade de que sou capaz, como a encarnação do racismo brasileiro. Diferente do *apartheid* norte-americano ou sul-africano, mais igualmente discriminatório, brutal e injusto.

Por essas características de um texto de enérgica denúncia de um racismo diferente, mas atroz é que meu romance já está traduzido e publicado na Espanha, Itália e Alemanha e deve sair proximamente nos Estados Unidos e França. Sabem disso todos os líderes negros, inclusive Abdias Nascimento, a grande voz negra do Brasil, que escolhi para ser meu Suplente no Senado e a quem vou dar oportunidade de denunciar na Câmara Alta o racismo de todos esses ninas.

Em oposição às críticas deflagradas pelo ex-deputado federal do Partido Arena, o intelectual expôs três argumentos. O primeiro, de que o *Mulo* era uma ficção, na qual o protagonista encarnou os preconceitos existentes na sociedade brasileira contra os negros para explicitar algo negativo que deveria ser combatido. O segundo, de que sua trajetória como antropólogo o defenderia desse tipo de acusação, sem fundamento em sua prática militante e intelectual, muito menos em sua atuação política. O terceiro, de que a composição de sua candidatura com Abdias Nascimento, um eminente militante



do movimento negro, era a comprovação de seu respeito e apoio às causas da população negra.

Nina Ribeiro utilizou em seu texto o recurso da citação literal de trechos da obra de Darcy Ribeiro, tentando demonstrar, a partir de citações fora de contexto, qual seria a opinião do intelectual mineiro e, por extensão, de Brizola, sobre os negros do Brasil. O pensador, em contraponto, associou seu acusador e o personagem Mulo. Além de considerá-lo compatível com o protagonista, Darcy Ribeiro operou uma inversão de classe gramatical do substantivo para o adjetivo: ao invés de nominar Nina Ribeiro de racista, passou a qualificar todos os racistas de Nina. O nome Nina, e não Nina Ribeiro, foi reduzido à característica de preconceituoso, desqualificando o candidato ao cargo de Deputado Federal.

A outra acusação que Ribeiro e Brizola sofreram, acerca do não cumprimento da meta de construção de 500 CIEPs no primeiro Governo do PDT no Rio de Janeiro, foi refutada por meio de documentos e fotografias divulgados na grande imprensa e também por meio de propaganda eleitoral.

Uma das publicações de Ribeiro (1990a, p. 8, grifo do autor) associou o não cumprimento total da meta ao Plano Cruzado, executado pelo Governo Sarney, que também endossou a eleição de Moreira Franco no Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1986.

No fim de seu governo, Brizola entregou 280 *brizolões*, construídos, prontos para funcionar e mais 138 com elementos de concreto pré-moldado já fundidos e prontos para serem montados. Não alcançou concluir os 500 programados, porque o Plano Cruzado desorganizou a economia brasileira atrasando todas as obras políticas.

Apesar dos ataques dos adversários, Darcy Ribeiro foi eleito com o recorde de 2.787.349 votos (BRASIL, 2011d). Leonel Brizola também venceu as eleições. Seus opositores, inclusive Nina Ribeiro, não obtiveram sucesso.

### 3.2 Darcy Ribeiro no Senado Federal

O primeiro discurso de Darcy Ribeiro no Plenário do Senado Federal foi proferido em março de 1991. Esta *Primeira Fala ao Senado* (RIBEIRO, 1991a) ocorreu em um momento em que o país começava a desfazer o mito de Collor como salvador da pátria e escândalos atingiam a sua imagem. A inflação em ascensão e a política econômica recessiva levaram a equipe econômica a recorrer a outro plano, enquanto a maior parte dos trabalhadores sofria com as perdas salariais e de postos de trabalho, passando a mobilizar-se num contingente recorde para defender seus direitos. Foi em relação a esse quadro de crise, somada a inúmeros problemas sociais, como a violência e abandono de jovens e crianças, que o pensador mineiro dirigiu sua fala, com o intuito de sensibilizar os demais Senadores para a construção de projetos conjuntos, partilhando uma visão de sociedade brasileira compatível com as potencialidades de desenvolvimento de seu povo.

Assim como em sua *Carta aos Correligionários* (RIBEIRO, 1990b), Darcy Ribeiro definiu qual seria seu papel no âmbito do Senado Federal:

Serei uma voz fiel a ele (povo do Rio de Janeiro) e fiel a mim, na defesa das causas a que dediquei minha vida: a liberdade, a democracia, a salvação dos índios, a educação popular, o pleno emprego, a fartura, a universidade necessária e a Nação Latino-Americana (RIBEIRO, 1991a, p. 7).

Nesta primeira exposição, Darcy Ribeiro não citou a defesa da cultura e da população negra, presentes nos materiais de campanha, e apresentou, em ordem cronológica, sua história de militância em articulação com os mesmos personagens referidos durante a disputa eleitoral (RIBEIRO, 1990b). Desta vez, o intelectual usou lembranças para mobilizar os demais Senadores, chamando atenção para os problemas que estavam ocorrendo e situando os parlamentares na condição de co-responsáveis pelo processo histórico de consolidação e transformação da realidade nacional.

Na introdução de sua fala, Darcy Ribeiro invocou, no plano nacional, três personagens que foram importantes para a composição de suas lutas e para a história do Brasil: Marechal Cândido da Silva Rondon, Anísio Teixeira e João Goulart. Ribeiro também rememorou sua atuação junto a Salvador Allende, no Chile, e a Velasco

Alvarado, no Peru. A sequência dos personagens relevantes na vida do intelectual seguiu a cronologia das suas experiências pessoais.

A referência a Rondon e seus ideais contrastou com a ausência no país e, especialmente, na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de uma percepção da importância dos povos indígenas. Para Ribeiro “vivemos um tempo sem Rondon. Um tempo anti-Rondon, em que suas ideias são negadas” (RIBEIRO, 1991a, p. 8).

Ao fazer referência à FUNAI, Darcy Ribeiro criticou o modo como eram desrespeitados os direitos dos povos indígenas, a exemplo do drama vivido pelos Ianomâmis, os quais, conforme Bigio (2007), tiveram o seu território fatiado durante os anos 1980.

Além de Rondon, ao falar das causa indigenista, Ribeiro lembrou o papel do líder indígena, Marçal Tupã, que foi assassinado e havia tido um importante papel na denúncia da violência praticada secularmente contra os descendentes dos primeiros povos brasileiros e seus representantes (RIBEIRO, 1991a).

O caso dos índios guaranis, que se suicidavam em virtude do desespero e desilusão frente às suas condições de vida (RIBEIRO, 1991a), ilustrou o drama vivido pelos povos indígenas como decorrência do descaso, abandono e violência sofridos. O Senador interpelou os demais parlamentares por julgá-los conhecedores da situação deste povo e também da importância atribuída aos guaranis, representantes fundamentais da composição étnica do povo brasileiro. Esta associação entre guaranis e brasileiros permitiu ao intelectual mineiro argumentar que o Brasil e, por dedução, o próprio Senado, “não existirá jamais, em dignidade e vergonha, se deixar morrer – morrerem até de suicídio – os poucos índios que sobreviveram à invasão quinhentista” (RIBEIRO, 1991a, p. 9).

Na sequência do discurso, Darcy Ribeiro abordou o papel de Anísio Teixeira na luta pela escola pública e criticou o sistema educacional brasileiro, ao definir a instituição de ensino, hoje produzida pelo aparelho do Estado, como desonesta (RIBEIRO, 1991a, p. 9), descomprometida com a realidade de seus alunos. A ditadura militar foi acusada de dismantelar os esforços empreendidos por ele e outros intelectuais que, antes de 1964, tentaram construir uma escola pública condizente com as necessidades das crianças e adolescentes brasileiros pobres, em sua maioria, e sem o amparo necessário para dar prosseguimento aos seus estudos. A referência a projetos que Ribeiro concretizou com Teixeira, como a construção da UnB e as escolas-parque e a realizações levadas a cabo ao lado de Brizola, principalmente, o Programa Especial de

Educação Pública, foram possíveis graças à conjunção de esforços para encontrar soluções que não se restringissem à escola propriamente, mas a todo o campo educacional, incluindo a formação de professores.

O apelo à sensibilização dos demais Senadores para que prestassem atenção no sistema educacional foi operado ao pontuar o ultraje que a ineficiência dos diferentes níveis do sistema educacional causava aos brasileiros:

É de matar de vergonha que mesmo províncias ricas como São Paulo, ou cultas como o Rio de Janeiro, produzam mais analfabetos do que alfabetizados. Assim é se definimos alfabetizados não como quem desenha o nome, mas como aquele que é capaz de escrever um bilhete ou de ler um anúncio de jornal.

É de matar de vergonha, também, a situação de nossas escolas médias, reduzidas à nulidade, bem como das escolas normais e das faculdades de educação que constituem matrizes dos sistemas educacionais em todo o mundo, mas que entre nós, se tornaram incapazes de formar professores motivados e competentes.

É de matar de vergonha o descabro de nossas universidades. Na maior parte delas o professor faz de conta que ensina e o aluno faz de conta que aprende. O seu ofício é fabricar diplomas, reduzindo o seu papel de qualificador da classe média (RIBEIRO, 1991a, p.10).

A esse apelo reiterado, de cunho moral, Darcy Ribeiro adicionou os motivos para a existência de um eficaz sistema educacional em qualquer país e o significado do problema no contexto brasileiro, diante das mudanças ocorridas nas últimas décadas, como a transferência da população rural para as áreas urbanas (RIBEIRO, 1985), demandando uma integração daquela na cultura letrada através da única porta de acesso, até então negada, que era a escola pública.

Sr. Presidente, imensa é a gravidade desse problema, porque é através da educação superior que se domina e se cultiva o saber erudito de nossa civilização. É também através dela que se produzem e reproduzem quadros profissionais, técnicos e científicos de uma nação moderna.

O nosso fracasso na tarefa, indispensável e inadiável, de criar e manter um sistema educacional eficaz e democrático é tanto mais grave, hoje, porque o Brasil vive o trauma de uma transfiguração cultural inconclusa (RIBEIRO, 1991a, pp. 10–11).

Ribeiro atribuiu ao ex-Presidente da República, João Goulart, o mérito de ter sido um importante estadista, em virtude da dedicação, ainda que sem sucesso, para alterar a institucionalidade brasileira (RIBEIRO, 1991a, p. 11), por meio de reformas de base, como a reforma agrária e conter a transferência das riquezas do país efetuada por mecanismos de exploração do mercado interno por multinacionais.

A referência a Jango serviu para exaltá-lo como um importante estadista brasileiro, que não recebia os devidos méritos por sua atuação e para usá-lo como um

exemplo de membro da elite com “enorme sensibilidade”, por exemplo, à questão da reforma agrária.

Sob o comando do Presidente João Goulart, tentamos uma reforma agrária que desse acesso à propriedade familiar aos trabalhadores do campo. Jango, fazendeiro, mas com enorme sensibilidade de estadista, dizia que com dez milhões de proprietários a propriedade estaria muito melhor defendida e mais gente comeria e educaria os filhos (RIBEIRO, 1991a, p. 12).

A consideração da reforma agrária por Ribeiro (1990a) se relacionou com o contexto daquele momento, quando ocorreriam conflitos agrários, acompanhados do fortalecimento do MST e da represália desencadeada pelas elites rurais e pelo aparelho do Estado contra este movimento.

As lembranças e deferências a Salvador Allende e Velasco Alvarado, que encerraram as invocações, serviram para afirmar as bandeiras de luta que eram comuns aos povos latino-americanos, e que a compreensão sobre esta realidade foi construída através do diálogo e de projetos realizados em diferentes locais, como a reforma das “universidades nacionais do Uruguai, da Venezuela, do Peru, do México, da Costa Rica” (RIBEIRO, 1991a, p. 13), além da Argélia.

O intelectual não apenas destacou tarefas inacabadas a serem assumidas pelo Senado Federal, mas evidenciou o caráter contraditório de sua inserção no seio de uma instituição convocada à transformação, mas também passível de ser transformada.

A segunda parte da fala de Ribeiro foi um diagnóstico da situação em que o país se encontrava e dos motivos pelos quais o Brasil perpetuava seus problemas. Ao contrário dos preconceitos relativos às características ético-culturais do povo brasileiro, Darcy Ribeiro atribuiu à elite a responsabilidade por difundir o discurso ideológico (RIBEIRO, 1991a, p. 14) que culpava os oprimidos por sua situação de degradação, além de perpetuar, através do servilismo aos países ricos (RIBEIRO, 1991a, p. 15), a condição de pobreza da maior parte dos brasileiros. Segundo Ribeiro (RIBEIRO, 1991a, p. 14), “não há como negar que a culpa do atraso nos cabe é a nós, os ricos, os brancos, os educados, que impusemos, desde sempre, ao Brasil, a hegemonia de uma elite retrógrada que só atua em seu próprio benefício”.

Sua inserção entre os culpados pela situação em que o país se encontrava, ressaltou o caráter contraditório de sua posição: um intelectual engajado na transformação das estruturas sociais, oriundo de um grupo social que, historicamente, manteve a maior parte da população brasileira às margens do proveito das riquezas do país, condenada a aviltantes condições de vida. Sua consciência sobre seu

pertencimento à parcela privilegiada dos brasileiros, além de revelar, exemplarmente, a possibilidade de emersão de intelectuais orgânicos e críticos da própria classe social, serviu como demonstração da viabilidade de rompimento da submissão da elite brasileira com os interesses dos países ricos, que “se assenta numa atitude de alienação humana perante os seus semelhantes, de alienação cultural frente à Nação, de alienação intelectual diante do conhecimento criado e sedimentado em nosso País” (RIBEIRO, 1991a, p. 16).

Ao diagnóstico do atraso, Darcy Ribeiro situou a instituição Senado Federal (1991a, p. 17): “o Senado é, para sua pena e para sua glória, a encarnação mais perfeita das classes dominantes brasileiras”. Sendo assim, caberia, a esta pequena parcela privilegiada, questionar-se sobre a responsabilidade que cada um dos parlamentares tinha na produção das mazelas do Brasil e modificarem sua atitude de “altíssimo grau de irresponsabilidade social”. O esforço de sensibilização dos demais Senadores articulou este argumento com a crítica à política econômica e ao “modo de organização da sociedade e da economia” (RIBEIRO, 1991a, p. 18), considerada como parte do processo genocida (RIBEIRO, 1991a, p. 19), produzido pela elite. Ribeiro atribui esta atitude, em parte, ao desconhecimento sobre os problemas do país, alimentado pela mídia, que estava comprometida apenas com seus interesses comerciais (RIBEIRO, 1991a, p. 19).

Diante desse quadro, Darcy Ribeiro apresentou-se não apenas como uma das vozes de denúncia dos problemas da sociedade brasileira, mas também de aglutinação de intelectuais engajados na sua transformação, como membro de um povo que, em associação com outros povos oprimidos, devia impor-se diante da relação de subordinação em que se encontravam no âmbito mundial (RIBEIRO, 1991a, p. 16). Ao assumir a condição de Senador da República, Ribeiro cobrou de si e dos demais parlamentares uma resposta, que o poder legislativo deveria dar à sociedade, aos problemas apontados em seu diagnóstico.

Como passo inicial da tarefa no Senado Federal, Darcy Ribeiro apresentou um requerimento à Mesa Diretora, solicitando informações a representantes do Poder Executivo para esclarecer suspeitas da adoção de uma política nacional de esterilização em massa de mulheres promovida por instituições internacionais, os problemas de saúde pública decorrentes dos abortos clandestinos e o extermínio de crianças e adolescentes pobres por aparatos para-policiais.

### 3.2.1 A Dívida Externa e a Política de Privatizações

A confirmação da privatização da Usiminas, o confronto travado por Zélia Cardoso de Mello com os credores da dívida externa e a mudança do Ministério da Economia, com a escolha de Marcílio Marques Moreira para chefiá-lo sob a missão de renegociar a dívida externa, foram circunstâncias importantes sobre as quais a *Segunda Fala ao Senado Federal* tematizou em agosto de 1991. Embora tivesse ocorrido uma aproximação do PDT com o Presidente da República, Ribeiro posicionou-se contrário à política de privatizações, especialmente, nos moldes como estava sendo realizada e, igualmente, criticou os mecanismos de extorsão que faziam do Brasil um exportador de capitais (RIBEIRO, 1991c).

Ribeiro iniciou seu discurso apelando à capacidade de discernimento dos demais Senadores, “vozes responsáveis do povo brasileiro” (RIBEIRO, 1991c, p. 15), para que se esforçassem para compreender o que estava ocorrendo. Logo, recorreu novamente ao recurso da responsabilização de seus pares para que se empenhassem em enxergar o que estava em jogo naquele momento de definição da política econômica nacional, especialmente, acerca da entrega do patrimônio nacional a grupos privados nacionais e estrangeiros.

Para expressar o próprio entendimento, o pensador mineiro recorreu ao esquema interpretativo do “atraso e do progresso”, desenvolvido na sua série de “*Estudos de Antropologia da Civilização*” e apresentado sinteticamente na 3ª publicação da revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias* (RIBEIRO, 1991d).

Ribeiro definiu o atraso e o progresso como “configurações contemporâneas de povos interdependentes dentro da civilização a que pertencem” (RIBEIRO, 1991c, p. 16). Sob esta ótica, algumas civilizações alcançaram um estágio evolutivo que lhes permitiu sobrepor, tecnologicamente, outras, determinando seu destino por meio de uma relação de subjugo. A esta posição vantajosa o Senador atribuiu a denominação de *aceleração evolutiva*. À situação de subordinação e modernização reflexa (RIBEIRO, 1991c, p. 16), Darcy Ribeiro nomeou de *atualização histórica*.

Exemplifica estas duas vias de evolução o caminho tomado pelos EUA e pelo Japão frente à Revolução Industrial, apropriando-se de suas sementes, para se fazerem pólos autônomos da nova civilização. O Brasil, ao contrário, só absorveu seus frutos e, em consequência, foi avassalado e recolonizado sob o domínio dos novos donos do mundo (RIBEIRO, 1991c, p. 16).

Diante das relações desiguais entre os países, o Brasil possuía uma “missão vanguardista” de reverter o quadro de subordinação em que se encontrava historicamente, a partir do domínio do “saber e da tecnologia” (RIBEIRO, 1991c, p. 16).

O primeiro argumento de Darcy Ribeiro, em oposição à política de privatização adotada pelo Governo não defendeu o isolamento econômico do país, porém, criticou a integração subalterna no mercado internacional:

Integrar-se subalternamente ao mercado externo, ou abandonar-se, ingenuamente, nas mãos do estamento gerencial das empresas estrangeiras, seria abdicar de nossa própria soberania, anulando as potencialidades de nosso povo para se dar um futuro próprio, por nós mesmo escolhido. Este pode ser o caso de nações pobres demais para se abrirem melhores caminhos. Não é o nosso. Ou não deve sê-lo (RIBEIRO, 1991c, p. 17).

A adoção de uma política subalterna no mercado internacional representou uma negação do direito de escolher e de se construir do povo brasileiro e, nesse sentido, da liberdade para agir diante dos interesses alheios, orientados pelo lucro individual, não pelo bem estar coletivo. No nível simbólico, Darcy Ribeiro percebeu uma redução do conceito de modernidade restringido à defesa do lucro e da venda do patrimônio público, servindo, assim, para operar no nível ideológico como fator de convencimento da política de privatização.

À postura dócil das elites nacionais em relação aos interesses dos países avançados, Darcy Ribeiro contrastou as raízes escravistas da população brasileira, que, historicamente, foi marginalizada e excluída do proveito das riquezas do Brasil, participando apenas da divisão dos prejuízos.

Nossa economia funcionou, desde sempre, nessas bases, deixando os ricos lucrarem fartamente nas quadras de prosperidade e fazendo pesar sobre o povo o preço das crises quando elas eclodiam. Nisso consiste a chamada socialização dos prejuízos, única forma de socialismo que se pratica entre nós (RIBEIRO, 1991c, p. 17).

Para o intelectual, o agravamento do quadro econômico e social do país decorreu da ditadura militar, fortalecendo a situação de dependência e subordinação em relação às multinacionais. Foi justamente este modelo de desenvolvimento que o Senador qualificou como a causa principal da pauperização em todos os países dependentes (RIBEIRO, 1991c, p. 18). Ao associar a questão ecológica à situação econômica, o pensador mineiro levou em consideração temas internos, como o esgotamento das reservas minerais e o desflorestamento – inclusive que estavam ocorrendo em seu



estado de origem –, e também uma temática que estava em voga em função da preparação do Brasil para realizar a Eco-92, que sucederia no ano seguinte.

Como alternativa à situação econômica do País e à iminência da implantação do ideário neoliberal, o intelectual propôs um aparelho de Estado atuante, não negligente em relação ao desenvolvimento de uma estratégia de posicionamento no mercado internacional.

Cada nação hoje desenvolvida alcançou êxito através de alguma estratégia defensiva em relação ao mundo exterior e de algum projeto auto construtivo do mercado interno, de mobilização de sua força de trabalho e de seus recursos, dentro da tecnologia mais vantajosa em opção inteligentemente auto-sustentada que lhe fosse acessível. Essas diretrizes se aplicam também a nós que dispomos de uma vastíssima força de trabalho subutilizada e de um patrimônio portentoso de terras, águas, florestas e minérios. A formulação e execução de um projeto nacional de mobilização desses recursos é a tarefa básica de nossa geração. Ela não pode ser encetada com a alienação do que já temos em bens patrimoniais, em mão-de-obra especializada, em tecnologia e em recursos naturais (RIBEIRO, 1991c, p. 18).

A partir da sua teoria interpretativa sobre os mecanismos de sobreposição entre países, Darcy Ribeiro situou o Brasil no contexto da economia mundial e criticou a dívida externa brasileira e a política de privatizações como mecanismos que estavam agravando a subordinação nacional a interesses alheios.

Ao tratar da dívida externa, o pensador mineiro a qualificou como o “mais odioso instrumento de chantagem e de pressão do mundo dos ricos” (RIBEIRO, 1991c, p. 19), por meio do qual se produzia um ciclo vicioso que induzia o Brasil a dever cada vez mais, desestabilizar sua economia interna, extorquir o setor produtivo e exportar capitais.

Darcy Ribeiro elogiou a medida tomada pelo Governo Collor ao enfrentar com firmeza a intromissão de um funcionário do FMI (RIBEIRO, 1991c, pp. 21–22) e a ousadia do Governo no sentido de tentar conter a inflação, porém sugeriu que outros caminhos, “menos onerosos”, poderiam ter sido tomados “se fosse maior o sentido de responsabilidade social dos gestores da economia” (RIBEIRO, 1991c, p. 19). O Senador pontuou uma das críticas aos economistas da equipe do Governo Collor que, sem perceber ou sem importar com as consequências das medidas tomadas no âmbito do aparelho do Estado, produziram na economia o início de um ciclo recessivo e não se preocuparam com as consequências sobre o bem-estar da maior parte da população.

As diretrizes neoliberais de abertura do mercado e privatização, para Ribeiro (RIBEIRO, 1991c, p. 20), ao invés de se constituir em solução para os problemas

econômicos brasileiros, eram medidas ingênuas que faziam justamente o contrário: aprofundavam “a causa real de nossas frustrações”.

Para situar a dívida externa no contexto de potencial expansão do neoliberalismo no país, Darcy Ribeiro apresentou informações sobre a origem da dívida externa brasileira até a sua constituição em mais de cem bilhões de dólares, no final da década de 1980. De pagadores da dívida da corte portuguesa com a Inglaterra, o país passou a ser exportador de capitais para países como os EUA. A cobrança de juros ascendentes e o aumento cumulativo da dívida levaram o Brasil a uma situação de incapacidade de arcar com o valor devido, o que obrigou o Governo de Sarney a pedir moratória em 1987.

Foi na última década, porém, que nossa dívida externa eclodiu, tornando-se a causa fundamental da crise econômica. Em 1964, a dívida externa brasileira era de três milhões de dólares, elevou-se, em 1978, a 43 bilhões e, em 1982, a 70 bilhões. No fim da década, havíamos ultrapassado os cem bilhões. Para resgatar só os juros dessa imensa dívida acumulada, o último governo vinha pagando mais de 12 bilhões de dólares ao ano (RIBEIRO, 1991c, p. 21).

Diante desse quadro de insolvência e da percepção da condição aviltante imposta ao país, forçando-o a ser “exportador de renda nacional” (RIBEIRO, 1991c, p. 21), com consequências perversas, como a compressão do mercado interno, Darcy Ribeiro solicitou uma auditoria externa da dívida e o cumprimento da Constituição Federal para a formação de uma Comissão Mista que investigasse “os atos e fatos geradores da dívida externa” (RIBEIRO, 1991c, p. 23).

Assim como o fez em relação à dívida externa, Darcy Ribeiro definiu a política de privatização como “uma operação de recolonização e de avassalamento pela entrega do comando de setores fundamentais a mãos estrangeiras ou nativas, só preocupadas em otimizar seus lucros” (RIBEIRO, 1991c, p. 23). Para refutar os argumentos utilizados pelos defensores da política de privatização, Ribeiro interpelou os Senadores, reiteradamente, demonstrando porque cada um dos motivos alegados para a venda do patrimônio público brasileiro não se sustentava.

Sr. Senadores, não é verdade que as privatizações programadas permitam realizar novos investimentos estrangeiros. Se se quer trocar bens palpáveis e vultuosos pelos papéis da dívida agrária, ou pior ainda, por parcelas artificialmente valorizadas da dívida externa, o que se processa não é o fortalecimento de nossa economia.

[...] Não é verdade, Sr. Senadores que aí existam perseguidos e discriminados empresários shumpeterianos nativos em cujas mãos as empresas públicas floresceriam. Menos verdade ainda, Senhores Senadores, é a ilusão de que o corpo de gerentes das empresas estrangeiras seria mais capaz de atender aos

interesses do povo brasileiro. Esta afirmação falsa seria uma ingenuidade exemplar, se não fosse, ao contrário, descaradamente sagaz e treiteira.

Sr. Senadores, não é verdade que pelo caminho das privatizações reduziríamos a nossa dívida externa, porque se isso se der será em proporção insignificante e através da negociata de receber, com o valor de cem por cento, títulos negociáveis, em Wall Street, por vinte e cinco por cento. Uma roubalheira que não nos traria um só dólar novo, não criaria um só emprego novo, mas nos empobreceria substancialmente, subtraindo enorme patrimônio estratégico construído nos últimos cinquenta anos.

Sr. Senadores, não é verdade, também, que, por esta via, alcancemos o domínio da tecnologia industrial moderna. As empresas nacionais, que se quer alienar, são das mais eficazes em seu campo de ação. Em todo o mundo, as grandes empresas tratam a tecnologia que dominam como seu bem mais precioso e tudo fazem para monopolizá-lo. Seu segundo bem operativo é a mão-de-obra especializada que movimenta as suas empresas, cuja preparação e atualização é por vezes seu principal investimento. Também para nós a tecnologia de ponta, dominada pelas empresas públicas, bem como a força de trabalho especializada com que contam, são bens preciosos, cuja alienação só se compreenderia se pagassem por eles seu valor de reposição.

Sr. Senadores, igualmente não há traço de verdade na afirmação de que o Estado deve retirar-se da atividade econômica para dedicar-se às suas funções básicas – educação, saneamento, construção de estradas etc. Todos sabem que, antes do advento das estatais, o Estado brasileiro não era mais eficiente do que é hoje no desempenho dessas funções. A infraestrutura industrial brasileira foi reforçada pela intervenção estatal justamente para que se criassem excedentes que permitissem a melhoria das condições sociais. E os excedentes estão aí, na forma do lucro gerado pela Vale, pela Petrobrás, pela Usiminas. Perdem-se por incompetência dos governantes.

Sr. Senadores, também não é verdade que esta entrega elevaria a eficácia produtiva das empresas, mercê de uma gerência, mais criativa e competente. Não é assim. A Petrobrás é uma das empresas mais eficazes do mundo e seu desempenho no Brasil é infinitamente melhor para nós que o das empresas petroleiras, nacionais e estrangeiras, que aí existem (RIBEIRO, 1991c, p. 24).

Em sua primeira refutação, Darcy Ribeiro ponderou qual seria a principal moeda utilizada na compra das estatais privatizadas. O argumento de que o dinheiro arrecadado com as vendas reverteria em investimentos não se sustentava, considerando o aceite das chamadas moedas podres na compra de ações. As moedas podres eram títulos da dívida pública, comercializados no mercado a um pequeno percentual do valor de face, por estarem desvalorizados. Quando usados para a compra de ações de empresas públicas, os títulos foram sobrevalorizados, valendo cem por cento do valor de face (SOUZA, 2007). Esta crítica encontrou fundamento nas privatizações do Governo Collor, pois as vendas do patrimônio público foram efetuadas majoritariamente através da aceitação destes papéis, conforme demonstrou Almeida (2010, p. 284):

Na Usiminas, por exemplo, mais da metade do valor arrecadado constituía-se em SIBR, CP, OFBD<sup>23</sup> e DVR. Dos US\$ 1.494 milhões arrecadados,

<sup>23</sup> O autor utilizou a sigla OFNG, que não foi encontrada na lista de abreviaturas da tese. A sigla com uma escrita similar e que parece ter sentido no texto foi a usada, a qual significa Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

somente US\$ 39,1 milhões foram em moeda corrente. Nas demais empresas, CELMA, MAFERSA e COSINOR, essa característica fica ainda mais latente. A totalidade do valor arrecadado deu-se através das chamadas “moedas podres”. Nenhuma ação vendida teve seu pagamento efetuado em Cruzado Novo ou em Cruzeiro.

Ao argumento de que sob o controle de gerentes e empresários privados nacionais e estrangeiros, as empresas, então sob o controle do aparelho de Estado brasileiro, serviriam melhor aos interesses nacionais, Darcy Ribeiro (1991c), ao longo de seu discurso, comprovou com dados históricos o papel fundamental que o aparelho do Estado, e não as multinacionais e empresários privados brasileiros, tiveram na constituição do parque industrial nacional. Deste modo, ao classificar como sagaz e treiteiro tal argumento, o Senador enfatizou os interesses subjacentes na privatização por parte dos empresários, os quais objetivavam o controle de empresas lucrativas e estratégicas para o país a um preço baixo, com o intuito de otimizar seus ganhos individuais, independente do resultado para a economia nacional.

A redução da dívida pública por meio da venda do patrimônio estatal, como previu Darcy Ribeiro, também não se sustentava, pois além do uso de títulos supervalorizados, as empresas privatizadas foram subvalorizadas no processo de venda (SOUZA, 2007). Como o próprio Senador salientou em seu discurso, o crescimento do valor da dívida e dos seus juros, nos anos 1980, também colaboraram para que a venda do patrimônio público não resultasse na redução do montante devido, especialmente, aos países ricos.

Ribeiro (1991c) também salientou a importância do domínio do saber e da valorização dos profissionais que atuavam nas empresas públicas que, sob o risco de serem privatizadas, poderiam vir a entregar sua tecnologia e seus profissionais capacitados ao controle dos grupos privados. Esta ponderação alertou para o fato de que os profissionais técnicos e os conhecimentos dominados por eles constituíam importantes ativos, negligenciados na definição dos valores de venda das empresas públicas.

Para rebater o argumento de ineficiência das empresas públicas e a necessidade de redução do escopo do aparelho do Estado na execução de serviços essenciais, Darcy Ribeiro defendeu a importância das organizações estatais, como a Petrobrás, para a produção de excedentes (RIBEIRO, 1991c, p. 24) que seriam revertidos na melhoria e ampliação dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Ao invés de responsabilizar as empresas públicas pela ineficiência do aparelho do Estado no proveito dos lucros

obtidos, Ribeiro responsabilizou os governos, os quais não souberam administrar efetivamente.

O argumento de que as gerências privadas eram mais eficientes e criativas (RIBEIRO, 1991c, p. 24) do que os profissionais da área pública também não se sustentou, pois se tratou de um preconceito que não encontrava correspondência nos fatos. Os exemplos citados pelo pensador ao longo do seu discurso, como a Petrobrás, a Usiminas, a Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce, que possuíam alto grau de eficiência e domínio tecnológico, rebateram a afirmação de que a privatização geraria melhoria na administração destas organizações.

A partir da refutação do discurso favorável à privatização, inclusive sustentado pelos meios de comunicação empresariais, Darcy Ribeiro qualificou a atitude coordenada pela equipe econômica do Governo como de “abandono [...] da condução da política de desenvolvimento do Brasil” (RIBEIRO, 1991c, p. 26), em virtude da sua composição por “banqueiros amadores” que, iludidos por promessas de melhores resultados na economia, trocavam “bens por miragens” e intensificavam a dependência externa do país (RIBEIRO, 1991c, p. 27).

Para confirmar a insustentabilidade da aplicação do “receituário da privatização genérica” (RIBEIRO, 1991c, p. 26), o Senador recorreu aos exemplos dos países como a Inglaterra, a Alemanha e a Itália, que adotaram a privatização como norteadores de suas políticas econômicas. Enquanto na Inglaterra, os problemas sociais foram agravados devido à adoção inconsequente do ideário privatista liderado por Margareth Thatcher; na Alemanha e na Itália foram privatizadas algumas de suas organizações, a partir de critérios norteadores, como economicidade e nacionalidade, adotando uma postura de cautela (RIBEIRO, 1991c, p. 26).

Ribeiro (1991c, p. 27) alertou, não apenas, para o fato de que o poder econômico das multinacionais pudesse se sobrepor e determinar as decisões políticas tomadas pelos governos, mas, também, para as desvantagens em termos econômicos da entrega do patrimônio público sem o devido valor de mercado. Nesse sentido, a privatização se constituía num péssimo negócio e um empecilho para a autodeterminação do povo brasileiro, pois o colocava em uma situação de vulnerabilidade no cenário de competição internacional (RIBEIRO, 1991c, p. 29).

Diante do quadro de internacionalização dos mercados (ALMEIDA, 2010) e formação de blocos econômicos (TORRES, 2006), Ribeiro (1991c) não propôs um isolamento, mas a formação de um bloco que fortalecesse os vínculos entre os países

latino-americanos na defesa de seus interesses, o que era compatível com a concepção do Mercosul. Porém, a percepção de Ribeiro (1991c) era de cautela em virtude das manipulações do mercado nas relações de troca desiguais entre os países latino-americanos e os países europeus e EUA.

Só nos cabe como saída dar vigor ao movimento de integração, mutuamente proveitoso, com as outras economias sul-americanas, criando nosso próprio mercado preferencial de livre comércio e de união aduaneira. Assim poderemos ir compensando o caráter puramente desigualitário de nossas relações de troca com os grupos ricos, de cujo contexto querem, expressamente, nos excluir.

É lastimável, porém, que ainda, no princípio de integração do Cone-Sul, já se aceite a imposição da assinatura dos Estados Unidos da América, o país que, historicamente, mais tem obstado o processo de integração econômica latino-americana. (RIBEIRO, 1991c, p. 30).

Às imposições no âmbito do mercado internacional, as quais também encontravam correspondência nas pressões exercidas para a privatização das empresas públicas brasileiras e do pagamento da dívida pública, somou-se o início da difusão da ideia da incompetência brasileira na preservação de seus recursos naturais, também criticada por Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1991c). Contra este quadro de pressões sobre o país para a adoção de políticas econômicas favoráveis aos países ricos, Ribeiro (1991c, p. 32) dirigiu seu discurso, apelando para que o Presidente Fernando Collor de Mello revertesse a política econômica adotada.

Nestas circunstâncias, só o próprio Presidente pode tranquilizar a Nação. Por isso é que apelo dessa tribuna do Senado da República para a sensatez do Presidente Fernando Collor de Mello. Afaste do Brasil essas ameaças de recolonização, Senhor Presidente da República. Nos livre desse aventurismo impatriótico e aviltante. Resista, Senhor Presidente.

Como solução a esse quadro e percebendo as transformações tecnológicas que ocorriam no mundo naquele momento, Darcy Ribeiro (1991c, p. 33) defendeu a criação de um projeto de desenvolvimento econômico próprio, pautado no “primado do nacional sobre o internacional e do social sobre o individual”. O Senador novamente chamou à responsabilidade os demais parlamentares e, especialmente, o Presidente da República, para o exercício da criatividade e do esforço crítico de definição de um projeto que respondesse aos problemas com os quais o Brasil se defrontava no âmbito internacional, definindo e implementando estratégias de combate a um novo colonialismo que se processava através de mecanismos espoliativos, como a dívida externa.

Ao concluir sua fala, Ribeiro foi saudado pelos Senadores Ney Maranhão, Maurício Correa, Humberto Lucena, Nelson Wedekin, Eduardo Suplicy e Jutahy Magalhães. Todos estes Senadores, além da deferência e admiração em relação à fala do pensador mineiro, expressaram o apoio, ao menos parcial, às suas ponderações, ratificando suas argumentações.

Ney Maranhão, então líder do Governo, qualificou a fala de Darcy Ribeiro como uma “oposição construtiva” (RIBEIRO, 1991c, p. 34). Embora concordasse com a denúncia de “que as nações ricas estão fazendo uma propaganda inteligente, colocando o nosso País como vilão”, ressaltou a importância da privatização de empresas deficitárias, que poderiam passar a serem controladas pela iniciativa privada.

Maurício Correa, líder do PDT, reforçou as críticas à política econômica adotada pelo Governo e pontuou que, a aproximação então operada entre Brizola, Presidente do PDT, com Collor de Mello, era apenas um “entendimento administrativo” (RIBEIRO, 1991c, p. 36).

Humberto Lucena (PMDB), Senador do PMDB pela Paraíba, reforçou a necessidade de cumprimento das “Disposições Transitórias da Constituição” para a investigação sobre a situação da dívida do país e criticou a política econômica nacional.

Nelson Wedekin, Senador do PMDB pelo estado de Santa Catarina, reforçou a ponderação de que os veículos de comunicação de massa apoiavam as políticas econômicas em benefício dos grupos econômicos internacionais, qualificando a política econômica adotada e, dentro dela, a privatização, como uma “grande negociata contra o interesse do nosso povo” (RIBEIRO, 1991c, p. 40).

Eduardo Suplicy, Senador do PT pelo Estado de São Paulo, defendeu a necessidade de estabelecer um diálogo com a sociedade brasileira para definir a política econômica nacional, inclusive “o que fazer com o patrimônio público” (RIBEIRO, 1991c, p. 42). Além disso, Suplicy salientou que, no caso da Usiminas, o processo de privatização, que estava em curso, havia partido de uma subavaliação da empresa.

Os apartes foram concluídos depois das breves manifestações de apreço dos Senadores Chagas Rodrigues, do Piauí, e Jutahy Magalhães, da Bahia, ambos pelo PSDB, em virtude da solicitação de encerramento proferida pelo Presidente do Senado, Aureo Mello, Senador do Amazonas pelo PRN, sob o argumento de que Darcy Ribeiro já havia extrapolado 1 hora do tempo permitido com a manifestação. Apesar disto, conforme relatou Humberto Lucena, os Senadores presentes no Plenário escutaram o discurso de Ribeiro com uma “atenção silenciosa” (RIBEIRO, 1991c, p. 38).

### 3.2.2 Em Defesa da América Latina e do Brasil

A América Latina foi um tema abordado por Darcy Ribeiro em diversos momentos de sua atuação. Os antecedentes e fatores da formação dos povos latinoamericanos até a sua condição de subjugo atual e potencialidades de superação foram alguns dos assuntos abordados nos seus seis livros de *Estudos de Antropologia da Civilização*. A esse esforço de interpretação histórica, Ribeiro conjugou suas experiências durante o exílio como reformador e criador de universidades, além de apoio aos Governos no Peru e no Chile.

No Senado Federal, Darcy Ribeiro retomou a temática da América Latina para debater e combater o avanço das diretrizes neoliberais nos países pobres, por considerá-las estratégias de agravamento da condição de subjugo, como resposta dos países ricos às mudanças decorrentes do sistema capitalista.

O Volume 8 da revista *Carta – Falas, Reflexões e Memórias* abordou a viabilidade do Brasil e, por extensão, da América Latina encontrar soluções para seus problemas econômicos e sociais, associados ao modo de organização da sociedade e suas relações com os países ricos. O Brasil e a América Latina foram considerados como dimensões geográficas indissociáveis, haja vista seu processo histórico e sua condição subalterna diante das relações com os países ricos. Nos dois textos de sua autoria – *Prólogo* (RIBEIRO, 1993a), que introduziu a revista, e *Integração: Para Quem?* (RIBEIRO, 1993b) – o pensador mineiro posicionou-se contra a abertura comercial indiscriminada defendida pelos EUA e a inserção dos países latino-americanos em um processo de integração que intensificasse as relações de subordinação.

A defesa de sua posição se baseou na percepção de que a expressão “país em desenvolvimento” (RIBEIRO, 1993a, p. 7) não representava a condição do Brasil, nem a dos demais países da América Latina, no processo de avanço do sistema capitalista, pois, para ele: “o único desenvolvimento que experimentamos é, de fato, o desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Esta expressão referiu-se a formulação de André Gunder Frank (1966), segundo o qual dentro da estrutura do sistema capitalista, o caminho para o desenvolvimento proposto pelos países ricos aos países pobres agravaria a sua condição de subordinação, gerando subdesenvolvimento. Isto porque o desenvolvimento dos países ricos ocorreu a



partir de relações de sobreposição, em que as metrópoles expropriaram os excedentes produzidos pelos países satélites. Do mesmo modo, o subdesenvolvimento foi produzido historicamente para a geração do desenvolvimento, por meio da reprodução de um conjunto de norteadores, como padrões institucionais e valores, que garantiram a manutenção da sua condição de subordinação. Afastar-se da relação de sobreposição e expropriação das metrópoles sobre os satélites, seria uma alternativa para trilhar um caminho autônomo de desenvolvimento pelos países pobres.

Ribeiro (1993a), implicitamente, também recuperou o esquema teórico-conceitual que utilizou para interpretar o processo histórico de formação dos países latinoamericanos, diferenciando o processo reflexo de *atualização histórica* do avanço proporcionado pela *aceleração evolutiva*. Por subdesenvolvimento, Ribeiro definiu “o resultado de processos de atualização histórica só explicáveis pela dominação externa e pelo papel constritor das classes dominantes internas que deformam o próprio processo de renovação, transformando-o de uma crise evolutiva, num trauma paralisador” (RIBEIRO, 1977, p. 45).

Conforme se depreende da sua posição (RIBEIRO, 1993a), o conceito de subdesenvolvimento como um estágio mais primitivo em um processo unidirecional e evolutivo é propositalmente equivocado, pois subjuga no plano dos conceitos, posicionando um país numa condição inferiorizada o que, na prática, se reflete no âmbito das relações econômicas, com o intuito de manter a produção da riqueza em um polo e a extorsão e concentração em benefício de outro.

A compreensão de que os rumos dos países latino-americanos, mais uma vez, seriam definidos, foi apresentado por Ribeiro (1993a), para quem caberia aos povos pobres reinventar seu modo de vida em sociedade, a partir de um projeto que os beneficiassem primordialmente.

Aprendemos também que nosso futuro não é o presente dos países ricos, mesmo porque nem eles poderão manter seu *carro de vida*, que está esgotando os mais valiosos recursos do planeta. Eles estão desafiados a inventar seu próprio futuro. Se descuidarmos, inventarão também o nosso futuro, como complemento da utopia deles (RIBEIRO, 1993a, p. 7, grifo nosso).

A degradação ambiental decorrente da expansão produtiva e do consumo humano, temática em voga em virtude das pressões dos movimentos ambientalistas e dos debates em torno da Eco 92, foi um argumento utilizado por Ribeiro (1993a) para

refutar a tese de que o Brasil deveria almejar o mesmo caminho trilhado pelos países ricos no uso dos recursos naturais e na relação com o meio ambiente.

A alusão ao conceito de “carro de vida” remete a um dos símbolos da expansão industrial de países, entre eles, Japão e EUA, tanto em termos de deslocamento de suas fábricas para países a exemplo do Brasil, a partir da segunda metade do século XX, quanto em função da difusão de um estilo de vida pautado no consumo individual. Além disso, o carro também simbolizou o consumo inconsequente e degradador de recursos energéticos, como o petróleo, que não é renovável e cuja combustão contribuiu sobremaneira para intensificação do efeito estufa, combatido então, a partir das discussões que deram origem à Convenção Marco sobre as Mudanças Climáticas e, na sequência, ao Protocolo de Quioto.

A crítica do Senador ao uso mitificado do conceito de desenvolvimento e sua incapacidade de proporcionar o padrão de consumo das elites mundiais a toda população dialoga com a abordagem de Furtado, em *O Mito do Desenvolvimento* (1974). Para Furtado, a tentativa de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos pelos países subdesenvolvidos, além de simbolizar um processo de aculturação, representa uma ilusão tanto em termos de possibilidades concretas, haja vista a escassez de recursos naturais, quanto no que tange as reais condições de poder estabelecidas entre centro e periferia, as quais são reproduzidas em menor dimensão nestas. Em países como o Brasil, o esforço empreendido pela classe dominante em mimetizar o consumo de países, como os EUA, tem agravado tanto o grau de dependência tecnológica e cultural quanto o fosso em relação à concentração de renda. O aumento do PIB em países, como os latino-americanos, em que as condições de desenvolvimento industrial se devem às discrepâncias entre os níveis de consumo de classes distintas e a segmentação das indústrias, com forte dependência tecnológica e de capital externo, representam não uma evolução, mas o agravamento das condições locais de exploração.

Para Ribeiro (1993a), o caminho de desenvolvimento proposto pelos países ricos aos pobres era uma miragem, não alcançável em virtude da própria lógica de acumulação capitalista e da insustentabilidade, decorrente do uso degradante dos recursos naturais e das outras formas de vida. Caberia aos países pobres encontrar soluções a partir do repensar suas condições próprias de desenvolvimento.

A busca de um projeto de desenvolvimento para a América Latina, a partir de seus próprios anseios e necessidades, deveria ser contraposta à imposição do agravamento do quadro de subalternidade histórica da região, presente nas estratégias de

convencimento para a adoção das diretrizes neoliberais. O argumento da necessidade de integração dos países pobres acobertava as tentativas de implantar a desregulamentação estatal e a liberalização dos fluxos de capitais. Esta integração constituiria, ao invés de uma aproximação solidária para redução das desigualdades sociais e econômicas de uma região, um aumento da espoliação a partir da intensificação de formas de intercâmbio desigual (RIBEIRO, 1993a).

Para questionar e rebater as intenções dos defensores da “integração econômica”, Ribeiro (1993b) propôs desvelar que tipo de integração os países ricos, especialmente os EUA, pretendiam estabelecer com a América Latina. Em *Integração para quem?* criticou o discurso genérico de defesa da integração da América Latina, que não explicitava, exatamente, o que esperavam seus defensores: “fala-se demais sobre a integração da América Latina e se fala cada vez mais enganosa e traiçoeira. Que integração querem? Integração cultural? Integração social? Integração econômica?” (RIBEIRO, 1993b, p. 9).

O pensador mineiro (RIBEIRO, 1993b) defendeu a existência de condições elementares de integração no plano linguístico, cultural e histórico, que faziam da América Latina um povo integrado e também diversificado. Para defender esta posição, Ribeiro (1993b) usou a ideia da composição das carnes índias, negras e europeia na produção de um mesmo povo, em decorrência dos avanços civilizatórios que fizeram dos negros a mão-de-obra secular de reprodução econômica e das mulheres índias, as mães renegadas dos latino-americanos. Esta mesma ideia esteve presente em outras obras de Ribeiro, como *A América-Latina: a pátria grande* (RIBEIRO, 1986b) e o texto *O Povo Latino-Americano*, publicado no Volume 2 da revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias* (1991b), no qual sustentou que o processo histórico de dominação colonial, “genocida e etnocida” – conduzido por meio de mecanismos que paralisaram a possibilidade de desvencilhar as relações de exploração e que parasitam os países latinoamericanos, apropriando-se de suas riquezas – produziu um povo colorido pelas diferenças, mas integrado pela mestiçagem.

Temos, essencialmente, o mesmo corpo de hábitos e costumes que é uma variante da versão ibérica da cultura mediterrânea europeia. É verdade que recheada de componentes culturais e genéticos índios e negros de quem herdamos múltiplos sabores, saberes, sensibilidades, musicalidades, ritmos e pendores (RIBEIRO, 1986b, p. 84).

A América Latina constituiu-se num produto dos avanços civilizatórios que produziram a expansão dos povos latinos sobre outros territórios. Embora situados em uma posição subalterna no plano internacional, o Senador (RIBEIRO, 1993b) via nos povos latinoamericanos o germe da própria constituição autônoma, além de um potencial porta-voz de relações mais solidárias entre os povos no mundo.

Nós, latino-americanos, como parcela ponderável do gênero humano, já estamos plasmados em nossa forma básica. Somos uma romanidade tardia, lavada em sangue índio e em sangue negro. Somos a matriz de uma Latino-América – Nação em busca do seu destino, que se plasmará no próximo milênio. Esta é a promessa maior da Civilização Emergente, que se foi capaz de fundir povos tão variados e conflitivos, como os europeus, numa comunidade, também o fará com nossos povos, tão mais homogêneos e solidários (RIBEIRO, 1993, p. 11).

Para o intelectual, a solução era reorganizar internamente os países latino-americanos, com o intuito de atenderem, primordialmente, às suas necessidades: “A alternativa é reordenar todo o sistema produtivo para garantir o pleno emprego e a fartura, criando, pela primeira vez, uma Latino-américa para si mesma” (RIBEIRO, 1993, p. 11).

O pensador mineiro concluiu seu texto, explicitando que, sob o véu de um discurso de integração, estaria envolto o ideário neoliberal, como mecanismo de sustentação da dominação dos países ricos sobre os pobres sob as novas condições do sistema capitalista.

A integração de que tanto se fala, com tanta alegria, é o projeto de continuísmo do sistema de dominação que sofremos e que faz de nós, também no plano econômico, uma área inexcedivelmente integrada. Sua ideologia é o neoliberalismo, socialmente irresponsável e dissuasivo da formulação de um projeto próprio de desenvolvimento autônomo para nossas nações (RIBEIRO, 1993, p. 11).

Tanto Ribeiro (1993b), quanto Ruy Mauro Marini (1993), compartilharam a mesma opinião acerca do processo de integração empreendido pelos países ricos. Para ambos, as diretrizes neoliberais tenderiam a aprofundar a dominação latino-americana: “o neoliberalismo é a arma que utilizam os grandes centros capitalistas e a fração moderna das burguesias nacionais para impor sua hegemonia no plano político” (MARINI, 1993, p. 24).

Marginalizados das correntes dinâmicas que cruzam o mercado mundial, pressionados pelo serviço da dívida externa e atolados no estancamento da inflação, os países da região vêm fracassar os propósitos de desenvolvimento autônomo e solidário que formularam na década de setenta

e de que resultaram iniciativas como o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), assim como os projetos de afirmação nacional que levantaram países como o Brasil, a Argentina, o México e a Venezuela: isolados e fracos – assim é como querem tratar com eles os Estados Unidos e demais centros capitalistas (MARINI, 1993, p. 20).

As modificações nos processos produtivos decorrentes dos avanços tecnológicos, identificados por Batista (2007) e também por Marini (1993), como parte de uma nova transformação no âmbito do sistema capitalista, correspondeu, para o intelectual, a uma possibilidade a ser explorada pela América Latina para reverter a sua situação. Tanto para Ribeiro (1993b) quanto para Marini (1993), sobre a América Latina recaia a responsabilidade de definir um novo projeto próprio de integração e desenvolvimento, até então não alcançado, que contemplasse um aparelho de Estado atuante, evitando a sobreposição dos interesses das multinacionais sobre as necessidades do povo.

Para Marini (1993, p. 27), a utilização de mecanismos como o Mercosul e a participação de diferentes atores sociais, como os sindicatos, possibilitariam definir a integração latino-americana como um “[...] grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana”.

Marini também depositou na educação a via para a superação das suas debilidades, em direção de seu projeto utópico. A educação constituía

condição *sine qua non* para que a população latino-americana seja capaz de ajustar-se às exigências que as mudanças técnico-científicas acarretam a nível da produção e dos serviços, além de ser instrumento indispensável à elevação política e cultural dos trabalhadores (MARINI, 1993, p. 28).

### **3.2.3 O Problema da Educação Brasileira e os Projetos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação**

Um dos ciclos do processo de reforma da educação brasileira principiou no Congresso Nacional, após a aprovação da Constituição de 1988. “O projeto de Lei nº 1.258, de autoria do ex-deputado Octávio Elisio, fixando novas diretrizes e bases de Educação, estabelecendo os fins, princípios e organização brasileira”, assegurando a execução do novo texto constitucional (MEDEIROS, 1996, p. 63) estava sendo debatido na Câmara dos Deputados. Neste contexto de definições e insatisfeito com o Projeto em

tramitação para substituir a legislação em vigor<sup>24</sup>, Darcy Ribeiro, em 1992, apresentou uma contraproposta, que se referiu ao seu projeto de reformulação e fortalecimento da escola pública, com o intuito de reverter o quadro de precarização do ensino brasileiro, decorrente da valorização e apoio ao desenvolvimento do setor privado educacional, durante a ditadura militar (LIRA, 2010).

Conforme Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p. 37 apud LIRA, 2010, p. 322),

Em meados da década de 1980, o quadro educacional brasileiro era dramático: 50% das crianças repetiam ou eram excluídos ao longo da 1ª série do 1º grau; 30% da população eram de analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças no 1º grau tinham mais de 14 anos, 60% de suas matrículas concentravam-se nas três primeiras séries que reuniam 73% das reprovações.

Darcy Ribeiro (1985) confirmou estas informações, demonstrando que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL<sup>25</sup>), política adotada na ditadura para alfabetizar a população, não conseguiu reduzir o percentual de iletrados, ou seja, “daqueles que não desenham seu nome”. Enquanto 25,5% careciam de qualquer noção de escrita, o percentual de alunos que conseguiam progredir na escola foi reduzido, aproximadamente, para 1/3.

No início dos anos 1990, embora o percentual de analfabetismo entre os jovens de 10 a 19 anos tenha sinalizado alguma melhoria, no transcorrer dos anos 1980, os desníveis entre as regiões, a exemplo do nordeste, apresentando quase o dobro da taxa nacional de 15,1% (KLERING, 2011), evidenciou que o sistema educacional brasileiro ainda precisava de transformações profundas para prover um ensino de qualidade à população.

O recomeço do projeto de escolas de tempo integral no Rio de Janeiro, no segundo Governo de Leonel Brizola (1991-1994), foi acompanhado, pelo Governo Federal, do anúncio da construção de 5.000 escolas nos mesmos moldes dos CIEPS, sob

---

<sup>24</sup> A Legislação em vigor compreendia a Lei nº 4024/1961, referente às Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei nº 5540/1968, normatizando o ensino superior; a Lei nº 5692/1971, que estabeleceu as Diretrizes e Bases para o 1º e o 2º Grau de ensino; a Lei nº 7044/1982, a qual modificou parcialmente a Lei 5692/1971 para regulamentar a educação profissionalizante no ensino médio.

<sup>25</sup> O Mobral foi instituído pelo Ex-Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra; porém, apenas foi implementado a partir de 1970, sob a gestão de Jarbas Passarinho, no mesmo Ministério. O Movimento foi criado “com a promessa de erradicar o analfabetismo do Brasil, em dez anos”, a partir da alfabetização da “população urbana de 15 a 35 anos” (LIRA, 2010, p. 78), o que não ocorreu. Segundo Lira (2010, p. 170), o Mobral foi criado para substituir as iniciativas de alfabetização de caráter popular, inclusive, as lideradas por Paulo Freire.

a sigla CIAC. Tal medida, elogiada por Darcy Ribeiro no Congresso Nacional, foi comunicada para que fosse registrada nos Anais do Congresso em Sessão Plenária em maio de 1991 (BRASIL, 1991, pp. 2492–2493). A defesa das escolas de tempo integral foi incorporada pela CUT; o MST, por sua vez, começou a difundir, em diferentes regiões do país, em seus assentamentos e acampamentos, sob o respaldo de Paulo Freire, a sua proposta de educação popular.

Naquele contexto, o Projeto de Lei do Senado nº 67 apresentado por Darcy Ribeiro, em 1992, buscou *reorganizar* a educação pública brasileira, dotando-a de novos fundamentos. Em seu discurso proferido em Plenário, o Senador fez uma análise articulada do quadro educacional brasileiro, situando sua proposta.

Ribeiro (BRASIL, 1992) iniciou seu discurso de apresentação do projeto, defendendo a ideia de que a escola pública brasileira não apenas fracassava no ensino das habilidades elementares do mundo letrado à maior parte de seus alunos, mas depositava sobre estas crianças e adolescentes a culpa pelo não aprendizado. Para enfrentar este problema, a escola pública, em todos os níveis de ensino, necessitava ser *reordenada*, a partir de um conjunto de diretrizes que adequasse as instituições educacionais ao perfil e demandas de seus alunos.

É comprovável numericamente que nossa escola pública primária forma mais analfabetos que alfabetizados, tão grande e até maioritária é a proporção de crianças que a frequentam por quatro a seis anos, sem alcançar a quarta série do ensino fundamental. Vale dizer, sem a capacidade elementar de ler, escrever e contar, só alcançável naquele nível e que constitui o requisito fundamental do exercício lúcido da cidadania e da integração no mundo do trabalho, com possibilidades de progresso pessoal (BRASIL, 1992, p. 3702).

A deficiência do sistema educacional brasileiro ocorria em todos os níveis de ensino e era igualmente preocupante em regiões industrializadas, como São Paulo. Este quadro, segundo Ribeiro (BRASIL, 1992), tendia a se perpetuar, caso não houvesse uma mudança na esfera normativa:

Toda a legislação vigente e também a programada – inclusive pelo Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, que se discute na Câmara dos Deputados – só tendem a consolidar este sistema educacional responsável pela produção em massa de analfabetos, por sua incapacidade de alfabetizar as crianças brasileiras (BRASIL, 1992, p. 3702).

Para refutar o argumento de que não era por culpa do aluno que a escola não o ensinava, Darcy Ribeiro (BRASIL, 1992) demonstrou que os conhecimentos e habilidades adquiridos nas ruas por meninos e meninas abandonados, como forma de

defesa e busca de alimentos para sobreviver, era prova de que as crianças e adolescentes brasileiros pobres possuíam um importante potencial não explorado e rejeitado no universo escolar.

Com qualquer esforço de observação se vê que os alunos recusados pela escola como incapazes e reiteradamente repetentes são, muitas vezes, altamente eficazes na luta pela vida, até no domínio dos ramos da cultura popular, que se exercem no nível iletrado. Aí estão os trombadinhas e os pivetes nos assustando com sua eficácia e combatividade na área em que foram encurralados. Só na escola eles fracassam (BRASIL, 1992, p. 7302).

O reconhecimento do valor e capacidade dos meninos e menina pobres e o diagnóstico das situações sofridas por eles de opressão por meio do próprio sistema educacional serviram como argumento para Ribeiro, demonstrar que o ensino, nos moldes até então praticados, era um dos fatores que colaborava no processo de exclusão social de crianças e adolescentes abandonados e criminalizados que, por sua vez, encurralavam as elites por meio da violência urbana. Além disso, o estabelecimento da relação entre a formação do pivete e a culpabilização do aluno que não progredia nos estudos formava um contínuo, no qual o sistema educacional operava “através da imposição de sucessivas repetências e de vários ritos de rejeição” (BRASIL, 1992, p. 7302).

Diante da inadequação da escola pública ao perfil dos alunos, a ampliação do sistema não resolveu e nem poderia resolver o problema educacional brasileiro, considerando sua “incapacidade de ensinar” (BRASIL, 1992, p. 3702). A escola, nos moldes convencionais, ratificava “a ordem política e social, fazendo da educação básica mais um privilégio monopolizado por minorias, como instrumento de poder”. Para Darcy Ribeiro (BRASIL, 1992), a escola que poderia permitir ao povo brasileiro dominar as habilidades e conhecimentos para a inovação e o desenvolvimento do país era negada pela elite nacional, para que se mantivessem os fatores de desigualdade e dominação que sustentavam o atraso. Para Ribeiro (BRASIL, 1992, p. 3703), a elite brasileira sofria de “uma cegueira generalizada” e estava resignada com a situação da escola brasileira, pois depositava nela, no modelo até então fracassado, a capacidade contraditória de autorregeneração e manutenção do *status quo*.

Para defender seu projeto, Darcy Ribeiro pontuou os níveis de inadequação do sistema escolar e o porquê eles precisariam ser sanados.

Três carências essenciais da escola brasileira, com respeito a seu alunado majoritário, ressaltam entre todas: a de espaço, a de tempo e a de capacitação



do magistério. Espaço, para que as atividades escolares se exerçam também fora da sala de aula, concebendo a educação com uma atenção global ao desenvolvimento físico e cultural da criança. Tempo, para que cada aluno possa ter aquela atenção específica e aquela convivência continuada que o habilite a compreender a fala da norma culta da professora, tão diferente da que ele apreendeu em casa; e para que compreenda as exigências do aprendizado escolar, tão diferente, elas também, das formas habituais de transmissão oral da cultura, a que ele está habituado. Capacitação, porque o professor é o nervo da educação. Nada se faz sem contar com um magistério preparado, atualizado e motivado (BRASIL, 1992, p. 3702).

Estas deficiências apontadas apenas poderiam ser sanadas por um modelo escolar que propiciasse condições para que outras carências, presentes no ambiente sócio familiar dos alunos pudessem ser supridas. Como solução para esses problemas, tanto do modelo educacional quanto das precárias condições de vida da maior parte dos brasileiros, Darcy Ribeiro apresentou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).

Para defender a difusão dos CIEP como modelo de instituição escolar, Darcy Ribeiro citou Paulo Freire, para quem “só o CIEP atende aos reclamos fundamentais da educação, que são a dimensão-tempo e a dimensão-espço” (BRASIL, 1992, p. 3709). Esta citação, além de demonstrar os requisitos que poderiam ser atendidos por este modelo escolar, somou a autoridade de Anísio Teixeira no campo educacional com a importância de Paulo Freire, um grande teórico vivo e militante pela educação pública que, além de desenvolver uma metodologia própria de alfabetização, havia produzido inúmeras obras sobre o assunto.

No que tange às relações internacionais, Darcy Ribeiro afirmou que nenhuma nação avançou nos desafios impostos pelas mudanças tecnológicas sem o domínio da leitura e da escrita, pré-requisitos essenciais para o aprendizado e a produção do saber.

Nenhum país do mundo conseguiu integrar-se na civilização industrial, sem alcançar, previamente, todo o seu povo ao domínio instrumental da leitura. E já estamos diante de uma nova civilização, muitíssimo mais exigente quanto aos níveis de escolaridade necessários para que uma sociedade dela participe autonomamente dominando o saber e a tecnologia em que ela se funda. Como ignorar, nessas circunstâncias, que estamos desafiados a realizar um imenso esforço, para sair da condição de atraso educacional em que nos afundamos? Como negar que isso põe em risco a própria soberania nacional (BRASIL, 1992, p. 3704).

Esta comparação com outros países se articulava com outras constatações, como a de que o Brasil era uma das “nações mais atrasadas do mundo no campo da educação elementar” (BRASIL, 1992, p. 3703) e a “última nação do mundo a abolir a escravidão” (BRASIL, 1992, p. 3704) e foram usadas para situar as consequências advindas da

postura descomprometida das elites e de suas decisões, até então, desconectadas das necessidades dos seus compatriotas. Deste modo, por extensão, a cegueira “da elite da elite” foi seguida de desacertos históricos que precisavam ser admitidos e enfrentados por meio de um grande esforço que se traduzisse em mudanças no sistema escolar, dentre elas, a aprovação de uma nova lei de diretrizes e bases para a educação.

Embora inicialmente Ribeiro (BRASIL, 1992) tenha se concentrado em definir a importância e o estado problemático da alfabetização no Brasil, suas críticas também atingiram os outros níveis de ensino, que deveriam igualmente ser ajustados às necessidades do país e às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que estavam em curso. A eficácia das séries iniciais deveria se somar a um segundo grau (atual ensino médio) que capacitasse adequadamente o aluno para a vida profissional, além de um ensino superior que atendesse às exigências de formações múltiplas e flexíveis no mundo contemporâneo.

O ensino médio, reduzido a três anos de estudos nominalmente profissionalizantes, deteriorou de modo grave todo o sistema educacional brasileiro. Por um lado nos fez perder os níveis de eficácia que havíamos alcançado na formação do magistério, o que resultou numa decadência visível da escola de 1º grau. Por outro lado, manda às escolas de nível superior uma juventude cada vez mais despreparada, não só quanto à formação científica pré-universitária, mas até no simples domínio instrumental da língua vernácula (BRASIL, 1992, p. 3704).

A crítica de Ribeiro diz respeito à modificação introduzida por meio da Lei nº 5.692/1971 que, conforme Lira (2010, p. 310), durante a ditadura militar, profissionalizou o ensino médio com o intuito de conter a procura por cursos superiores, forma de ascensão social diante das restrições econômicas. Além disso, a profissionalização da população atenderia aos anseios dos empresários pela necessidade de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, dos jovens, que necessitariam ingressar no mercado de trabalho para auxiliar nas despesas das famílias.

O Senador explicitou o círculo vicioso que conduzia o sistema educacional a produzir mais analfabetos do que alfabetizados. Ao propiciar uma formação inadequada aos professores que eram também vítimas do sistema escolar na condição de ex-alunos e docentes (BRASIL, 1992), as próprias instituições de ensino fracassavam na sua tarefa. A formação profissional precária também colaborava para o despreparo dos trabalhadores em outras áreas de atuação, o que, somado à perda de direitos trabalhistas durante as últimas décadas, resultava maior vulnerabilidade da população diante das mudanças introduzidas na economia, como a abertura indiscriminada do mercado

interno para a exploração pelas multinacionais. O ensino superior também agravava este quadro, pois, além de ser de baixa qualidade, possuía formações fixas, que restringiam a oferta de profissionais demandados pelo novo contexto econômico e tecnológico. Isto porque,

atreladas a um sistema tubular de carreiras rígidas, que dão diplomas com regalias profissionais, nossas escolas superiores operam como se devêssemos ter, um dia, currículos mínimos para todas as mil modalidades de trabalho de nível superior, indispensável operativamente numa sociedade moderna (BRASIL, 1992, p. 3704).

Para Darcy Ribeiro, a nova lei para a educação deveria reverter a situação do sistema de ensino, a partir de mudanças como:

- a) ensino fundamental de 5 anos com 200 dias de aula, totalizando 800 horas de estudo;
- b) erradicação do analfabetismo, a partir da “matrícula de todas as crianças de 7 anos de idade em boas escolas e a abertura de cursos noturnos de recuperação educativa para jovens de 14 a 18 anos” (BRASIL, 1992, p. 3705);
- c) adoção de progressão contínua, acompanhada de uma atenção ascendente no ensino;
- d) aplicação de testes regulares para auferir a qualidade do ensino periodicamente;
- e) expansão da rede de escolas de ensino integral, propiciando um ambiente adequado de desenvolvimento pleno para as gerações futuras;
- f) ampliação da oferta de cursos, como profissionais e sequenciais, pelas universidades;
- g) criação de institutos superiores de educação que dessem um caráter de treinamento em serviço à formação do magistério (BRASIL, 1992, p. 3706).

Seguindo seu argumento, Ribeiro (BRASIL, 1992) citou reiteradamente o exemplo das ações tomadas nos EEUU, com o intuito de melhorar o ensino daquele país, como a adoção de testes para mensurar a qualidade dos serviços prestados. A multiplicação das escolas de tempo integral, que tinham como referências históricas as escolas-parque idealizadas por Anísio Teixeira, foram apontadas não apenas como medidas há muito tempo adotadas pelos países ricos, mas uma proposta que, desde os anos 1950, tinha sido defendida para sanar o problema educacional brasileiro, especialmente, nas áreas urbanas. Como afirmou o Senador (BRASIL, 1992), o Projeto de Lei apresentado buscava refletir os acúmulos no campo educacional de diferentes pensadores brasileiros, durante o século XX.

Darcy Ribeiro repetiu o argumento de que o problema educacional brasileiro possuía raízes na atitude negligente e descomprometida da elite brasileira, ainda que a tenha chamado para dialogar na construção do Projeto de Lei, juntamente com outros atores, por exemplo, alguns professores. Foi reconhecendo publicamente os diversos colaboradores da iniciativa, que Ribeiro encerrou sua exposição da seguinte forma:

Essa é a lei que proponho ao Senado da República, ao Congresso Nacional. Ela quer retomar, sintetizar e compendiar o imenso esforço da Câmara dos Deputados, realizado com larga audiência a todos os setores de opinião, para instituir uma ordem educacional capaz de aprimorar-se e de crescer. Também nos beneficiamos da preciosa colaboração de dezenas de educadores que, como eu, reclamam há décadas por uma Lei da Educação que libere nossas energias para uma ação educativa mais lúcida, eficaz e eficiente.

Nos socorremos, muito ultimamente, também, da Assessoria do Senado, especialmente na pessoa dos Professores Cândido Alberto Gomes e Maria do Céu Jurema. Também nos ajudaram às coordenadorias pedagógicas que conduzem a implantação do sistema dos CIEP no Rio de Janeiro, especialmente o Professor Jorge Ferreira, que fez um estudo acurado do projeto de lei. De especial valia nos foi o assessoramento da equipe do Ministério da Educação, José Goldemberg – particularmente minha colega Eunice Ribeiro – que examinou comigo, criteriosamente, artigo por artigo, até definir a forma em que o texto se apresenta, agora.

Durante todo o trabalho de elaboração deste Projeto, trocamos ideias com o eminente Senador da Educação, João Calmon, aprendendo muito com ele, e temos a esperança de que ele venha a firmar o projeto conosco.

Permitam-me, finalmente, dizer a esta Casa da honra que me dão ao assinarem este Projeto comigo, o ex-Ministro da Educação, Senador Marco Maciel, e o líder do meu partido, Senador Maurício Corrêa (BRASIL, 1992, p. 3707).

A conclusão da exposição de Darcy Ribeiro foi acompanhada pelos apartes dos Senadores Fernando Henrique Cardoso, representante de São Paulo pelo PSDB; Eduardo Suplicy, também de São Paulo pelo PT; Maurício Corrêa, Senador do Distrito Federal pelo PDT; Mauro Benevides, representante do Ceará pelo PMDB; João Calmon, Senador do Espírito Santo pelo PMDB; Marco Maciel, de Pernambuco pelo PFL; Marluce Pinto, Senadora de Roraima pelo PMDB, Mansueto de Lavor, Senador de Pernambuco pelo PMDB, os quais manifestaram a deferência habitual a Darcy Ribeiro e apoio público ao seu projeto.

O primeiro passo para que o Senado se posicionasse sobre o assunto foi dado a partir desta exposição, que foi seguida por um processo de debates e deliberações que se estendeu por mais de 4 anos no Congresso Nacional.

A aprovação e chegada ao Senado Federal do Projeto de Lei nº 1258 de 1988, inicialmente proposto pelo Deputado Octávio Elisio, porém descaracterizado em virtude de emendas parlamentares na própria Câmara dos Deputados, ocorreu em maio de 1993

(MEDEIROS, 1996, p. 64). Sob a identificação Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 101/93, a proposta passou a ser analisado pela Comissão de Educação, sob a relatoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, PMDB-CE. Considerando o número de emendas apresentadas, Carvalho propôs um novo Substitutivo que, embora tenha sido aprovado no final de 1994 pela Comissão de Educação, foi rejeitado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 1995, graças à atuação e relatoria de Darcy Ribeiro, sob o argumento de que a proposta apresentava “inconstitucionalidades e [...] incorreções relativas à boa técnica legislativa e à juridicidade” (MEDEIROS, 1996, p. 64). Darcy Ribeiro, em 1995, retirou seu Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 67/1992, “por entender que seu Projeto havia sido prejudicado em razão do tratamento preferencial dado pelo Relator (da Comissão de Educação) ao Projeto de LDB oriundo da Câmara, a partir de sua chegada ao Senado” (MEDEIROS, 1996, p. 64). Apresentou, então, uma nova redação ao PLC nº 101/93 que, por fim, foi aprovado, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e na Comissão de Educação (CE).

Conforme relata Medeiros (1996, p. 66), embora aprovado em primeiro turno, em outubro de 1995, o Substitutivo Darcy Ribeiro foi levado a Plenário em novembro do mesmo ano e, novamente, remetido às CCJC e CE para nova apreciação em virtude da apresentação de 316 emendas. Novamente, sob a relatoria de Ribeiro, as duas Comissões analisaram e aprovaram o Substitutivo, incluindo “98 emendas aprovadas integralmente e 76 parcialmente [...] o que contribuiu sobremaneira para o aperfeiçoamento da proposição” (MEDEIROS, 1996, p. 69).

Após tramitar nas Comissões, em janeiro de 1996, o Projeto retornou duas vezes ao Plenário, em fevereiro do mesmo ano, sofrendo modificações, com a aprovação de 23 emendas anteriormente rejeitadas, 2 emendas incluídas no último momento, além das correções da redação, “introduzindo, ainda, modificações recomendadas pela melhor técnica legislativa, tendo em vista adaptar as emendas aprovadas pelo Plenário ao texto do Substitutivo oferecido pelas Comissões Técnicas” (MEDEIROS, 1996, p. 69). Finalmente, no final de fevereiro de 1996, o Substitutivo foi aprovado pelo Senado e remetido à Câmara dos Deputados.

Mesmo depois de ter tramitado e sido aprovado no Senado Federal, Darcy Ribeiro participou ativamente das discussões para aprovação, na Câmara dos Deputados, do Substitutivo ao PLC 101, por meio da última e penúltima edição da sua revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias* (RIBEIRO, 1995b; 1996). A aprovação do novo dispositivo legal ocorreu no final de 1996. A Lei nº 9394/1996 tornou-se então

conhecida como *Lei Darcy Ribeiro*, em homenagem ao seu esforço por reorientar o sistema educacional brasileiro.

Dentre as mudanças que a nova legislação da educação introduziu, pode-se citar a adoção de um conceito ampliado da área. Conforme previa o Substitutivo aprovado no Senado Federal e, posteriormente, aprovado pela Câmara, em seu Art. 1º

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 2011e).

A opção por um conceito abrangente permitiu não apenas englobar a família como responsável pelo processo de formação, mas também, as diversas organizações sociais e culturais que, a exemplo dos afoxés, praticavam ações de educação e viam-se excluídas de reconhecimento legal pelo trabalho desenvolvido.

A previsão de um plano de carreira, a adoção de piso salarial e o ingresso por concurso público foram algumas das medidas de valorização dos trabalhadores da educação, contida no Substitutivo aprovado no Senado e incluída no Projeto final aprovado. Esta medida representou uma possibilidade de garantir condições salariais e de progressão que revertessem, inclusive no quesito salário, a precarização das condições de trabalho dos professores, decorrentes das políticas educacionais adotadas a partir da ditadura militar (LIRA, 2010)

A nova legislação demarcou uma mudança nas responsabilidades do aparelho do Estado sobre o ensino, assumindo o financiamento e a prestação dos serviços. Modificando a legislação vigente até então, tanto o Projeto aprovado no Senado quanto a Lei, previram um poder público mais atuante na área, por meio do “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2011). Além dele, o ensino médio passou a ser progressivamente gratuito e universal, o que se tornou definitivo por meio da Lei nº 12.061/2009. A educação infantil também passou a ser regulada e de responsabilidade do Estado, propiciando o acesso gratuito a creches e pré-escolas às crianças e 0 a 6 anos. Embora não previstas no Substitutivo do Senado, outras prerrogativas serviriam para fortalecer o propósito da legislação, como a oferta de condições suplementares para que crianças e adolescentes tivessem acesso ao ensino infantil e fundamental e o acesso à educação de jovens e adultos, a partir da adaptação às suas condições de vida.

A obrigatoriedade do ensino de 1º grau prevista na Lei nº 5692/1971 foi incorporada tanto no Substitutivo aprovado no Senado quanto na Lei nº 9394/1996. Porém, a ação de atores políticos, como sindicatos, foi inserida como forma de pressão para que o direito ao ensino fundamental fosse garantido de fato. A possibilidade de imputação de crime de responsabilidade às autoridades públicas demarcou o nível de importância atribuída às disposições legais.

No que tange à obrigação dos pais ou responsáveis legais, o Substitutivo aprovado no Senado previa a participação daqueles em organizações que apoiassem as escolas no desenvolvimento de suas tarefas. A nova legislação, em sua redação final, passou a adotar a obrigatoriedade dos pais em matricularem seus filhos a partir dos 7 anos de idade no ensino fundamental, reduzido para seis anos por meio da Lei 11.114/2005.

Uma importante mudança introduzida pela nova legislação e prevista no Substitutivo do Senado Federal diz respeito à relação com instituições de ensino privadas, as quais passaram a ser consideradas como entidades fora do aparelho do Estado, sendo sua capacidade de autofinanciamento ressalvada como condição para sua manutenção. Esta desvinculação permitiu que as instituições de ensino públicas fossem destinatárias dos recursos financeiros públicos, subvertendo a lógica de financiamento e as prioridades dadas pelos Governos Militares (LIRA, 2010).

Tanto o Substitutivo aprovado no Senado quanto a Lei 9394/1996 estabeleceram competências das esferas governamentais, o que carecia fazer em virtude da falta de regulamentação específica sobre o assunto. Deste modo, cada esfera passou a contar com um conjunto de responsabilidades claras. A União ampliou seu leque de responsabilidades; além das competências historicamente do ente federal, como a formulação do Plano Nacional de Educação, a União passou a ser responsável pela avaliação dos diferentes níveis de ensino. A adoção de políticas de avaliação do ensino iniciou na década de 1990, a exemplo da realização do Exame Nacional de Cursos (RANGEL, 2007). Darcy Ribeiro (BRASIL, 1992), ao apresentar sua proposta inicial de LDB, no Plenário, defendeu a importância dos processos avaliativos para melhorar a qualidade do ensino, a exemplo do que estava sendo adotado em outros países, como os EUA.

O Substitutivo e a Lei 9394/1996 estabeleceram prerrogativas claras dos estados e municípios sobre a prestação dos serviços educacionais. A prioridade do ensino fundamental e infantil foi evidenciada nas competências atribuídas aos municípios. Aos

estados, a prioridade de oferta recaiu sobre o ensino médio e aqueles passaram a ser partícipes tanto na prestação do ensino fundamental quanto na sua garantia, inclusive, por meio de normas.

Em acordo com a proposta defendida por Darcy Ribeiro (BRASIL, 1992), a LDB, em seu Art. 24, previu a adoção de um mínimo de 200 dias letivos de aula com, um mínimo, de 4 horas aula por dia, totalizando uma carga horária mínima anual de 800 horas (BRASIL, 2011e). Esta nova norma restringiu a precarização do ensino em relação à multiplicação dos turnos de ensino nas escolas, o que vinha ocorrendo em cidades como São Paulo, haja vista a expansão da demanda sem a adequada oferta do ensino (BRASIL, 1992).

Uma das transformações propostas pelo Substitutivo, incorporado na Lei 9394/1996 e, posteriormente, aperfeiçoada por meio das Leis 10.639/2003, substituída pela Lei 11.645/2008, diz respeito à inclusão no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, as quais passaram, por fim, a ser obrigatórias na educação básica. Esta modificação atendeu às demandas dos Movimentos Sociais Negros (SANTOS, 2007) e também dos militantes indigenistas, pela valorização, respeito e inclusão da história dos povos oprimidos.

A inclusão do ensino religioso, com matrícula facultativa e sem ônus para os cofres públicos, na nova LDB (BRASIL, 2011e) e no Substitutivo aprovado no Senado, previu uma separação entre a ação do Estado e das Instituições Religiosas. A esta separação somou-se o reconhecimento da pluralidade de práticas e religiões, possibilitando-as participar na vida escolar, enquanto professores ou orientadores<sup>26</sup>. Sendo o Estado laico, não caberia aos docentes vinculados às instituições educacionais públicas definir ou intervir na formação religiosa de seus cidadãos. Caberia, sim, às instituições religiosas participar como colaboradores no processo de formação religiosa.

Uma das divergências entre o Substitutivo aprovado pelo Senado e a Lei 9394/1996 referiu-se à proposta de adoção do ensino fundamental de tempo integral. Diferente do Substitutivo, a LDB definiu vagamente a adoção de ensino de tempo

---

<sup>26</sup>Embora na Lei 9394/1996 o financiamento do ensino religioso tenha sido transferido para a competência das instituições religiosas, a Lei 9475/1997 novamente introduziu a matéria como responsabilidade da escola pública e, por extensão, do aparelho do Estado. A participação de organizações religiosas externas foi restringida à definição dos conteúdos ministrados. Apesar da exclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica da Educação Básica, anteriormente prevista na Lei 5.692/1971, a permanência do Ensino Religioso garantiu a reprodução das práticas de ensino dirigidas a disciplinar o modo de vida em sociedade por meio da ação de representantes do Estado.



integral pelas escolas públicas, prevendo uma progressão em sua direção, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 2011e). O Substitutivo aprovado pelo Senado Federal estabeleceu não apenas o modo de progressão para a escola de tempo integral, mas também sua priorização pelos sistemas de ensino. Além disso, previu a possibilidade de diversos modelos de escola, com o intuito de adequar a instituição escolar à realidade social e às possibilidades de uma dada região e de seu sistema de ensino. Conforme previu o Art. 31 do Substitutivo (BRASIL, 2011e):

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola para tempo integral, associado a programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, material didático-escolar e transporte.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas na presente Lei.

§ 2º Os sistema de ensino darão prioridade na criação e extensão da escolarização em tempo integral:

I – às zonas prioritárias de atenção educacional, caracterizadas pela elevada ocorrência de pobreza e baixo desempenho educacional, especialmente nas áreas metropolitanas;

II – às primeiras séries do ensino fundamental, sucessivamente, até atingir a última;

§ 3º A extensão da escolaridade em tempo integral poderá fazer-se mediante escolas integradas, combinação de escolas-classe com escola-parque, escolas complementares ou outras modalidades definidas pelos sistemas de ensino.

Uma das críticas feita por Ribeiro (BRASIL, 1992) à proposta da Câmara – PLC 101/1993 – que, por fim, se concretizou no que tange às escolas de tempo integral, referia-se à adoção de dispositivos legais que não possuíam efeitos práticos ou responsabilidades, contendo apenas manifestações de intenções. Sendo a educação integral uma das principais estratégias de inclusão da população pobre no mundo letrado, formuladas por Ribeiro, a LDB deixou a cargo dos sistemas de ensino, sua adoção ou não, incluir no modelo de ensino. A Lei 9394/1996 (BRASIL, 2011e), dispôs a seguinte redação, em seu Art. 34:

A Jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

O mesmo é identificado no § 5º do Art. 88 do Substitutivo (RIBEIRO, 1996, p. 43), e também no § 5 do Art. 87 da Lei 9394/1996, estabelecendo que “todos os

esforços serão conjugados” para transformar escolas públicas de ensino fundamental urbanas em escolas públicas de tempo integral, sem estabelecer quem empregaria os esforços, quando e onde começariam. Deste modo, a não inclusão das prerrogativas estabelecidas no Art. 31 do Substitutivo, mesmo que ainda insuficientes para caracterizar a disseminação de escolas de tempo integral pelo país, tornou inócuo o § 5 do Art. 87 da Lei 9394/1996.

Diferentemente do Substitutivo aprovado no Senado, a Lei 9394/1996 incorporou na definição do Ensino Médio os objetivos específicos previstos no PLC 1258-D de 1988, da Câmara dos Deputados, definindo que o nível de ensino deveria estimular o aprendizado contínuo, garantindo uma capacidade de flexibilidade e adaptação ao mundo do trabalho. Além disso, o Inciso IV, Art. 35 da LDB (BRASIL, 2011e) previu, também em consonância com o Projeto original da Câmara, “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”.

A LDB (BRASIL, 2011e) tornou sem efeito um dos propósitos do Substitutivo aprovado no Senado, que era garantir a oferta do ensino de uma língua estrangeira adicional e facultativa. O condicionamento da oferta desta disciplina às possibilidades das instituições de ensino desobrigou-as a cumprir tal prerrogativa. A adoção de uma língua estrangeira poderia oportunizar aos alunos o conhecimento de outros sistemas linguísticos, como a língua espanhola, comum à maioria dos países latino-americanos.

O Substitutivo aprovado no Senado também previa que, ao concluir o Ensino Médio, os estudantes deveriam dominar “os conhecimentos sócio-históricos necessários ao exercício da cidadania” (RIBEIRO, 1996, p. 27). A Lei 9394/1996, modificou esta disposição, substituindo “conhecimentos sócio-históricos” por “conhecimentos de Filosofia e Sociologia”, o que, por fim, foi Revogado em 2008, por meio da Lei 11.684/2008, que também instituiu o ensino obrigatório da Filosofia e Sociologia nos três anos do ensino médio (BRASIL, 2011e).

A extensão passou a ser incluída na legislação como uma das finalidades do ensino superior. Enquanto o Substitutivo aprovado no Senado Federal (RIBEIRO, 1996, p. 30) previa que, às Instituições de Ensino Superior cabia “[...] continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural”, a LDB ampliou o conceito de extensão, definindo que caberia a este nível de ensino “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das

conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 2011e).

A LDB, em consonância com o Substitutivo do Senado Federal, introduziu entre os cursos e programas, o Mestrado e o Doutorado como formas de Pós-Graduação. Além destes, incluiu a categoria de cursos sequenciais, permitindo o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o aperfeiçoamento profissional contínuo. Contrário à proposta original de Ribeiro (1996), o Substitutivo do Senado Federal aprovou a equiparação dos níveis de Pós-Graduação de Especialização e Mestrado e Doutorado como exigência para a formação do corpo docente das Universidades. Graças à ação do pensador mineiro, inclusive por meio da revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias* (RIBEIRO, 1996), este dispositivo foi alterado para que, no mínimo, um terço do corpo docente tivesse titulação mínima de Mestre ou Doutor (BRASIL, 2011e).

O capítulo referente à regulamentação da Educação Especial, contido no Substitutivo, foi reproduzido na íntegra na Lei 9394/1996. Embora a rede pública regular de ensino tenha sido definida como preferencial na prestação deste tipo de ensino, no Parágrafo Único do Art. 60, o mesmo artigo previu “o apoio técnico e financeiro pelo Poder Público” às organizações sem fins lucrativos (BRASIL, 2011e). Do mesmo modo, o Art. 77 da LDB estabeleceu a possibilidade de destinação de recursos públicos para escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas que atendessem, entre outros critérios, a reversão de lucros em educação e garantia de que seu patrimônio fosse permanentemente voltado para tal finalidade ou que passasse ao poder do aparelho do Estado. O financiamento público de instituições educacionais privadas, em detrimento de escolas públicas, conforme demonstrou Lira (2010), foi resultado de confrontos, nos quais os donos de escolas privadas ou confessionais conseguiram obter do aparelho do Estado recursos para manter suas instituições, em detrimento do fortalecimento de escolas públicas. Estas disputas, inclusive travadas por Anísio Teixeira e Ribeiro (RIBEIRO, 1997), resultaram, desde os anos 1960, em dispositivos legais que privilegiaram o ensino privado, resultando na precarização gradativa da educação pública (LIRA, 2010). A LDB, bem como o Substitutivo aprovado no Senado, priorizaram o escola pública, mas mantiveram a possibilidade de financiamento público de instituições privadas.

O Substitutivo aprovado no Senado apresentou diferença da redação final dada à LDB acerca da competência da União na educação dos povos indígenas. Enquanto o Substitutivo, em seu Art. 80 (RIBEIRO, 1996, p. 41), definiu que competiria ao Sistema

de Ensino da União garantir “[...] aos povos indígenas a oferta de educação escolar específica, diferenciada, intercultural, de acordo com o universo sócio-linguístico de cada povo”, a Lei 9394/1996, introduziu, em seu Art. 78, como “colaboradores” as “agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios” para a oferta, inclusive, de educação bilíngue.

A introdução de agências como coparticipes no desenvolvimento de políticas educacionais para os povos indígenas se relacionou com a transferência da execução de ações educacionais, executadas pela FUNAI a ONGs (SOUZA, 2000). Além disso, a inclusão do ensino bilíngue aos povos indígenas e, por extensão, do sistema linguístico adotado no país, foi embasada pelo ideário de sua integração à sociedade brasileira, com base na perspectiva hegemônica de sua condição como parte destoante da realidade nacional. Embora a LDB tenha privilegiado o ensino de língua estrangeira à população em geral, o ensino das línguas dos povos indígenas ficou restrito a estes, além de ter sido dividido com o aprendizado da língua oficial do Brasil. Subjaz a esta medida a perspectiva assimilacionista combatida por Ribeiro (1968) e defendida por Hélio Jaguaribe (RICARDO, 1996), que considerava a condição cultural e étnica indígena em um patamar inferior e indesejável, a ser superado pela sua inserção na sociedade nacional e adoção das práticas linguísticas e culturais hegemônicas.

A LDB e o Substitutivo aprovado no Senado que lhe deu origem apresentaram disposições sobre a educação à distância, prevendo condições especiais no que tange o uso de emissoras de rádio e televisão para tal fim, a exemplo da “concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas”, prevista no Inciso II, § 4º, do Art. 80, da Lei 9394/1996 (BRASIL, 2011e).

Conforme previu o Substitutivo do Senado e a proposta inicial defendida por Ribeiro (BRASIL, 1992), a Lei 9394/1996 instituiu a *Década da Educação*, contada a partir da publicação da Lei (BRASIL, 2011e). Dentre as metas estabelecida, constavam medidas práticas, como o recenseamento de estudantes, especialmente, nas faixas etárias de 7 a 14 e de 15 a 16<sup>27</sup> e a obrigatoriedade da matrícula no ensino fundamental a partir de 7 anos de idade. A exigência de nível superior até o final da *Década da*

---

<sup>27</sup> Esta disposição foi alterada pela Lei nº 11.274/2006, ampliando a faixa etária de 7 a 14 anos para 6 a 14 anos, bem como tornando a matrícula no ensino fundamental obrigatória a partir dos 6 anos de idade.

*Educação* para todos os professores da rede escolar também introduziu mudança na formação dos docentes, que poderiam ocorrer até nas escolas Normalistas<sup>28</sup>.

Conforme se depreende do breve comparativo entre o Substitutivo aprovado no Senado (RIBEIRO, 1996), as ideias defendidas por Ribeiro (1992) e a Lei aprovada na Câmara dos Deputados, uma das propostas centrais defendidas pelo Senador, fazer das escolas de tempo integral um modelo efetivamente implantado nas regiões urbanas, especialmente, nas áreas pobres, perdeu o efeito prático da proposta original da LDB. Outras medidas, como a transferência do ensino religioso para as próprias organizações religiosas, retirando do aparelho de Estado o ônus da prestação do serviço; a inclusão do ensino de uma língua estrangeira adicional nas escolas; a educação indígena com respeito e valorização à sua especificidade cultural e étnica por meio da ação do aparelho de Estado, também foram prejudicadas na redação final da LDB. Em relação às conquistas de Ribeiro (1996) oriundas do Substitutivo aprovado no Senado Federal, pode-se citar a ampliação da carga horária escolar e dos dias letivos; a adoção de políticas complementares dando mais condições aos estudantes pobres para frequentar a escola; o registro de mecanismos de valorização do corpo docente; a exigência de qualificação profissional dos professores nos diferentes níveis de ensino; a criação da *Década da Educação*, estabelecendo objetivos para a melhora da educação pública e sensibilizando a opinião pública para a importância da temática; a inclusão da história afro-brasileira e indígena.

#### **3.2.4 Os Negros do Brasil**

Um ano antes da realização da *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida*, organizada pelos Movimentos Sociais Negros (SANTOS, 2007, p. 24), e no mesmo ano em que Florestan Fernandes publicou o livro *Consciência Negra e Transformação da Realidade* (1994), Darcy Ribeiro lançou, através de seu Gabinete, uma edição especial da revista *Carta – Falas, Reflexões, Memórias*, em homenagem aos 300 anos da morte do Zumbi dos Palmares. A 13ª edição da publicação foi produzida em parceria com Abdias Nascimento e congregou

---

<sup>28</sup> O curso Normal médio corresponde à formação de professores para atuar na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.

textos que trataram, entre outros, da história de Zumbi de Palmares, da experiência dos quilombos, dos Movimentos Sociais Negros e de ações afirmativas.

A publicação se situou em um contexto de fortalecimento da organização dos movimentos negros no Brasil e sua articulação no sentido de pressionar o aparelho do Estado a desenvolver políticas afirmativas. Conforme foi apontado na contextualização histórica, os movimentos negros articulados no Movimento Negro Unificado iniciaram a década, definindo a necessidade de uma atuação política nas suas diversas manifestações culturais. Simultaneamente, mais organizações culturais surgiram no país, a exemplo dos afoxés (QUEIROZ, 2010). Em 1992, ocorreu em São Paulo o *I Encontro Nacional das Entidades Negras Brasileiras* (SANTOS, 2007) e foi criado o *Fórum de Entidades Negras de Pernambuco*. No ano seguinte, em Pernambuco, a criação de um núcleo de base e de um informativo para debater a condição da mulher negra sinalizavam a organização do movimento e a ampliação de suas bandeiras de luta (QUEIROZ, 2010).

Os Movimentos Sociais Negros não se restringiram a pressionar o aparelho de Estado pela defesa de direitos específicos da população afrodescendente, mas compartilharam com outros movimentos, a exemplo do movimento sindicalista liderado pela CUT, a defesa da escola pública de qualidade (SANTOS, 2007). Além disso, estes mesmos atores estiveram engajados em movimentos comuns, como em defesa de melhores condições trabalho e moradia, contra os processos de privatização e, inclusive, a favor do *impeachment* de Collor.

Relacionando-se a este contexto, a publicação de Darcy Ribeiro apresentou dois textos de sua autoria. Além do *Prólogo* (RIBEIRO, 1994b) introduzindo a revista, o Senador apresentou o artigo *Ser Negro* (RIBEIRO, 1994c). Os dois textos podem ser considerados complementares, pois tratam do mesmo tema sob a mesma ótica.

A experiência do Quilombo dos Palmares, sob a liderança de Zumbi, foi para Darcy Ribeiro, um movimento embrionário de socialismo:

Os quilombos foram, de fato, ao lado das missões jesuíticas, as primeiras larvas tentativas de socialismo. Ou seja, a reordenação intencional da sociedade como um projeto em que as pessoas vivessem e trabalhassem pelo gosto natural de conviver, em alegria, com seus iguais, e só produzindo o que consumiam (RIBEIRO, 1994b, p. 9).

Sob esta ótica, as comemorações dos 300 anos da morte do Zumbi dos Palmares também se conectaram com as manifestações iniciadas, em 1993, em memória a outra

experiência contestadora: o Centenário do Massacre de Canudos (SÁ, 2007). Embora em condições históricas distintas e com base em inspirações filosóficas e lideranças particulares, ambas as experiências significaram a tentativa de grupos oprimidos de se autodeterminarem frente às arbitrariedades e injustiças das elites políticas e econômicas de seus tempos. As duas tentativas foram duramente reprimidas, apesar de vitórias e resistências nas batalhas travadas. No caso do Quilombo de Palmares, que conseguiu manter-se e ampliar-se por quase cem anos, ao invés da aniquilação de seu povo, os escravos fugitivos, “contaminados pela peste da liberdade” (RIBEIRO, 1994b, p. 9), foram enviados para o Caribe ou para o sul da América Latina, tendo em vista o valor econômico atribuído à mão-de-obra negra e a necessidade de afastar o exemplo dos revoltosos dos demais escravos que permaneciam sob o domínio dos escravistas.

Segundo Ribeiro (1994b, p. 9), a repressão à fuga de escravos que buscavam a liberdade junto aos quilombos não se restringiu ao combate direto de forças imperiais ou das mobilizadas por proprietários de escravos, mas ocorreu também através de práticas de punição antecipada por meio de surras. Estas medidas de precaução, ao invés de causar acovardamento dos escravos, tornavam os quilombos, a exemplo de Palmares, um sonho, “a ilha idílica de que falava, escondido, a escravaria dos engenhos, para onde todos queriam escapar”.

A luta pela liberdade foi para os escravos uma forma de resistência ao sistema econômico, pois a fuga representava a expressão da rebeldia negra. A liberdade enquanto valor principal do heroísmo afro-brasileiro, segundo afirmou inclusive Abdias Nascimento (1997b, p. 22), “vinca um traço fundamental do caráter brasileiro”.

Os quilombos também foram para Ribeiro (1994c, p. 12), *formações protobrasileiras*, construídas por negros adaptado ao meio, a partir da incorporação da cultura dos povos nativos e do colonizador. Longe da terra de origem, os africanos tiveram que estabelecer um modo de vida que os permitissem sobreviver nas condições adversas. O domínio da língua portuguesa, por exemplo, foi a “primeira tarefa cultural do negro brasileiro” (RIBEIRO, 1994c, p. 13).

Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua difusão por todo o território, uma vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, o Tupi-Guarani (RIBEIRO, 1994c, p. 13).

Além da difusão da língua do colonizador, Darcy Ribeiro (1986, p. 84) reconheceu, anos antes, em *América Latina – a pátria grande*, as contribuições que

índios e negros deram a composição cultural brasileira. Segundo o pensador, “a mais preciosa delas, herdada da matriz negra, é uma alegria de viver que não me canso de ver sem espanto”.

Embora tenha contribuído sobremaneira para a construção do país, segundo Ribeiro (1994c, p. 13), o negro ainda era subalternizado no plano econômico e cultural, negando-lhe o reconhecimento de sua importância e da sua potencialidade de partícipe ativa nas decisões do país: “a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional”.

À experiência de Zumbi dos Palmares, Ribeiro contrastou as mobilizações ocorridas em outras regiões do mundo e o contexto brasileiro do século XX. Para ele, enquanto nos EUA e na África do Sul ocorreram rebeliões negras e a verdadeira democracia racial foi conquistada, sem a negação das especificidades da população negra em prol de uma assimilação.

No Brasil, a rebeldia negra é muito menor e menos agressiva do que deveria ser. Não foi assim no passado. As lutas mais longas e mais cruentas que se travaram no Brasil foram as dos negros contra a escravidão. Duraram os séculos do escravismo, uma vez que, tendo início quando começou o tráfico, só se encerraram com a abolição.

Sua forma era principalmente a da fuga, para a resistência e para a reconstituição de sua vida em liberdade nas comunidades solidárias dos quilombos, que se multiplicaram aos milhares. Eram formações proto-brasileiras, porque o quilombola era um negro já aculturado, sabendo sobreviver na natureza brasileira (RIBEIRO, 1994c, p. 12).

Diferente do que ocorreu em outras regiões do mundo, em que a população negra organizou-se para garantir a sua efetiva participação no seio do aparelho de Estado e obter o direito de continuarem sendo eles mesmos, para Ribeiro (1994c), no Brasil, até aquele momento, os negros sujeitavam-se a ser assimilados no mundo dos brancos por meio de uma negação de suas origens, sua cultura e, por vezes, de sua própria cor. Sob esta ótica, a tarefa que se impôs à população negra foi enfrentar a opressão e sua negação enquanto sujeito histórico, sustentada pelo desprezo da elite nacional, a qual encontrava suas raízes no escravismo.

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos



consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. Esta visão deformada é assimilada também pelos mulatos e até negros que conseguem ascender socialmente, os quais se somam ao contingente branco para discriminar o negro massa (RIBEIRO, 1994c, p. 14).

A crítica do Senador sobre o preconceito racial propagado pela elite e incorporado pelos afrodescendentes que ascendem socialmente encontrou correspondência na constatação de Abdias Nascimento (1998), o qual demonstrou que os antecedentes Senadores pretos, mulatos ou pardos não se identificaram como negros, nem com as bandeiras de luta para o reconhecimento de seus direitos. Ao contrário, possuíam uma “compulsão patológica de ser branca e europeia”. (NASCIMENTO, 1998b, p.118).

Para Ribeiro (1986, p. 98), o preconceito racial surgiu como “arma principal do arsenal ideológico europeu de dominação colonial”. Esta forma de dominação, que se reproduziu, não exclusivamente, nas relações sociais na América Latina, foi reforçada por um discurso que, embasado por teses de hierarquia de raças, classificavam as pessoas não brancas como inferiores às de pele alva. Tal atitude discriminatória explicou a constatação de Ribeiro (1994c, p. 15) de que “a característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é o negro retinto, o mulato já é o como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca”.

Deste modo, o Senador (RIBEIRO, 1994c) refutou a tese de que existiria no Brasil uma democracia racial defendida por Gilberto Freire, pois nas relações raciais incidia o mito da branqueamento da população, que resultava em uma morenização dos brasileiros.

O conceito de branqueamento da população negra como recurso para a inclusão e ascensão social é correspondente à formulação de Roger Bastide (1997, p. 250), para quem o negro apenas seria aceito socialmente ao livra-se de suas raízes e de sua cor, em um processo de negação de sua beleza e valor, até tornar-se um “negro de alma branca”. Sobre o negro recairia então um “complexo de inferioridade”, gerando sua submissão ao processo de isolamento e subalternização.

Em relação ao mito da existência de democracia racial, Ribeiro esteve de acordo com Abdias Nascimento (1998b), para quem este discurso inibia a rebeldia contra a subalternização dos negros e transferia, ora para o contexto econômico, ora para o nível individual, a incapacidade para superar a condição de marginalização.

O aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que ele dá de si uma imagem de maior sociabilidade quando, de fato, desarma o negro para lutar contra a pobreza que lhe é imposta e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido. É de assinalar, porém, que a ideologia assimilacionista da chamada democracia racial afeta principalmente aos intelectuais negros. Os conduz a campanhas de conscientização do negro para a conciliação social e para o combate ao ódio e ao ressentimento do negro. Seu objetivo ilusório é criar condições de convivência em que o negro possa aproveitar as linhas de capilaridade social para ascender, através da adoção explícita das formas de conduta e de etiqueta dos brancos bem sucedidos (RIBEIRO, 1994c, p. 16).

A partir desta constatação, Ribeiro (1994c, p. 17) fez uma crítica ao Teatro Experimental do Negro, por considerá-lo um “comovente esforço para usar todo o poderio do teatro e da dramaturgia para livrar o negro da alienação e do sentimento de inferioridade”, a partir de uma crença ingênua de que seria possível acabar com o preconceito sem romper com as estruturas sociais que o reproduz. A crítica de Ribeiro ao TEN foi no sentido de demonstrar sua limitação para romper as condições ideológicas e materiais que faziam do preconceito racial um meio para a subalternização dos negros e, por extensão, da classe social que integram. Esta ponderação de Ribeiro encontrava respaldo nas ações dos Movimentos Sociais Negros, na década de 1990, conforme salientado anteriormente, os quais fortaleceram o conteúdo político das manifestações culturais afrobrasileiras, para transformá-las e valorizá-las como formas de resistência política e também de transformação da sua realidade social (QUEIROZ, 2010).

Passada a onda de liberalização pelas artes, o negro luta em todo o País para organizar-se em uniões e legiões. Realizam um assinalável trabalho de conscientização do negro sobre seus direitos de cidadão. As condições que enfrentam são, porém, tão adversas que, por vezes, lutam mais como grupos de negros contra negros, do que contra a opressão branca. [...] O assimilacionismo, como se vê, cria uma atmosfera de fluidez nas relações inter-raciais, mas dissuade o negro para sua luta específica, sem compreender que a vitória só é alcançável pela revolução social.

Ribeiro (1994c) percebeu a necessidade de que o movimento negro fosse articulado com o auxílio dos intelectuais para a reivindicação, não apenas no âmbito simbólico, mas também a participação na esfera política institucional e econômica, o que viria a acontecer a partir dos anos 1970.

Para Ribeiro (RIBEIRO, 1994b, p. 18), a necessidade de intelectuais que pensassem a realidade dos negros estava associada à construção de uma autoimagem valorizada e estimulante, materializada em ações políticas que modificassem as

estruturas sociais, o que passou a ocorrer, a partir dos anos 1990, nas mobilizações realizadas pelas entidades representativas dos negros. Além disso, Darcy Ribeiro buscou, no exemplo de Cuba, o argumento em defesa do fortalecimento da educação como recurso para que mais negros fossem incluídos em posições de decisão no âmbito do aparelho do Estado e pudessem efetivamente construir uma democracia racial, que respeitasse e garantisse a plena expressão das particularidades de diferentes grupos sociais.

No ano seguinte à publicação, estas ponderações pareceram ganhar coro, quando a articulação e protestos efetuados pelos Movimentos Sociais Negros iniciaram pressões sobre o Governo de Fernando Henrique Cardoso para que, além de implantar políticas públicas que beneficiassem a população em geral, desenvolvessem políticas afirmativas que garantissem o acesso da população negra a diferentes níveis de ensino, bem como de sua efetiva inclusão no mundo do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou a atuação de Darcy Ribeiro no Senado Federal, haja vista ser este um dos espaços de ação, pouco explorados de sua trajetória. Através de alguns de seus projetos e ideias, buscou recuperar algumas das contribuições que este intérprete da realidade brasileira produziu para levar o povo brasileiro e, em sentido amplo, latinoamericano, a construir um projeto de Estado-nação independente e próspero.

A aproximação de duas formulações teóricas distintas, o *Contextualismo Linguístico* de Quentin Skinner, oriundo da história do pensamento político e a *Hermenêutica da Profundidade*, do âmbito da sociologia da comunicação, apresentou-se como possível. Algumas insuficiências merecem ser destacadas, pois podem evitar equívocos futuros ou a remodelação do referencial teórico-metodológico adotado.

A construção de um quadro do contexto sócio-histórico dos anos 1990-1997, apesar do esforço de concatenação com base no método usado por Ribeiro (1985) em *Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu no que deu*, apresentou fontes insuficientes que permitissem ter uma visão abrangente dos acontecimentos relevantes que ocorreram no período estudado. A identificação de alguns atores e ideias com os quais Darcy Ribeiro dialogou ou debateu e a não consideração de outros, também revelam incompletude do trabalho, decorrentes das dificuldades de exploração de novas fontes e das insuficiências do próprio pesquisador. Deste modo, a proposta de ampliação do conceito de contexto, considerando tanto elementos da estrutura social quanto do universo simbólico, não foi aplicada na plenitude. Sobre os procedimentos metodológicos adotados, a análise argumentativa também foi prejudicada pela não identificação dos padrões de argumentação utilizados pelo pensador.

O recorte do *corpus* empírico analisado apresentou como característica típica dos fazimentos de Ribeiro, a multiplicidade e complementariedade de suas construções, fundamentadas em bandeiras de lutas as quais defendeu ao longo de sua vida. Suas críticas às elites nativas e às relações internacionais que subjogam os povos latinoamericanos, presentes em sua obra teórica, especialmente, nos seis livros de *Estudos de Antropologia da Civilização*, foram retomadas no Senado Federal como forma de tornar conhecidas as suas ideias e sensibilizar outros atores para a realização de seus projetos, especialmente, os jovens, a quem depositava esperanças de transformação da realidade social.

O combate às políticas neoliberais, que ameaçavam enfraquecer o Estado Brasileiro em relação à sua capacidade de lidar de modo independente com as novas configurações do mercado mundial, representou um exemplo de aplicação de seus constructos teóricos e de outros pensadores com os quais dialogou, para entender a realidade brasileira daquele momento, com o intuito de influir sobre os seus rumos. As críticas aos mecanismos da dívida externa, que aumentou substancialmente a partir dos anos 1980 e à política de privatizações incorporada como diretriz governamental a partir do Governo Collor, exemplificaram alguns de seus posicionamentos fundados na sua concepção de *atualização histórica* e de subdesenvolvimento, que possuiu conexão com a clássica formulação de Gunder Frank (1966).

Ribeiro (2009b, p. 136) dedicou sua atuação parlamentar para combater o desmonte do Estado. Conforme salientou, “em lugar do Estado mínimo que receitam, proponho o Estado necessário”. Um aparelho de Estado que fosse comprometido com o desenvolvimento das potencialidades dos brasileiros, a partir da distribuição de bens, de serviços e da garantia de direitos para o adequado desenvolvimento de todas as pessoas. Sua concepção de aparelho de Estado foi complementar à sua ideia mais ampla de reorganização social para que o povo brasileiro pudesse usufruir do fruto do próprio trabalho e se beneficiasse das riquezas do país. Deste modo, Ribeiro posicionou-se ao lado dos diferentes intelectuais, movimentos sociais e sindicais que lutaram contra as políticas econômicas neoliberais implantadas ao longo de sua trajetória enquanto Senador, além de se contrapor aqueles que defenderam a manutenção das estruturas da sociedade brasileira.

O foco da atuação parlamentar na melhoria do sistema educacional brasileiro foi explicitado na campanha eleitoral, quando Darcy Ribeiro intitulou-se *Senador da Educação*, recuperando sua trajetória na área ao lado de Anísio Teixeira e no Governo de João Goulart, nas décadas de 1950 e 1960. Além disto, deu continuidade aos projetos desenvolvidos com Leonel Brizola, no Governo do Rio de Janeiro, após a redemocratização brasileira, de defesa da escola pública de qualidade a partir da adoção de um modelo de ensino que, gradualmente, fosse ofertado em tempo integral, especialmente à população pobre urbana, propiciando a formação de gerações preparadas para enfrentar as transformações contextuais que ocorriam naquele momento.

As dificuldades para dar vida a seus projetos no âmbito do Congresso Nacional e as vitórias parciais alcançadas, em algumas de suas propostas para remodelar a

educação brasileira incorporadas na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (Lei nº 9394/1996) demonstraram as limitações impostas pela estrutura institucional brasileira e a resistência da elite política nacional a mudanças, especialmente, quando as transformações foram dirigidas a propiciar melhores condições de vida ao povo e ameaçaram romper os laços de subjugo reproduzidos nas relações sociais internas.

O combate à discriminação racial, também, fez parte da atuação do Senador, que embasou sua posição na compreensão da formação do povo latinoamericano como uma *Roma Tardia*, a partir da contribuição genética, intelectual, cultural e econômica de diferentes grupos sociais, especialmente, negros e índios. A crítica ao ideário de branqueamento e miscigenação, além da valorização das contribuições e lutas afrobrasileiras, fez coro às diferentes vozes dos movimentos negros que lutaram por bandeiras específicas e comuns a outros movimentos sociais, como a adoção de políticas afirmativas pelo aparelho de Estado e a defesa da escola pública, respectivamente.

As ideias e projetos de Ribeiro permanecem, nos dias de hoje, enquanto referências importantes que podem ser utilizadas para a compreensão da realidade brasileira do século XX. O conhecimento por ele produzido pode ser apropriado, não para uma leitura anacrônica, como se os problemas que debatia permanecessem exatamente os mesmos, mas para embasar uma compreensão do passado brasileiro a partir da ótica de um intelectual que contrapôs projetos e críticas à organização social e às relações de subjugo do povo brasileiro no plano interno e do país, no plano internacional. Deste modo, sua contribuição enquanto militante pode ser utilizada para uma leitura histórica dos problemas que antecederam os desafios da atualidade como o abandono dos índios, a violência no campo, o preconceito racial, a precarização da escola pública, os mecanismos de expropriação das riquezas do país, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABC da LUTA, **Memórias dos Metalúrgicos do ABC**. Disponível em: <<http://www.abcdeluta.org.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

ALMEIDA, Alexandra Vieira. **A desconstrução da identidade nacional a partir do imaginário mítico em três romances**: Ubirajara, Macunaíma e Utopia Selvagem. 2003. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALMEIDA, Monica Picollo. **Reformas Neoliberais no Brasil**: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 427f. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. **Videiras de Cristal**: o romance dos Muckers. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

AUAD, Denise. **Mecanismos de Participação Popular no Brasil**: Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular. Disponível em: <[http://www.unibero.edu.br/download/revistaeletronica/Set05\\_Artigos/DIR\\_PROF%20DENISE\\_OK.pdf](http://www.unibero.edu.br/download/revistaeletronica/Set05_Artigos/DIR_PROF%20DENISE_OK.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2011.

BASTIDE, Roger. Dramas para negros e prólogo para brancos: uma introdução. **Thoth** – informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília, n. 1, pp. 249–253, 1997.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências Humanas e Complexidades**. Projetos, métodos e técnicas de Pesquisa. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BATISTA, Faira da Costa. **A CUT e a Política de Formação Profissional na Década de 1990**. 176f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

BAUER, Martin W; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin. W; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 39–63.

BERNARDES, Mellina Motta de Paula. **Análise da ocorrência de interfaces entre as competências do Senado Federal**: um estudo de caso sobre o projeto de resolução

sugerido pelo relatório final da CPI dos Títulos Públicos. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BIGIO, Elias dos Santos. **Programa(s) de índio(s)**: falas, contradições, ações interinstitucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela (1960–1992). 398 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Departamento de História, 2007.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro**: Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BRASIL. **Eleições do Brasil – 1994**. Disponível em: <[http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/1994/resultado/1\\_turno/topo\\_br.htm](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/1994/resultado/1_turno/topo_br.htm)>. Acesso em: 21 abr. 2011a.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Infantil no Brasil**. Questões e Políticas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/TRABIN1.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/TRABIN1.HTM)>. Acesso em: 02 mar. 2011b.

\_\_\_\_\_. **História das Taxas de Juros**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>>. Acesso em: 05 mar. 2011c.

\_\_\_\_\_. **Candidatos Eleitos: 1945-1990**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <[http://estatistica.tse.gov.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:4069702575322992::NO:RP:P0\\_HID\\_MOSTRAS:S](http://estatistica.tse.gov.br:7777/dwtse/f?p=1945:1:4069702575322992::NO:RP:P0_HID_MOSTRAS:S)>. Acesso em: 11 mar. 2011d.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2011e.

\_\_\_\_\_. **TV e Rádio Senado inauguram emissoras em Rio Branco**. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=106687&codAplicativo=2&parametros=r%c3%a1dio+senado+em+rio+branco>. Acesso em 29 abr 2011f.

\_\_\_\_\_. **Darcy Ribeiro**: Grandes Personagens. Programa exibido pela TV Senado em 09 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=x13RSwIwudU>>. Acesso: em 30 maio 2011g.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6767 de 20 de dezembro de 1979**. Modifica a regulamentação dos partidos políticos. Brasília: DF, 1979. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=125767&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Discurso proferido por Darcy Ribeiro e apartes**. Diário do Congresso Nacional. Seção II, pp. 3702–3714, 21 maio 1992.

\_\_\_\_\_. **Aparte de Darcy Ribeiro sobre o projeto dos CIACs**. Diário do Congresso Nacional. Seção II, p. 2492–2493, 23 maio 1991.



CALLADO, Antônio; HOUAISS, Antônio; NEPOMUCENO; Eric. **Quem é Darcy Ribeiro: Mestiço é que é bom**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500–2000): A Grande Transição**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, pp. 287–316.

CASTRO, Aline Contti. **A economia política da política externa brasileira no governo Collor: a crise dos paradigmas**. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, 2004.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EREMIAS DELIZOICOV. **Vala de Perus**. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=39&m=8>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

CERQUEIRA, Wagner. **Inicia a ECO-92, no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.portaltendencia.com.br/novoportal/modules/news/article.php?storyid=165>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

COSTA, Tarcísio. Os anos noventa: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500–2000): A Grande Transição**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, pp. 249–282.

CPDOC. **Abdias do Nascimento**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/abdias\\_do\\_nascimento](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/abdias_do_nascimento)>. Acesso em 04 abr. 2011.

ENTENDA o que foi a Rio-92. **Estadão on-line**. [São Paulo], 15 set. 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/entenda-o-que-foi-a-rio-92,3827.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

FARIAS, Regina Cláudia Gondim Bezerra. **Atuação estatal e a privatização do setor elétrico brasileiro**. 107 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Políticas, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS LIGAS DE DIREITOS HUMANOS. **Graves Violações de Direitos na Zona Rural**. Dez. 2000, n. 299/3. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/nacionais/r\\_fidh\\_brasil.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/nacionais/r_fidh_brasil.pdf)>. Acesso: em 23 fev. 2011.

FERNANDES, Florestan. **Consciência negra e transformação da realidade**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994.

FERREIRA, Clodomir Souza. **Impressões digitais da (in)dependência: os CDs (in)dependentes em Brasília (1990 a 2007)**. 296 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

FRANK, André Gunder. The Development of Underdevelopment (O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento). **Monthly Review**. New York, v. 18, n. 4, pp. 17–31, set. 1966.

FREIRE, **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Cartas a Cristina**. São Paulo: Paz e Terra. 1994.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOMES, Paula Michele Martins. **O enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual no contexto da política de assistência social**: Paula Michele Martins Gomes. 157 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

GRITO DOS EXCLUÍDOS. **História**. Disponível em: <<http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

GUIMARÃES, Ivana Acunha. **Ocupar, resistir e produzir também na educação: análise do discurso pedagógico do MST**. 2001. 233f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2001.

GURAN, Milton. **O Olhar Precioso de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010 (exposição).

JARDON, Carolina. **Assassinato do Índio Galdino Completa 10 anos**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL23764-5598,00.html>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. [s. l.]: v. 20, n. 57, pp. 27–38, out. 2005.

KLERING, Luis Roque. **Análise dos Resultados do Censo Demográfico Nacional de 1991**. Disponível em: <[http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Censo\\_91.html](http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Censo_91.html)>. Acesso em: 30 mar. 2011.

KUHN, Dione. **Brizola: da Legalidade ao Exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979–2006)**. 248 f. Tese (doutorado) . Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

- LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)**. 367f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- LOPES, Geraldo. **O Massacre da Candelária**. São Paulo, Editora Páginas Abertas, 1994.
- LOPES, Marco Antônio. Definindo um campo de trabalho: a história das idéias políticas. **Comunicação & Política**, v. VII, n. 1, pp. 157-179, jan./abr., 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. O Desafio da Economia Mundial. **Carta: Falas, Reflexões, Memórias**. Brasília, n. 8, pp. 13–28, 1993.
- MARRA, Teresinha Aparecida Mendes. **Sob o signo do populismo e do neoliberalismo: Construções retóricas e Configurações**. Brasil e Argentina (1989–1992). 262 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em História, Brasília, 2000.
- MEDEIROS, Celso Luiz Ramos de. A tramitação da LDB no Senado Federal. **Carta: Falas, Reflexões, Memórias**. Brasília, n. 16, pp. 63–103, 1996.
- MESQUITA, Helena Angélica de. **O massacre de Corumbiara: mais dez anos de violência e impunidade**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1662>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- MORITZ, Maria Lúcia R. de Freitas. **A Atuação Parlamentar dos Partidos de Esquerda: Legislando para quem e em nome de quem (1995–1999)? Pelotas: Pensamento Plural**, n. 3, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/03/03.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2011.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **26 Anos do Movimento dos Sem Terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- NASCIMENTO, Abdias. Teatro Negro Brasileiro no Festac 77: uma notável ausência. In: **Thoth** – informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília, n. 6, pp. 211–224, 1998a.
- \_\_\_\_\_. A Luta Afro-Brasileira no Senado. Pronunciamento feito no Senado Federal, Sessão de 14 de novembro de 1991. In: **Thoth** – informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília, n. 6, pp. 115–136, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In: **Thoth** – informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília, n. 1, pp. 227–253, 1997a.
- \_\_\_\_\_. 20 de Novembro: Dia Nacional da Consciência Negra. In: **Thoth** – informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília, n. 3, pp. 21–24, 1997b.

- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Determinantes das Mudanças no Conteúdo das Propostas Educacionais no Brasil dos Anos 90**: Período Itamar Franco. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). Educação e Política no Limiar do Séc. XXI. Campinas: Autores Associados, 2000, pp. 5–58.
- NOBRE, Carlos. **Mães de Acari**: uma história de protagonismo social. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2005.
- NOVELLI, Ana Lúcia Coelho Romero. **Imagens cruzadas**: a opinião pública e o congresso nacional. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.
- O BONDE jurídico. **Revista Veja**. São Paulo, ano 24, n. 1, pp. 20–22, 02 jan. 1991.
- OLIVEIRA, João Pacheco. **A paixão de um intelectual-ator**. Carta: Falas, Reflexões, Memórias. Brasília, n. 16, pp. 371–374, 1996.
- OLIVEIRA, Maria Rodrigues de. **Discurso Parlamentar**: Estratégia de Retextualização. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PASQUETTI, Luis Antonio. **Terra ocupada**: identidades reconstruídas, 1984–2004. 333 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2007.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944–2008)**. 382f. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.
- PEREZ, Regina. **Congelamento tenta pela quinta vez deter a inflação**. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, ano C, n. 299, p. 9, 03 fev. 1991.
- PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em Sobressalto**: 80 Anos de História Contados pela Folha. São Paulo, Publifolha, 2002.
- PINHEIRO, Salete Favin. **Por uma historia das trabalhadoras rurais sindicalistas no rio grande do sul (1980–1997)**. 98 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 1999.
- QUEIROZ, Martha Rosa Figueira. **Onde cultura é política**: movimento negro, afoxés e maracatus no carnaval do Recife (1979–1995). 288 f. Tese (doutorado) . Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2010.
- RAMOS, Guerreiro. O negro desde dentro. In: **Thoth** – informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília, n. 3, pp. 185–192, 1997.
- RANGEL, Susana Salum. **Políticas públicas para a Educação Superior na década de 1990**: efeitos da avaliação para o ensino de graduação – o caso dos Cursos de Direito. 159f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Departamento de Direito, Brasília, 2007.

RIBADENEIRA, Jose Miguel Vasconez. **Del protocolo de rio de janeiro a la declaracion presidencial de brasilia**: Cincuenta y seis anos de mediacion brasilena en torno al problema territorial ecuatoriano - peruano: vision ecuatoriana (1942–1998). 159f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy**: Pensador do Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=ihLJ\\_-SsAo8&feature=related](http://www.youtube.com/watch?v=ihLJ_-SsAo8&feature=related)> (parte 1) e <<http://www.youtube.com/watch?v=dJrNq62nEwI&feature=related>> (parte 2) Acesso em: 10 dez. 2010a.

\_\_\_\_\_. **Trecho do doc “Glauber, Labirinto do Brasil”**, de Sílvio Tendler. Disponível em: <<http://youtube.com/watch?v=aKjAovc7YC4&feature=related>>. Acesso em: 05 nov. 2010b.

\_\_\_\_\_. **Testemunho**. 4 ed. Rio de Janeiro: Apicur; Brasília: Unb, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Crônicas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Utopia Selvagem**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Darcy Ribeiro**: Grandes vultos que honraram o Senado. In: SIMON, Pedro (ed.). Brasília: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Carta**: Senador Darcy Ribeiro. Edição Especial. Brasília: Senado Federal, 2002.

\_\_\_\_\_. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. **Carta**: Falas, Reflexões, Memórias. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, v. 16, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Brasil como Problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Carta**: Falas, Reflexões, Memórias. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, v. 15, 1995b.

\_\_\_\_\_. Salvemos a Nação Brasileira – 3ª Fala ao Senado. In: **Carta**: Falas, Reflexões, Memórias. Brasília, v. 10, pp. 11–26, 1994a.

\_\_\_\_\_. Prólogo. In: **Carta**: Falas, Reflexões, Memórias. Brasília, n. 13, pp. 9–10, 1994b.

\_\_\_\_\_. Ser Negro. \_\_\_\_\_. Brasília, n. 13, pp. 11–18, 1994c.

\_\_\_\_\_. Prólogo. \_\_\_\_\_. Brasília, n. 8, pp. 7–8, 1993a.

- \_\_\_\_\_. Integração para quem? \_\_\_\_\_. Memórias. Brasília, n. 8, pp. 9–12, 1993b.
- \_\_\_\_\_. Primeira fala ao Senado. \_\_\_\_\_. Brasília, n. 1, pp. 7–29, 1991a.
- \_\_\_\_\_. O Povo Latino-Americano. \_\_\_\_\_. Brasília, n. 2, pp. 15–29, 1991b.
- \_\_\_\_\_. Segunda fala ao Senado. \_\_\_\_\_. Brasília, n. 3, pp. 15–43, 1991c.
- \_\_\_\_\_. Teorias do Atraso e do Progresso. \_\_\_\_\_. Brasília, n. 3, pp. 45–62, 1991d.
- \_\_\_\_\_. **Notícia de Darcy**: Senador da Educação. Rio de Janeiro: PDT, 1990a.
- \_\_\_\_\_. **Carta de pedido de apoio para a candidatura ao Senado Federal**. Rio de Janeiro, Acervo da Fundação Darcy Ribeiro, 08 mai 1990b.
- \_\_\_\_\_. **Darcy**: Senador da Educação. Rio de Janeiro, Acervo da Fundação Darcy Ribeiro, 1990c.
- \_\_\_\_\_. **O Livro dos CIEPS**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **América Latina**: a pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986b.
- \_\_\_\_\_. **Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu**. Guanabara Dois, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio Insólito**. Porto Alegre: L& PM Editores Ltda., 1979.
- \_\_\_\_\_. **As Américas e a Civilização**: Estudos de Antropologia da Civilização. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1977.
- \_\_\_\_\_. **Os Índios e a Civilização**. São Paulo: Círculo do Livro, 1968.
- \_\_\_\_\_.; FOERTHMANN, Heinz. **Um dia na vida de uma tribo na floresta tropical**. 1948 (documentário).
- RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil**: 1991–1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.
- RICUPERO, Rubens. **Brincando nos campos do senhor**. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, p. 11, 02 jan. 1994.
- SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Filigranas da memória**: história e memória nas comemorações dos centenários de Canudos (1993–1997). 481 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília, 2006.
- SABINO, Fernando. **Zélia, uma paixão**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas**. 2007. 554 f. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília, 2007.

SANTOS, Milton. As exclusões da globalização: pobres e negros. In: **Thoth** – informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento. Brasília, n. 4, pp. 147–160, 1998.

SCHILD, Susana. Os oprimidos pedem passagem. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B, p. 5, 15 jul. 1993.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga brasileira de lésbicas**: produção de sentidos na consrução do sujeito político lésbica. 2007. 194 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2007.

SILVA, Ricardo. **História Intelectual e Teoria Política**. In: Revista de Sociologia Política. Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009.

SKINNER, Quentin. Lectures: Part Two: Is it still possible to interpret texts? **International Journal of Psychoanalysis**. London, v. 89, pp. 647–654, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

SOUZA, Hélcio Marcelo de. **Reforma do Estado e políticas públicas de etnodesenvolvimento no Brasil na década de 90**. 81f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, 2000.

SOUZA, Nilson Araújo de Souza. **Economia Brasileira Contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Autor, texto e contexto**: a história intelectual e o ‘contextualismo linguístico’ na perspectiva de Quentin Skinner. In: Revista de História e Estudos Culturais, v. 5, n. 4, 2008, pp. 1–19.

SOUZA, Danilo Marcondes de. A filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: J. L. Austin: **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem**. São Leopoldo: Filosofia Unisinos, v. 7, n. 3, pp. 217–230, set./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/pdfs\\_filosofia/vol7n3/art01\\_marcondes.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_filosofia/vol7n3/art01_marcondes.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORRES, Igor Gonçalves. **Acordos de livre comércio, desnacionalização e sistemas financeiros**: os casos do Brasil, Chile e México. 293 f. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

UNIDOS DE VILA ISABEL. **Se Esta Terra, Se Esta Terra Fosse Minha**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/vila-isabel-rj/473990/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

UCHÔA, Marco. Para PF, massacre ocorreu na Venezuela. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 12, 31 ago. 1993.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social**. São Leopoldo: Ciências Sociais Unisinos, v. 42, pp. 85–93, maio/ago., 2006.

WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 1, pp. 43–49, jan.–mar., 1992.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990–1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



## ANEXO

## CRONOLOGIA PRELIMINAR DAS OBRAS DE DARCY RIBEIRO

Ano	Obras	Formato/ Temática	Alternativa de localização
1948	UM DIA NA VIDA DE UMA TRIBO NA FLORESTA TROPICAL (Coautoria de Heinz Foerthmann)	Documentário – Etnologia	Museu do Índio – Rio de Janeiro - RJ
	SISTEMA FAMILIAR KADIWÉU. Em <i>Revista do Museu Paulista</i> , n.s., vol. II, São Paulo, 1948, pp. 175-192.	Artigo de Revista – Etnologia	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1950	RELIGIÃO E MITOLOGIA KADIWÉU. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Publicação do Serviço de Proteção aos Índios nº 106, Rio de Janeiro, 1950, 222 pp. (Prêmio Fábio Prado de Ensaio outorgado pela Associação de Escritores de S. Paulo, em 1950).	Livro – Etnologia	Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	THE MUSEUM OF THE INDIAN, RIO DE JANEIRO. Em <i>Museum - Unesco</i> , nº I, Vol. 3, 1993, pp. 5-10. Reproduzido em <i>Américas</i> , vol. VII, nº 9: "Um museo contra el preconceito". Washington (União Panamericana), 1955	Separata – Realização	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1951	NOTÍCIA DOS OFAIÉ-CHAVANTE. Separata da <i>Revista do Museu Paulista</i> , n.s., vol. V, São Paulo, 1951, pp. 105-135.	Artigo de Revista e Separata – Etnologia	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	A ARTE DOS ÍNDIOS KADIWÉU. Separata da revista <i>Cultura</i> , nº 4, p. 145-190, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1951, 45 pp. (ilustrações).	Separata – Etnologia	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	ATIVIDADES CIENTÍFICAS DA SECÇÃO DE ESTUDOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Separata da <i>Revista Sociologia</i> , Vol. XIII, nº 4, São Paulo, nº 1951, pp. 363-385.	Separata – Índios	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1955	OS ÍNDIOS URUBUS. Separata dos Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, vol.I, p. 127-157, São Paulo, 1955 (reproduzido em <i>Uirá</i> e em uma coletânea de ensaios organizada por Egon Schaden).	Separata – Etnologia	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	ATIVIDADES CIENTÍFICAS DO MUSEU DO ÍNDIO, SPI. Em Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia, p. 205-209, Salvador, Bahia.	Ensaio – Índio	
1956	CONVÍVIO E CONTAMINAÇÃO: EFEITOS DISSOCIATIVOS DA DEPOPULAÇÃO PROVOCADA POR EPIDEMIAS EM GRUPOS INDÍGENAS. Revista	Artigo de Revista – Etnologia	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF

	<i>Sociologia</i> , vol. XVIII, nº 1, São Paulo, 1956, pp. 3-50.		
1957	ARTE PLUMÁRIA DOS ÍNDIOS KAAPOR (co-autoria com Berta G. Ribeiro) - Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1957, 155 pp. (Prêmio João Ribeiro da Academia Brasileira de Letras - obras de etnologia e folclore).	Livro – Etnologia	Câmara dos Deputados – Biblioteca Pedro Aleixo – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	CULTURAS E LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL. Separata de <i>Educação e Ciências Sociais</i> , ano II, vol. 2, nº 6, p. 4-102, Rio de Janeiro, 1957. Reeditado em <i>Bull. Int. des Sciences Sociales</i> , OIT, 9/3, 1957. Reeditado em <i>Indians of Brazil in the XXth Century</i> (Janice Hopper, ed.), Inst. of Cross-Cultural Research, p. 77-168, Washington, 1967.	Separata – Etnologia	
	UIRÁ SAI À PROCURA DE DEUS: Ensaios de Etnologia e Indigenismo. Com o título "Uirá vai ao encontro de Maíra. As experiências de um índio urubu-kaapor que saiu a procura de Deus". Em: Revista <i>Anhembi</i> , vol. 26, nº 76, São Paulo, 1957, p. 21-35 (reproduzido em <i>Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia</i> , p. 205-209, Salvador, Bahia, 1957). Edição brasileira (1ª): Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974, 173pp. Edição brasileira (2ª) (contém, além do artigo que dá título ao livro, outros como "Sistema Familiar Kadiwéu" e "Notícia dos Ofaié-Chavante"): Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976. Este livro serve de tema ao filme UIRÁ, prêmio Margarida de Prata da Conferência Nacional de Bispos Brasileiros (CNBB) de 1974. Edição Brasileira (3ª): Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.	Artigo e livro - Etonologia	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1958	O INDIGENISTA RONDON. Separata da Revista <i>Cultura</i> , Publicação Avulsa do Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1958, 75 pp. (reproduzido em <i>Uirá</i> ).	Separata – Índio	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Biblioteca de Ciências Sociais, Filosofia, História, Religião e Serviço Social – Rio de Janeiro – RJ
	CANDIDO MARIANO DA SILVA RONDON. Separata da <i>Revista de Antropologia</i> da USP, Vol. 6, nº 2, 1958, pp. 97-103.	Separata – Índio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	O PROGRAMA DE PESQUISAS EM CIDADES-LABORATÓRIO Em <i>Educação e Ciências Sociais</i> , vol. III, nº 3, p. 13-30, Rio de Janeiro, 1958.	Artigo de Revista – Educação	
1959	A OBRA INDIGENISTA DE RONDON. Revista <i>América Indígena</i> , Vol. XIX, nº 2, 1959, pp. 85-113.	Artigo – Índio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1960	ANÍSIO TEIXEIRA, PENSADOR E HOMEM DE AÇÃO. Em <i>Anísio Teixeira</i> , Pensamento e Ação, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1960, p. 228-326.	Cap. de Livro – Educação	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF

	UN CONCEPTO DE INTEGRACIÓN SOCIAL (em colaboração com outros). Em <i>América Indígena</i> , vol. XX, nº 1, p. 7-13, México, jan. 1960.	Ensaio – Índio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Em <i>Educação e Ciências Sociais</i> , vol. 8, nº 15, p. 33-99, Rio de Janeiro, 1960.	Ensaio – Educação	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1962	PLANO ORIENTADOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (em colaboração com outros). Edição brasileira (1ª): Editora da Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 1962, pp. 58 (resumido em "The University of Brasilia", em colaboração com Anísio Teixeira, publicado em <i>Educational Forum</i> , março, p. 309-315, 1962.	Publicação técnica – Educação	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Projeto de organização, pronunciamentos de educadores e cientistas e Lei nº 3998 de 15 de dezembro de 1961. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1962, 86pp.	Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	PROGRAMA DE EMERGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA PARA 1962. Subscrito por João Goulart, Hermes Lima, Miguel Calmon e Darcy Ribeiro. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1962, 19 pp.	Livreto – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA. Ministério da Agricultura, SIA, Rio de Janeiro, 1962, 178pp. Reproduzido em parte em "La integración de las poblaciones aborígenes en el Brasil", <i>Revista Internacional del Trabajo</i> , vol. LXV, nº 4 e 5, abr/maio (publ. avulsas), p. 1-47, Genebra, 1962.	Livro e separata – Índio	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	A UNIVERSIDADE E A NAÇÃO. Separata de <i>Educação e Ciências Sociais</i> , ano VII, vol. 10, nº 19, jan./abr. publ. avulsa, 1960, 34 pp. Reproduzido sob o mesmo título pela Imprensa Universitária do Ceará, 1962.	Separata – Educação	Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro - RJ
1964	REFORMA UNIVERSITÁRIA. Aula Magna de Abertura dos Cursos da Universidade do Paraná. Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia e Imprensa da Universidade do Paraná. 01 de março de 1964.	Folheto – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1965	LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA Y EL DESARROLLO SOCIAL. Em <i>Cuadernos</i> , nº 16, Montevideu, 1965. Reeditado em <i>Revista Civilização Brasileira</i> , nº 3, sob o título: "A Universidade latino-americana e o desenvolvimento social", p. 249-286, Rio de Janeiro, 1965. Reeditado em S. M. Lipset e A. Solari (eds.), <i>Elites in Latin America</i> , sob o título: "Universities and Social Development", Oxford, University Press, N. York, 1967.	Cap. de Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1967	A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA. Editorial Galerna, Buenos Aires, 1967/1971, 113pp. Publicado e reeditado em diversos países.	Livro – Educação.	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho –

			Brasília – DF Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	LA CRISIS ESTRUCTURAL DE LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA. Publicação da exposição de Darcy Ribeiro, em 04 de maio de 1967, no “Seminário sobre Estructura Universitaria”. Montevidú: Universidad de la Republica, 1967.	Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1968	O PROCESSO CIVILIZATÓRIO: Etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1968, 1ª Ed. Publicado e reeditado em diversos países.	Livro – Estudos de Antropologia da Civilização	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA. Universidad de la República, Depto. de Publicaciones, Montevidú, 1968, 285pp, 1ª Ed. Publicado e reeditado em diversos países.	Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	POLÍTICA DE DESARROLLO AUTÓNOMO DE LA UNIVERSIDAD, INFORME DE DARCY RIBEIRO. Em <i>Hacia una Política Cultural Autónoma para America Latina</i> , Seminario organizado por el Centro de Estudios Latinoamericanos de la Universidad de la Republica, Montevidú/Uruguai, Depto. de Publicaciones de la Universidad de la Republica (Colección Historia y Cultura 13), marzo de 1968, p. 105-136.	Ensaio – Educação	
1969	AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos” Ed. Argentina (1ª): CEAL. B. Aires, 3 vols, 1969. Trad. De Renzo PI Ugarte.	Livro – Estudos de Antropologia da Civilização	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	OS BRASILEIROS: Teoria do Brasil. Arca, Montevidú, 1969, 1ª Ed. Publicado e reeditado em diversos países.	Livro – Estudos de Antropologia da Civilização	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília - DF.
	LA UNIVERSIDAD NECESSARIA. Ediciones del rectorado, Venezuela, 1969.	Livreto – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília - DF.
1970	CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS DOS POVOS AMERICANOS. Edição americana (1ª), sob o título "Culture-Historical Configurations of the American Peoples": Current Anthropology, vol. 11, nº 45, p. 403-434, oct/dec. 1970. Edição cubana (1ª), sob o título "Configuraciones histórico-culturales americanas": Pensamiento Crítico, Havana, 1971. Edição uruguaia (1ª): CEL - Centro de Estudios Latinoamericanos, Montevidú, 1972. Edição uruguaia (2ª): Arca, Montevidú, 1975 Edição mexicana (1ª), sob o título "Configuraciones": Sep-Setentas, Secretaria de Educación Pública, México, 1972. Edição brasileira (1ª): Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975, 159pp.	Livro – História	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro (edição americana) – Brasília – DF

	OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, 1ª Ed. Publicado e Reeditado no Brasil e em outros países.	Livro – Estudos de Antropologia da Civilização	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Biblioteca de Formação de Professores em Biologia, Educação, Geografia, História, Letras e Matemática – Rio de Janeiro - RJ
	PROPUESTAS ACERCA DE LA RENOVACIÓN. Editora UCV - Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1970. Edição venezuelana (2ª), sob o título "Estructura y Renovación Universitaria": Editora WE, Caracas, 1970 Edição venezuelana (3ª), sob o título "Conceptos Fundamentales de la Renovación Universitaria" (versão resumida): Universidad de los Andes, Merida, 1970.	Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF (todas edições disponíveis)
1971	O DILEMA DA AMÉRICA LATINA: estruturas de poder e forças insurgentes. Siglo XXI, México, 1971/1984. Tradução de Renzo Pi Ugarte, 1ª Ed. Publicado e reeditado no México, Itália e Brasil.	Livro – Estudos de Antropologia da Civilização	Acervo do Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	LA CULTURA LATINOAMERICANA. Introdução geral à obra <i>América Latina en su arquitectura</i> , UNESCO/Siglo XXI, México, 1971.	Cap. de Livro – Cultura	
	FRONTERAS INDÍGENAS DE LA CIVILIZACIÓN. Siglo Veintiuno Editores SA. Traducción de Julio Rossiello. México, 1971. Também publicado em francês, italiano.	Livro – Estudos de Antropologia da Civilização	Memorial Darcy Ribeiro (edição espanhol, italiano, francês) – Brasília – DF
	UNIVERSIDAD DE PLANIFICACION SOCIAL LAS CIENCIAS HUMANAS Y LA DINAMICA DE LA EDUCACION Y DEL DESARROLLO. Escrito por Darcy Ribeiro, Heron de Alencar e outros. Trabalho produzido para o “Colóquio Internacional sobre la Enseñanza de las Ciencias Sociales”, realizado na Argélia, em 1971. Publicado no nº 11 da “Deslinde: Cuadernos de Cultura Política Universitaria”. México: Departamento de Humanidades, Direccion General de Difusion Cultural – UNAM, 1971.	Livreto – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1972	UNIVERSITÉ DES SCIENCES HUMAINES D'ALGER. Edição algeriana (1ª) (estudo elaborado a pedido do Ministério da Educação e da Pesquisa Científica da Argélia): Mimeo, Alger, 1972, 250p. Edição mexicana (1ª), sob o título "La Facultad de Ciencias Humanas y de la Planificación Social de Argel" (em colaboração com Heron de Alencar): Publicado como folheto pela Direccion General de Difusion Cultural da UNAM, México, 1972.	Publicação Técnica – Educação	
	QUE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA? Comunicação à II Conferencia Latinoamericana de Difusão, Cultura e Extensão Universitária, UNAM/UDUAL (fev. 1972). Publicado como folheto pela DGDC da UNAM, México.	Comunicação acadêmica e separata – Política	

	CIVILIZACIÓN Y CREATIVIDAD. Em <i>Revista de la Universidad de México</i> , vol. XXVI, nº 6/7 (número dedicado à "Cultura y Sociedad en America Latina"), México, 1972.	Artigo – Cultura	
	OS BRASILEIROS: 1. TEORIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 146p.	Livro – Política, história	Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	LA INTEGRACIÓN DE LAS POBLACIONES ABORÍGENES EN EL BRASIL. Em <i>Revista Internacional del Trabajo</i> , Vol. LXV, n. 4/5, abril y mayo, 1962, pp. 1-47.	Artigo – Índio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1973	LA UNIVERSIDAD NUEVA, UN PROYECTO. Edição argentina (1ª): Ed. Ciencia Nueva, SRL, Buenos Aires, 1973, 159pp.	Livro – Educação	Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ
	ETNICIDADE, INDIGENATO E CAMPESINATO. Em <i>Revista de Cultura Vozes</i> , vol. LXXIII, nº 8, out. 1973, p. 5-18.	Artigo – Índio	
	VENUTOPÍAS 2003. Publicado no jornal <i>El Nacional</i> , de Caracas, Venezuela, numa edição comemorativa do seu 30º aniversário, 1973. Publicado em <i>Ciencia Nueva</i> , revista de ciencia y tecnologia, nº 27, Buenos Aires, p. 12-17, 1973. Versão brasileira publicada em <i>Opinião</i> , nº 122, março, p. 22-23, Rio de Janeiro, 1975.	Ensaio – política e comportamento	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1974	LA UNIVERSIDAD PERUANA. Edição peruana (1ª): Editora del Centro de Estudios de Participación Popular/SINAMOS, Lima, 1974, 254pp.	Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	RETHINKING THE UNIVERSITY IN LATIN AMERICA. Em <i>Prospects</i> , vol. IV, nº 3, pp. 315-330 e pp. 343-360, publ. da UNESCO, 1974 (edição bilingue inglês/francês).	Artigo – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	UIRA SAI A PROCURA DE DEUS: ensaios de etnologia e indigenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.	Livro – Antropologia	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Biblioteca de Ciências Sociais, Filosofia, História, Religião e Serviço Social – Rio de Janeiro – RJ
1975	TIPOLOGÍA POLÍTICA LATINOAMERICANA. Em <i>Nueva Política</i> , México, Ano I, vol. I, 1975.	Artigo – Política	
	CONFIGURAÇÕES HISTÓRICO-CULTURAIS DOS POVOS AMERICANOS. Rio de Janeiro: Civilização	Livro – Antropologia	Universidade Estadual do Rio de

	Brasileira, 1975, 159 p.		Janeiro – Biblioteca de Ciências Sociais, Filosofia, História, Religião e Serviço Social – Rio de Janeiro – RJ
1976	MAÍRA. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976, 1ª Ed. O livro foi reeditado e também publicado em outros países.	Livro – Romance	Universidade de Brasília – Biblioteca Central – Brasília – DF
	OS PROTAGONISTAS DO DRAMA INDÍGENA. <i>Actes XLII Congrès International des Américanistes</i> , Congrès du Centenaire, Paris, 2-9 Septembre 1976, vol. II. Reproduzido em <i>Voices</i> , nº 6, Rio de Janeiro, 1977, pp. 473-488.	Artigo – Índio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	LA CULTURA AMERICANA. Latino América-Anuário/Centro de Estudios Latinoamericanos. Nº 9, México, 1976, pp. 9-89.	Separata – Antropologia, história	Memorial Darcy Ribeiro, Brasília – DF
1978	UnB - INVENÇÃO E DESCAMINHO. Edição brasileira (1ª): Editora Avenir, Rio de Janeiro, 1978, 140pp.	Livro – Educação	Acervo da Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ
	ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, 310 p.	Livro – Antropologia, história	Acervo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Acervo de Obras Raras – Rio de Janeiro – RJ
1979	ENSAIOS INSÓLITOS. Edição brasileira (1ª): Ensaios Insólitos, Editora LPM, Porto Alegre, 1979. (Ver também Sobre o Óbvio – 1985)	Livro – Diversos	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1980	KADIWÉU: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.	Livro – Antropologia e Índio	Câmara dos Deputados – Biblioteca Pedro Aleixo – Brasília – DF
1981	O MULO. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981. O livro foi reeditado e também publicado em outros países.	Livro – Romance	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Biblioteca da Coleção para o 2º Segmento do 1º e 2º graus – Rio de Janeiro – RJ  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF

	“WALDIR”. [s/ n], 1981?	Livreto – Personagens	Memorial Darcy Ribeiro – Universidade de Brasília – Brasília – DF
1982	UTOPIA SELVAGEM: saudades na inocência perdida, uma fábula. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982.	Livro – Romance	Universidade de Brasília – Biblioteca Central – Brasília – DF Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1984	NOSSA ESCOLA É UMA CALAMIDADE. Edição brasileira (1ª): Editora Salamandra, Rio de Janeiro, 1984, 106pp.	Livro – Educação	Universidade de Brasília – Biblioteca Central – Brasília – DF Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	LA CIVILIZACIÓN EMERGENTE. Em <i>Revista Nueva Sociedad</i> , nº 73: Cultura y Contracultura, Caracas/Venezuela, julio/agosto de 1984, p. 26-37.	Artigo – Cultura	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1985	AOS TRANCOS E BARRANCOS: como o Brasil deu no que deu. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1ª Ed.	Livro – História	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Biblioteca de Ciências Sociais, Filosofia, História, Religião e Serviço Social – Rio de Janeiro – RJ Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1986	SUMA ETNOLÓGICA BRASILEIRA (editor Darcy Ribeiro; coordenação de Berta G. Ribeiro). Edição brasileira (1ª): Editora Vozes, 3 vols. Petrópolis, 1986.	Livro – Etnologia	
	AMÉRICA LATINA: A Pátria Grande. Edição brasileira (1ª e 2ª): Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1986.	Livro – Identidade Latinoamericana	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Biblioteca de Educação – Rio de Janeiro - RJ
	DARCY EM QUADRINHOS. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América (EBAL) S. A., 1986,	Revista – autobiografia e realizações.	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	UNIVERSIDADE PARA QUÊ? Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1986, 30p.	Folheto – Educação	Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio



			Vargas – Rio de Janeiro  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	O LIVRO DOS CIEPS. Rio de Janeiro: Bloch, 1986, 152p.	Livro – Educação	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Biblioteca de Comunicação, Pedagogia, Psicologia e Nutrição – Rio de Janeiro - RJ
	SOBRE O ÓBVIO. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986	Livro – Diversos	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	REVISTA DO BRASIL – Política Cultural do Rio de Janeiro. Edição Especial – 1986. Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Revista – Cultura	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1988	MIGO. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1982, 1ª Ed. Editora Guanabara. Publicado também na Alemanha e reeditado no Brasil.	Livro – Romance	Universidade de Brasília – Biblioteca Central – Brasília – DF
	INDIANIDADES Y VENUTOPIAS. Buenos Aires - Argentina, Ediciones del Sol, 1988, 1ª ed.	Livro – Ensaio – Gilberto Freire, América Latina, índios e campesinos.	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1989	EL HOMBRE LATINOAMERICANO 500 AÑOS DESPUES. Em <i>América Latina en el Umbral del Siglo XXI</i> , Caracas/Venezuela, Ediciones de la Presidencia de la República, Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (Ildis)/Editorial Nueva Sociedad, 1989, p. 50-55.	Artigo – História/Política	
1990	A PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS URUBU-KAAPOR. Trecho do livro <i>A Política Indigenista Brasileira</i> (p. 82-95), reproduzido em: <i>Karai ta Namô Mukatuha Rehe Har, A Pacificação dos Urubu-Kaapor: livro de leitura na língua Urubu-Kaapor</i> , compilado por James Y. Kakumasu e Kiyoko Kahumasu. Belém/PA, Fundação Nacional do Índio/Summer Institute of Linguistics - SIL, 1990, p. 23-34.	Trecho de Livro – Índios Urubu-Kaapor	
	EL PUEBLO LATINOAMERICANO. Em <i>Concilium - Revista internacional de Teologia</i> , nº 232, Noviembre 1990, pp. 385-401. Versão da mesma revista em francês, italiano, alemão.	Separata – América Latina	Memorial Darcy Ribeiro (espanhol, francês, italiano, alemão)
	DARCY: O SENADOR DA EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, s/ ed., 18 pp.	Livreto – trajetória e realizações	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF

1991	TESTEMUNHO. São Paulo, Ed. Siciliano, 1991.	Livro – Autobiográfico	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF  Biblioteca do Senado Federal – Brasília – DF
	LOS INDIOS Y EL ESTADO NACIONAL. Em Seminário Internacional – Ameríndia hacia el Tercer Milenio. Instituto Nacional Indigenista, México, 1991.	Artigo – índio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	<i>Discurso Parlamentar. Apresentando despedidas ao Senado, no momento em que se afasta do Mandato de Senador para assumir a Secretaria do Governo do Estado do RJ. Considerações sobre projetos de Lei de sua autoria, lidos no expediente da Sessão. 29/08/1991.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Despedida</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF
	<i>Discurso Parlamentar. Análise da dívida externa e da privatização no Brasil. 07/08/1991.</i>  <i>Publicado em folheto pelo Gabinete do Senador com o título DARCY RIBEIRO – SEGUNDA FALA AO SENADO. Os economistas oficiais acabarão privatizando a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, precisamente porque são</i>  <i>Avançadas e lucrativas, se não cortarmos suas asas. Brasília, DF, 1991.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Economia</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	<i>Discurso Parlamentar. Justificando Projeto de Lei apresentado pelo orador no expediente da Sessão. 06/06/1991.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Violência no Trânsito</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF
	<i>Discurso Parlamentar. Projeto lançado pelo então Presidente Fernando Collor de Mello, visando a construção de cinco mil CIEP no Brasil. 22/05/1991.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Educação</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF
	<i>Discurso Parlamentar. Manifestação de pesar pelo falecimento do jornalista Tarso de Castro. 21/05/1991.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Homenagem</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF
	<i>Discurso Parlamentar. Homenagens a vultos ilustres pela contribuição dada ao desenvolvimento do país e de nações latino-americanas. Genocídio do povo brasileiro, em face da ordem econômica vigente. 20/03/1991.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Homenagem e Análise Sócio-Política</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF
	<i>Projeto de Lei do Senado Federal N° 201/1991. Dispõe sobre a utilização das vias públicas, acidentes de trânsito e dá outras providências. 06/06/1991.</i>	<i>Projeto de Lei – Trânsito</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF
	<i>Projeto de Lei do Senado Federal N° 304/1991. Dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor</i>	<i>Projeto de Lei – Criança e</i>	Senado Federal – Secretaria de

	<i>aversivo ao benzeno, tolueno e xileno, seus derivados e compostos e dá outras providências. 29/08/1991.</i>	<i>Adolescente</i>	Arquivo - Brasília - DF
	<i>Projeto de Lei do Senado Federal Nº 305/1991. Regula parte do inciso quarto do Art. 199 da Constituição Federal que dispõe sobre a retirada de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplantes e dá outras providências. 29/08/1991.</i>	<i>Projeto de Lei – Transplante de Órgãos</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 1</i>	<i>Revista – Política Internacional</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 2</i>	<i>Revista – Fome, América Latina – Trânsito</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 3</i>	<i>Revista - Desenvolvimento</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1992	A FUNDAÇÃO DO BRASIL : testemunhos 1500 – 1700. Editora Vozes, Petrópolis, 1992. 1ª Ed. Co-autoria: Carlos de Araujo Moreira Neto.	Livro – História	Acervo da Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ
	<i>Discurso Parlamentar. Problemática da educação nacional, justificando projeto de lei, que encaminhou à mesa, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional. 20/05/1992.</i>  <i>Publicado também no livreto: A LEI DA EDUCAÇÃO: Pronunciamento no Senado Federal em 20.5.1992, juntamente com o projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Educação</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	<i>Projeto de Lei do Senado Federal Nº 67/1992 . Estabelece as diretrizes e fixa as bases da educação nacional. 20/05/1992.</i>	<i>Projeto de Lei – Educação</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 4</i>	<i>Revista – Rio 92, Política Mundial</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 5</i>	<i>Revista – Educação</i>	Senado Federal – Biblioteca

			Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1993	UNIVERSIDADE DO TERCEIRO MILÊNIO - Plano Orientador da Universidade Estadual Norte Fluminense Edição bilingüe português-inglês (1*): Revista <i>Universidade do Terceiro Milênio</i> , vol 1, nº 1, Rio de Janeiro,1993.	Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	LOS INDIOS Y EL ESTADO NACIONAL. <i>Em América Latina: el desafío del Tercer Milenio</i> , coord. y prólogo de Adolfo Colombres, Buenos Aires, Ediciones del Sol (Serie Antropológica), 1993, p. 65-78.	Cap. de Livro – Índio	
	<i>Discurso Parlamentar. Panorama Institucional Brasileiro. 15/12/1993.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Estado</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Discurso Parlamentar. Resposta a Sr<sup>a</sup>. Eva Blay, por ter sido citado nominalmente. Considerações sobre a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. 17/02/1993.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Educação</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 6</i>	<i>Revista – Formas e Sistemas de Governo</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 7</i>	<i>Revista – Desenvolvimento Nacional</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 8</i>	<i>Revista – O Brasil é viável? (Desenvolvimento Nacional)</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 9</i>	<i>Revista – Ano Internacional dos Povos Indígenas</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1994	TIRADENTES. Em <i>A Sagração da Liberdade: heróis e mártires da América Latina</i> , Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1994, pp. 111-132.	Cap de Livro – História	
	DR. ANÍSIO. Apresentação do Livro de Anísio Teixeira “Educação Não é Privilégio”. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995, pp. 07-11.	Apresentação de Livro – Educação	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	SALVEMOS A LA NACIÓN BRASILEÑA, Em <i>La Marea</i>	Artigo de Revista –	Memorial Darcy

	– Revista de Cultura Arte e Ideias. Buenos Aires: Año I, Nº I, Ago-Out 1994.	Privatização	Ribeiro – Brasília – DF
	NOSSA HERANÇA POLÍTICA. Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Rio de Janeiro: Partido Democrático Trabalhista. 1994, 61pp.	Livreto – História do Trabalho	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	<i>Projeto de Lei do Senado Federal Nº 37/1994 – altera a Lei 8489, de 18/11/1992, que dispõe sobre retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.</i>	<i>Projeto de Lei – Transplante de Órgãos</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 10</i>	<i>Revista – Desenvolvimento Nacional</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 11</i>	<i>Revista – O Descalabro Educacional Brasileiro (Educação)</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 12</i>	<i>Revista - O Golpe Militar e A Ditadura</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 13</i>	<i>Revista - 300 Anos de Zumbi – 1695 -1995</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1995	O POVO BRASILEIRO: A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.	Livro – Estudos de Antropologia da Civilização	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	O BRASIL COMO PROBLEMA. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1995.	Livro – Ensaio Diversos	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	NOÇÕES DE COISAS. Editora FTD, São Paulo, 1995, 1ª Ed.	Livro – Romance – Literatura Infantil	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Biblioteca do Colégio Aplicação – Porto Alegre – RS  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF

	<i>Discurso Parlamentar. Comentários à proposta de emenda à Constituição de sua autoria e outros Srs. Senadores encaminhada à mesa, que regula à questão agrária no país. 03/10/1995.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Questão Agrária</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Discurso Parlamentar. Solidarizando-se com os movimentos dos Sem-Terra que se espalham pelo Brasil. 20/09/1995.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Questão Agrária</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Discurso Parlamentar. Agradecimento a solidariedade de seus pares recebida durante sua internação. 16/02/1995.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Agradecimento</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Projeto de Lei do Senado Federal Nº 08/1995 – altera a Lei 8489, de 18/11/1992, que dispõe sobre retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.</i>	<i>Projeto de Lei – Transplante de Órgãos</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Proposta de Emenda à Constituição Nº 59/1995 – Acrescenta Inciso ao Artigo 92 e dá nova redação ao Art. 184 da Constituição Federal.</i>	<i>Proposta de Emenda à Constituição – Questão Agrária</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 14</i>	<i>Revista – UNB (Educação)</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 15</i>	<i>Revista – CIEPS (Educação)</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1996	DIÁRIOS ÍNDIOS, OS URUBUS-KAAPOR. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 627 páginas.	Livro – Etnologia	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	ETHNICITY AND CIVILIZATION (em co-autoria com Mércio Gomes). Em Revista <i>Dialectical Anthropology</i> , vol. 21, n.ºs. 3/4, Netherlands, Kluwer Academic Publishers,	Artigo – Etnologia	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF

	September 1996, p. 217-238.		
	AUTOCRÍTICA DEMAGÓGICA. Em Cuadernos Americanos. Nueva Época. Año X, Vol 3, n ° 57, Universidad Nacional Autónoma de México, mayo-junio 1996, pp. 11-23.	Artigo – autobiográfico	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	LOS INDIOS Y EL ESTADO NACIONAL. Em Cuadernos Americanos. Nueva Época. Año X, Vol 3, n ° 57, Universidad Nacional Autónoma de México, mayo-junio 1996, pp. 24-36.	Artigo – autobiográfico	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	<i>Discurso Parlamentar. Reverência à memória de Jango, pela passagem do aniversário de seu falecimento. 05/12/1996.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Homenagem.</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Discurso Parlamentar. Transcrição nos anais do Senado, de artigos de autoria de Darcy, publicados no Jornal Folha de S. Paulo, Edições de 16 e 23 de setembro de 1996, intitulados “Fernando e a Vale” e “A Vale e Você”, respectivamente. 07/10/1996.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Privatização.</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Discurso Parlamentar. Comoção com o pronunciamento da Senadora Junia Marise, que elogiou a atuação de Darcy. Recebimento do Prêmio Interamericano de Educação Andres Bello, concedida pela organização dos estados americanos. 17/04/1996.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Agradecimento e homenagem.</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Discurso Parlamentar. Regozijo pela aprovação do projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação. 08/02/1996.</i>	<i>Discurso Parlamentar – Educação</i>	Senado Federal – Secretaria de Arquivo - Brasília - DF
	<i>Carta: Falas, Reflexões e Memórias – Vol 16</i>	<i>Revista – LDB (Educação)</i>	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
1997	CONFISSÕES. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1997.	Livro – Autobiografia	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	GENTIDADES. Porto Alegre: Editora L&PM, 1997	Livro – Ensaios diversos	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília –

			DF
	MESTIÇO É QUE É BOM. (livro de entrevista com a participação de Antonio Callado, Antonio Houaiss, Eric Nepomuceno, Ferreira Gullar, Oscar Niemeyer, Zelito Viana e Zuenir Ventura) Edição brasileira (1ª): Editora Revan (série "Quem é"), Rio de Janeiro, 1997.	Livro – Entrevista	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	O CONSTRUTOR DE SONHOS. Artigo publicado na revista Ciência Hoje, V. 21, n. 126, p. 58-64, jan/fev., 1997.	Artigo	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
1998	EROS E TANATOS: A Poesia de Darcy Ribeiro. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998, 1ª Ed.	Livro – Poesia	Universidade de Brasília – Biblioteca Central – Brasília – DF  Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	DARCY RIBEIRO. América Latina Nação. Centro de Documentação José Domingos de Brito (org.). Cadernos do Parlatino nº 13. São Paulo, Brasil, Jan. 1998.	Revista – Ensaio diversos	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
2001	SOMOS TODOS CULPADOS – Pequeno livro de frases e pensamentos de Darcy Ribeiro. (Seleção e Organização Eric Nepomuceno). Editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.	Livro – Frases e Pensamentos.	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
	1964: Um Testemunho. Em: Figuras do Brasil: 80 anos de Folha (Organizado por Arthur Nestrovski (org.) – São Paulo: Publifolha, 2001, pp. 220-224.	Artigo – Golpe Militar	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
2002	CARTA: Falas, Reflexões, Memórias. Edição Especial. Brasília: Senado Federal, 2002.	Revista: Educação, América Latina, Política	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília – DF
2003	GRANDES VULTOS QUE HONRARAM O SENADO. Darcy Ribeiro. [editado por Pedro Simon]. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.	Livro – Atuação política	Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho – Brasília - DF
2007	ENCONTROS. Editora Beco do Azougue, Rio de Janeiro, 2007.	Livro – Ensaio e Entrevistas	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF



2008	UTOPIA BRASIL. (Organização Isa Grinspum Ferraz. Editora Hedra, São Paulo, 2008.	Livro – Ensaios e Discursos	
	AMÉRICA LATINA: chegou a hora de nossa identidade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008. Coleção Memo. 14p.	Folheto – Cultura e Política	Biblioteca Mário Henrique Simonsen - Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ
2009	CRÔNICAS BRASILEIRAS. (Organização Eric Nepomuceno). Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.	Livro – Artigos diversos	
2010	A AMÉRICA LATINA EXISTE? Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – América Latina	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	O BRASIL COMO PROBLEMA. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Exílio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	LEMBRANDO DE MIM. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Autobiográfico	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	REVIVENDO O QUE VIVI. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Autobiográfico – Fazimentos	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	FALANDO DOS ÍNDIOS. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Índios	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	VIDA, MINHA VIDA. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Autobiográficos	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	MEUS ÍNDIOS, MINHA GENTE. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Índios	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	JANGO E EU. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – João Goulart – atuação política	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	GOLPE E EXÍLIO. Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Exílio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF
	A VOLTA POR CIMA: Darcy Ribeiro. [apresentação Eric Nepomuceno]. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.	Livro – Exílio	Memorial Darcy Ribeiro – Brasília – DF

Fontes: site da Fundar – Fundação Darcy Ribeiro ([www.fundar.org.br](http://www.fundar.org.br)); site do Senado Federal ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)); Consulta aos acervos do Senado Federal; do Memorial Darcy Ribeiro; da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade de Brasília e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.